A AD e a migração págs. 16 e 17 • **Okupa e Resiste** pág.32 • **Uma solução para a Síria já existe no Nordeste da Síria?** pág.33

mapa: Jornal de Informação Crítica

Assina o Jornal Mapa
descobre como em jornalmapa.pt/assinatura-do-jornal

NÚMERO 44
JANEIRO-MARÇO 2025
TRIMESTRAL / ANO XI
3000 EXEMPLARES
PVP: 2€
WWW.JORNALMAPA.PT

DIRECTORA: ANA GUERRA

Alena Koleso | @alenakoleso

O ASSASSINATO DE ODAIR MONIZ,

Baleado por um agente da PSP no bairro da Cova da Moura, na noite de 21 de outubro de 2024, espoletou uma série de acontecimentos políticos históricos. Depois da morte de Odair ficam as homenagens, as revoltas e a auto-organização dos bairros.

Um vale no País Basco contra o turismo de luxo, págs. 6-7

Mula, a vida em comunidade no Barreiro, pág. 40

Palestina: as guerras e as pedras contra o esquecimento
págs. 26-28

Fronteiras abertas já!

Este número do MAPA é especialmente triste. Não pela diminuta iluminação solar dos dias, tão pouco pela ressaca das festas de solstício, mas porque tristeza - e bem profunda - foi o menos negativo dos sentimentos que nos obrigaram a sentir nos últimos meses. A extrema-direita passou dos corredores para os gabinetes do poder, as suas falsas verdades norteiam agora a agenda política e a repressão típica dum estado policial passou a ser a normalidade a impor.

A maré aparentemente nacionalista e efectivamente elitista que ia lentamente submergindo o continente europeu chegou finalmente a esta latrina à beira mar implantada, com o seu cheiro fétido a ódio ao aparentemente diferente e efectivamente pobre, a sua narrativa de lixo histórico reciclado, de divisão de pessoas em categorias diferentes de direitos, relegando algumas, as mais miseráveis, para os becos sem saída da morte certa, sem pudor, antes com jactância, fazendo disso gáudio, rindo das mortes no mar, dos espancamentos nos centros de detenção, das vidas perdidas para redes de tráfico humano.

Manifestação 11 de Janeiro 2025 em Lisboa

Foto: @theleftsideleft

Riem e irradiam. Invadem as notícias, as leis, as polícias, as casas, os cafés, as ruas. Desbocaram o mais vil que há no ser humano, principalmente naquele que é, ou pelo menos se sente, injustiçado, inutilizado, espoliado, e que precisa dum bode expiatório fácil e de um orgulho a que se agarrar. Sugam forças ao mesmo tempo que emitem ordens de malquerença que todos se apressam a seguir, mesmo que seja em tom crítico, com contas de mercearia utilitária, filtrada ou não por níveis de asco percepcional.

E, caras pessoas que nos lêem, o espectro do fascismo surge sempre nas ruas que transpiram ódio ao diferente. Um ódio que surge de cima, inventado, inculcado nos cantos mais escondidos do conservadorismo que todos os cérebros possuem, que se transforma em raiva envolta em nuvens de nojo e que, no melhor dos casos, rebenta, por todos os lados, como um tumor de que já não nos podemos livrar, em esquerdos cuidados paliativos, quase paternalistas, quase caritativos.

O espectro do fascismo surge sempre deste neoplasma que se alimenta dum nacionalismo que ama o capital de qualquer país, que adora as *offshores* e os vistos *gold*, que não quer a Rua do Benformoso para asiáticos, a não ser que sejam clientes de grandes grupos de investimento. Patriotas que detestam apenas os estrangeiros pobres e que apenas esse ódio transmitem. Que só descansarão quando também as deportações forem um espectáculo público de aviltamento.

Deste ambiente tóxico em que, por estes dias, se caminha, com a polícia em regime de roda livre nas zonas habitadas ou frequentadas por pessoas que percepciona como migantes, ela que sempre assim esteve nos chamados «bairros problemáticos», falarão por si as páginas que lhe são dedicadas nesta edição.

Nessas páginas faltará, por outro lado, dizer o que, na verdade, achamos que precisa de ser dito. Mais uma vez. Sem poesias evasivas, nem eufemismos ou figuras de estilo rebuscadas. Aqui sonha-se com, e portanto luta-se por, um mundo sem fronteiras, nem polícias, nem prisões. Não temos as respostas todas, ainda nem temos as perguntas todas, mas sabemos já umas coisas, ou estamos convencidas disso, o que vai dar ao mesmo.

Aprendemos, por exemplo, talvez com as zapatistas, que, se se quer colher abóboras, não é favas que se deve semear. E por isso é um mundo sem fronteiras já que queremos. Se qualquer ser humano quer, hoje, por qualquer razão que seja, sair do lugar onde vive, deve ser bem acolhido no sítio onde chegar. Hoje. Esta tem de ser uma afirmação que não pode deixar espaço para dúvidas. Para mais, sabendo que a esmagadora maioria dessas pessoas não abandona a casa por vontade própria e se limita a procurar um canto no planeta onde possa, ao menos, dormir descansada de quando em vez.

Sem poesias evasivas, nem eufemismos ou figuras de estilo rebuscadas. Aqui sonha-se com, e portanto luta-se por, um mundo sem fronteiras, nem polícias, nem prisões.

As velhas máximas, pelo menos algumas delas, mantêm-se actuais. Talvez por apelarem ao melhor do humano que há, porque também o há, em quem é, ou pelo menos se sente, injustiçado, inutilizado, espoliado, e que está predisposto à solidariedade e à ideia de apoio mútuo. Uma dessas máximas diz-nos que, enquanto houver alguém a morrer de fome, alguém a sofrer com balas, bombas, ou grilhetas, estamos todas esfomeadas, a ser bombardeadas, baleadas, algemadas. Fechar a porta a quem bate em busca de auxílio é fechar a porta a nós próprias num dia de chuva e pouca roupa. "Fronteiras abertas já!" é o grito que queremos dar e repetir. Sem dúvidas, vergonhas, ou hesitações.

OS INGOVERNÁVEIS
BOA TARDE
EU SOU UM DOS ILUSTRADORES DO MAPA
E EU SOU UM CAMARÃO
EM SETEMBRO, O PARLAMENTO INSTITUIU O DIA NACIONAL DA BD. POR ISSO, A BANDA DESENHADA JÁ NÃO PODE SER CONSIDERADA "FIXE" NEM "PUNK"
DIA NACIONAL DA BD
NUNCA FOI
ASSIM SENDO,
VAMOS DEIXAR DE DESENHAR BD
E VAMOS EXPLORAR OUTRAS FORMAS DE EXPRIMIR A NOSSA CRIATIVIDADE
CLICK
NOMEADAMENTE, [redacted] CEOS
@os.ingovernaveis

Solidariedade com os sequestrados no «buraco cavernoso estatal» de Lisboa

Pelo terceiro ano consecutivo teve lugar, na passagem do ano, uma concentração em frente ao Estabelecimento Prisional de Lisboa em solidariedade com as «pessoas privadas de liberdade, torturadas diariamente pelo estado».

FILIPE NUNES
FILIPENUNES@JORNALMAPA.PT
FOTO: **D.M.**

Pelo terceiro ano consecutivo teve lugar, na passagem do ano, uma concentração em frente ao Estabelecimento Prisional de Lisboa em solidariedade com as «pessoas privadas de liberdade, torturadas diariamente pelo estado».

Convocada pelo coletivo Vozes de Dentro, cerca de meia centena de pessoas juntou-se no final de tarde do dia 31 de Dezembro em frente à prisão, naquela que é «uma prática comum das lutas anti-carcerárias e de familiares e amigos de presxs em outros países da europa, numa época festiva e comemorativa que supõe marcar a mudança, a rutura com o que é velho e com o que já não nos serve mais». Declarou o coletivo organizador: «as prisões não só estão obsoletas, como nunca serviram além do poder e da avareza, controlando, perseguindo e torturando os corpos dissidentes e quem não se dobra perante uma autoridade que se impõe pela força».

A concentração decorreu sem quaisquer incidentes, ao contrário do ano anterior onde um dos presentes foi violentamente detido e um jornalista do Fumaça foi agredido por vários elementos das forças policiais que já no final da concentração atacaram o pequeno grupo que ainda se encontrava no local.

Envolvendo e dando voz a alguma da população encarcerada, o Vozes de Dentro tem vindo a denunciar a realidade das prisões portuguesas descrevendo-a como «particularmente degradante e desrespeitosa dos direitos humanos. São mais de 12 mil pessoas encarceradas que passam fome, que vivem sobremedicadas em instalações apodrecidas, frias, húmidas, degradadas e sobrelotadas, que trabalham em condições análogas à escravidão e que não têm acesso à saúde, educação, atividades recreativas e comunicação plena com o exterior. Muitas pessoas presas suicidam-se ou são mortas dentro da prisão, figurando em 2022 uma taxa de mortalidade bruta de 534 por 100 mil pessoas-ano, e uma taxa de suicídio de 117 por 100 mil habitantes - em comparação com a taxa de 8,9 por 100 mil habitantes na população geral».

> As prisões não só estão obsoletas, como nunca serviram além do poder e da avareza, controlando, perseguindo e torturando os corpos dissidentes e quem não se dobra perante uma autoridade que se impõe pela força.

Redobradas razões moveram o apelo da concentração de solidariedade em frente ao «buraco cavernoso estatal» de Lisboa, perante «o crescimento da extrema-direita em Portugal, do discurso do medo, do securitarismo e da vigilância, um aumento de operações das forças policiais e de investimentos nas forças de repressão e controlo estatal - em forma de pensões e reformas para os polícias, infra-estruturas e equipamentos». Em resposta, o coletivo posiciona-se «pela criação de redes de apoio que construam e ponham em prática formas de justiça transformativa».

Surto? Onda? Vaga?

No fim de semana de 18 e 19 de janeiro, as ruas de mais de trinta cidades europeias congregaram uma pluralidade de vozes dissidentes em oposição ao fascismo e ao capitalismo, às guerras e aos genocídios, ao extrativismo e ao ecocídio. De Lisboa, Angra do Heroísmo e Faro a outras latitudes europeias, foram vários os coletivos que se organizaram em torno de uma ideia e de um movimento internacionalista de convergência de lutas – *The Surge* – cujo nome ainda carece de tradução em português (thesurgeinternational.net).

Partindo da premissa de que não estamos perante fenómenos isolados, declarou-se que «as crises sociais, ecológicas, energéticas, económicas e humanitárias» que se sucedem e se sobrepõem «são sinais da profunda crise do capitalismo global, cada vez mais devastador e incapaz de fazer promessas de futuro». De acordo com a convocatória das ações em Portugal, todos estes elementos «estão intimamente ligados» e, portanto, «exigem uma resposta unitária». Relembrando momentos de emergência social, desde a Primavera Árabe à erupção social de 2019 no Chile, surge um apelo à superação do impasse que os anos de pandemia impôs sobre os movimentos sociais e a sua capacidade organizativa. Por outro, admitem que «a atomização… das lutas [é] uma das armas prediletas da normalidade neoliberal, e permitiram que a extrema-direita ganhasse espaço político tanto nas instituições e governos, como nos nossos bairros e casas».

Na manifestação de Lisboa, no dia 18, que o Jornal MAPA acompanhou, registamos duas possíveis escalas de mapear as resistências e ligar diferentes lutas. A Plataforma de Solidariedade com os Povos do Curdistão, cuja faixa «Palestina, Curdistão / um mundo, um povo» acentuava a ideia internacionalista da iniciativa, equiparando as lutas do povo palestiniano às do povo curdo, num momento crítico da história dessas regiões. Nas palavras de um membro da Plataforma, «as políticas genocidas e de limpeza étnica do estado de Israel são as mesmas levadas a cabo pelo estado Turco. Os ataques indiscriminados a civis, a ambulâncias, a jornalistas e a infraestruturas civis pelo estado Turco e os seus grupos jihadistas é muito semelhante ao *modus operandi*s do estado de Israel, por isso estamos aqui hoje para chamar a atenção para esta guerra que abrange todo o Médio Oriente».

E no mesmo dia em que outras largas dezenas de pessoas se manifestavam em Covas do Barroso, em Lisboa era visível a solidariedade com o povo Barrosão, de sacholas ao alto, contestando a concessão, por parte da Secretária de Estado da Energia, de uma servidão administrativa para prospeção de lítio no seu território. Numa faixa, legendando o desenho de uma velha de sachola em punho, lia-se «Expropriação? Minas Não! O Barroso Resiste!». Marchando à sua frente, o coletivo Linha Vermelha simbolizava esta articulação de lutas tecendo malhas de tricô e croché. Chegando à praça do Martim Moniz, ouviram-se discursos sobre a convergência entre a crise ecológica e crises sociais, apelos a uma petição para criminalizar o racismo, o angustiante testemunho de uma pessoa *queer* palestiniana, seguido de um minuto de silêncio por todas as vítimas deste genocídio.

De pluralidade se compunha esta mobilização que aspira ser «a faísca de uma coordenação de movimentos», cujo apelo pode ser resumido nas seguintes palavras de ordem: «ergamos as nossas vozes para recuperar cada pedaço de terra privatizada, para defender as nossas casas da especulação e dos direitos de cada trabalhadora explorada, pela dignidade humana.»

Referendo popular: uma ferramenta criada sem a intenção de ser usada

A 7 de janeiro de 2025, o Tribunal Constitucional chumbou a proposta de um Referendo pela Habitação, de iniciativa popular, para a área de Lisboa. O Movimento Referendo pela Habitaçao (MRH) entregou nova proposta reformulada poucos dias depois, que teria de passar novamente pela Assembleia Municipal de Lisboa. Mas foi na própria Assembleia Municipal, a 27 de janeiro, que a audiência foi informada que o assunto seria simplesmente retirado da ordem de trabalhos.

SANDRA FAUSTINO
SANDRAFAUSTINO@JORNALMAPA.PT

No verão de 2022, um grupo de habitantes da cidade de Lisboa lançou as sementes do que viria a ser um longo processo: a recolha de 5.000 assinaturas, em papel, para propor um referendo local de iniciativa popular à Assembleia Municipal de Lisboa, trilhando um caminho legal nunca antes percorrido. O objetivo deste referendo é reverter licenciamentos de Alojamento Local (AL) em Lisboa, impedindo essa atividade económica em casas que possam cumprir a sua função social: a habitação. Falámos com a Teresa Mamede e com o Manuel Martin, do MRH, que nos contaram que «houve momentos de esperança, mas sabíamos que o mais provável era que não nos deixassem chegar ao fim. A nossa ideia, desde o início, era testar os limites do campo democrático».

Explorar um AL numa fração habitacional era, aliás, ilegal de acordo com o Código Civil e o Supremo Tribunal de Justiça, para além de contrário à Constituição, apesar de permitido pelo Regulamento Municipal do AL. Duas semanas antes da entrega das 6.612 assinaturas à Assembleia Municipal, no início de dezembro de 2024, o governo aprofundou esta incoerência, ao legalizar a exploração de AL em imóveis habitacionais. Convenientemente, ao TC bastou declarar que, embora se trate de alojamento local, este não pode ser regulado por municípios. O TC acrescentou ainda que o problema da habitação é um problema de escassez de imóveis, apesar de os dados publicados pela OCDE desde 2021 apontarem o contrário: Portugal é um dos países com mais casas por habitante e o país com mais casas desocupadas quando se inclui AL, que representa mais do que 60% das casas desocupadas.

O TC permitiu-se até considerar que só as falhas burocráticas do processo seriam suficientes para chumbar a proposta. Como repara Teresa, «não faz sentido: se há vícios processuais, deve ser dada a oportunidade para sanar esses vícios, para depois então se analisar o caso». Faltavam, por exemplo, as assinaturas dos mandatários: um grupo de 15 pessoas que representa a proposta na Assembleia Municipal. «Como é que íamos saber? Não está na lei do referendo local, e a Comissão Nacional de Eleições disse-nos que não era preciso». Como se tem vindo a tornar comum em processos participativos institucionais, tudo parece estar pensado para garantir que a participação não acontece. «As exigências são enormes. Nós temos 5 dias para responder a um acórdão do TC com 34 páginas. Isto implica uma capacidade de responder muito rápido, e como é que fazes isso se és um grupo de cidadãos sem grandes recursos? No MRH, a maior parte das pessoas trabalha. Chamam-nos para audições com pouco tempo de antecedência, durante o horário laboral. Isto não é compatível com um processo participativo. É uma ferramenta feita para não ter uso popular».

Para responder ao acórdão, o MRH resolveu seguir algumas pistas. «Agarrámo-nos às declarações de voto de dois juízes conselheiros que não concordam com toda a argumentação do acórdão. E o que é dito é que os municípios têm, sim, competência para regulamentar o AL. Tem a ver com a forma como as perguntas do referendo estão formuladas – é uma questão de português». Por exemplo: uma das modalidades do AL – que representa menos de 1% dos casos – é o aluguer de quartos numa casa que está, de resto, habitada. Nesses casos, as licenças de AL poderiam manter-se porque não existe uma violação da função social da habitação. Reformular as perguntas do referendo de forma a atender a esta diferença permitiria que a proposta regressasse ao TC sem desvirtuar a sua principal reivindicação: devolver casas à cidade.

> Como se tem vindo a tornar comum em processos participativos institucionais, tudo parece estar pensado para garantir que a participação não acontece.

O regresso da proposta ao TC, no entanto, está novamente dependente de aprovação na Assembleia Municipal de Lisboa. Na Assembleia realizada no dia 27 de janeiro, para surpresa da audiência, a proposta foi retirada da ordem de trabalhos. As pessoas ali presentes cantaram "O Feitiço" da Kantata do Tecto Incerto - desejando: "Possa o feitiço virar-se contra o feiticeiro" - e foram expulsas violentamente pela polícia. À data de fecho desta edição, o MRH acredita que a proposta não voltará ao TC, morta pelo que descrevem como um «espectaculo muito degradante». «Tudo isto tem sido aproveitado pelos principais partidos da Assembleia, PS e PSD, para se atacarem um ao outro». A incapacidade de o poder político responder de forma séria à crise da habitação semeia cada vez mais descrédito. «Mesmo que se esgote a parte formal do processo de referendo, isso não esgota o movimento», diz Teresa. E Manuel acrescenta: «Eu, por exemplo, juntei-me quando encontrei alguém do MRH numa recolha de assinaturas. [O referendo] criou a oportunidade de ter conversas com as pessoas sobre a função social da habitação. E isto vai continuar, independentemente do que aconteça». E sonham: «já pensámos até fazer um referendo popular auto-organizado... Em que os centros sociais da cidade, e associações, poderiam substituir as instituições!». Apesar das instituições ou por causa delas, a força do MRH cresce. «Nós estamos a fazer isto porque queremos testar a possibilidade de uma mudança radical na cidade através de um instrumento de democracia direta. Isto era um teste e a democracia está a falhar o teste».

Assina o Jornal Mapa contribuindo para a continuidade deste projecto!

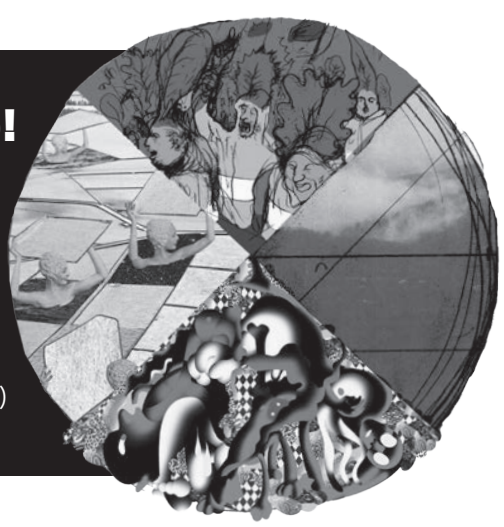
Assinatura normal:
Portugal | 6 números | 20 neuros
Europa | 6 números | 25 neuros
Resto do mundo | 6 números | 30 neuros

Assinatura Solidária:
Portugal | 6 números | 25 neuros
Europa | 6 números | 35 neuros
Resto do mundo | 6 números | 40 neuros

2012-2024 Doze anos de Informação Critica!

Preenche o formulário em jornalmapa.pt ou envia os teus dados (nome; email; morada e NIF) e comprovativo da transferência para assinaturas@jornalmapa.pt

NIB 0035 0774 00143959530 98
IBAN PT50 0035 0774 00143959530 98
MBWAY: +351933291635
PAYPAL: vaquinha@jornalmapa.pt (enviar como donativo)



Ajuda, que é de ti

Resistência à construção de mais um empreendimento de luxo

No final de 2024, as ruínas da Quinta das Damas, no bairro da Ajuda, Lisboa, ganharam novas palavras de ordem. «Okupa e resiste», lê-se a vermelho numa porta já sem moldura.

DANIELA FERREIRA PINTO
FOTO: **AFONSO QUEIRÓ**

O terreno que recentemente recebeu o nome de Quinta das Damas é uma área com mais de 34 mil metros quadrados, imediatamente abaixo do Palácio da Ajuda. É um dos últimos espaços verdes não construídos na Ajuda, freguesia limítrofe do concelho de Lisboa com crescente pressão imobiliária. Já acolheu associações culturais locais, hortas comunitárias e habitações de emergência, e funciona como reserva de ecossistemas e prevenção de cheias. É neste terreno que a Paralelabrangente, uma empresa imobiliária ligada ao grupo Stone Capital, quer construir 135 fogos de luxo, um colégio internacional privado e espaços verdes de livre acesso.

Perante a ameaça da perda de mais um lugar comunitário, o grupo Cidadãos pela Ajuda e o Coletivo Criativo de Alcântara e Ajuda (CRIA) promoveram, em novembro de 2024, uma ocupação temporária e simbólica do terreno, com vista a consolidar a resistência comunitária contra a atual Unidade de Execução da Ajuda (UEA). Segundo os Cidadãos pela Ajuda, a UEA prorroga a construção de condomínios fora do alcance económico dos moradores do bairro. É uma «intervenção violenta que rasga o tecido social da freguesia» uma vez que «torna privado um espaço que poderia e deveria ser público».

Apesar das várias rondas de consulta pública terem angariado a contestação dos moradores, o projeto continua a não apresentar um plano de renda acessível nem a garantir espaços comunitários. Numa primeira assembleia, convocada no terreno em novembro, surge uma campanha que reivindica fogos para habitação acessível, a cedência de espaços comunitários, transparência na análise de impacto ambiental e participação cidadã na elaboração do projeto.

Com o objetivo de angariar apoio para a luta por um projeto alternativo, foi marcada uma assembleia popular para o início de 2025 e composta uma música de apoio à resistência. «Ajuda, que é de ti» é uma canção com origem no bairro e cantada pelo Coro dos Comuns, um projeto de canto ativista que nasceu com a ação simbólica de novembro. Tem arranjo musical comunitário e mapeia os efeitos recentes da gentrificação:

> *«Ajuda, quem leva agora o teu*
> *filho da vista*
> *quer rio sem vista.»*

Pretende-se que seja um hino contemporâneo partilhado entre os grupos que lutam pelo direito à cidade:

> *«Ajuda rasgada em muros,*
> *vendida a fundos,*
> *promessa de cunhos.»*

É uma «intervenção violenta que rasga o tecido social da freguesia» uma vez que «torna privado um espaço que poderia e deveria ser público».

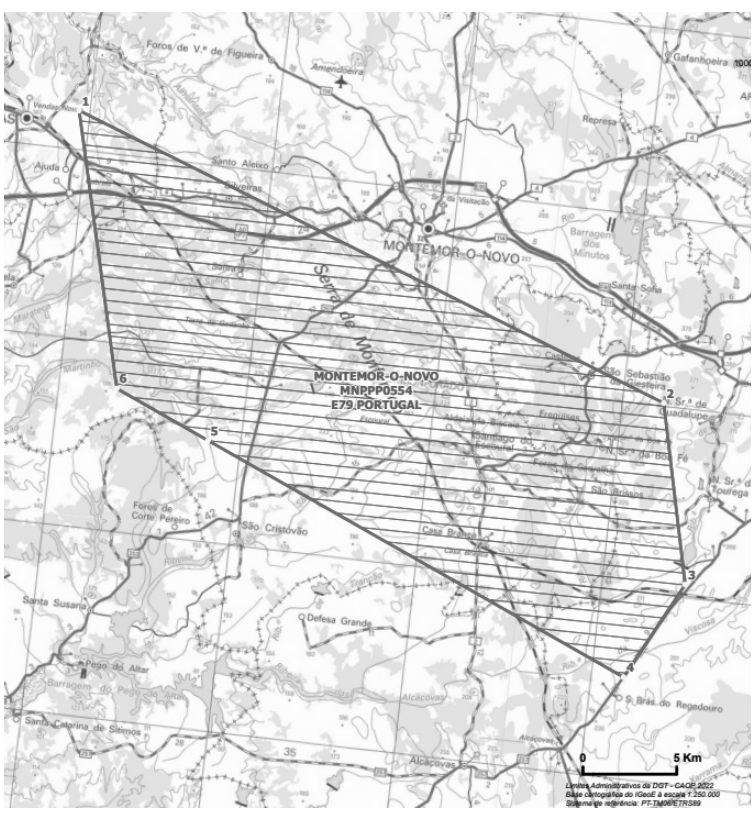
A Quinta das Damas é um símbolo da vida comunitária que ainda é possível encontrar na Ajuda. Perante a ameaça de mais uma zona da cidade perder os laços que lhe sustentam a pertença, a resistência organizada é a prova do tecido humano do bairro.

Entre azulejos partidos e janelas empedradas a tijolo, uma nesga de rio espreita por entre os prédios da Ajuda. «Também quero ver o Tejo», lê-se em mais uma parede quase desfeita.

Regresso da ameaça mineira ao Alentejo

Depois de uma primeira tentativa em 2013, regressa o interesse pela prospeção de ouro em duas regiões do Alentejo: Montemor-o-Novo e Moura.

SANDRA FAUSTINO
SANDRAFAUSTINO@JORNALMAPA.PT



A Serra de Monfurado, em Montemor-o-Novo, é uma Zona de Especial Conservação integrada na Rede Natura 2000. É uma mancha de sombra, água e biodiversidade que arrisca passar por paraíso quando comparada com a maior parte da paisagem alentejana. É ali que uma empresa quer explorar uma mina a céu aberto: a sociedade E79 Portugal Unipessoal Lda., com sede em Beja, mas detida a 100% pela Ropa Investments Ltd., com sede em Gibraltar. A mesma pede os direitos de prospeção de cobre, chumbo, zinco e ouro, numa vasta área que abarca os concelhos de Montemor-o-Novo, Évora, Viana do Alentejo e Vendas Novas.

O segundo pedido de prospeção é feito para a área designada como «Moura-Ficalho», mesmo abaixo do Alqueva. Este pedido é feito pela Novum Resources, Lda., que se apresenta como tendo direção técnica portuguesa, gerência belga, uma parceria australiana e uma empresa-mãe em Hong-Kong.

A contestação institucional é fraca – Apenas as Câmaras Municipais de Évora e Montemor-o-Novo, e a Junta de Freguesia de S. Sebastião e N.ª S.ª da Boa Fé se posicionaram de forma clara contra os pedidos de prospeção.

Até agora a contestação institucional é fraca. Apenas as Câmaras Municipais de Évora e Montemor-o-Novo, e a Junta de Freguesia de S. Sebastião e N.ª S.ª da Boa Fé se posicionaram de forma clara contra os pedidos de prospeção. De resto, de um longo rol de instituições criadas para gerir os recursos hídricos, o desenvolvimento regional, o território, as florestas e a energia, saíram pareceres favoráveis. Como relata um movimento de habitantes no seu site (aquimeradoouro.pt): «perante um pedido desta natureza, com este potencial de destruição, tudo o que a maioria das entidades nacionais tem a dizer ao pedido de prospeção e pesquisa é que se cumpram as leis do seu pelouro». Aguarda-se a resposta da Direção-Geral de Energia e Geologia a estes pedidos de prospeção, depois da consulta pública realizada no final de 2024.

Baztan: a criminalização da luta pela terra

ELURRE IRIARTE
JOÃO CARLOS LOUÇÃ
FOTOS: **EKINKLINK**

Num vale do País Basco, a população está em luta contra um projeto que transforma a região em destino turístico de luxo. Sete pessoas respondem agora em tribunal pela acusação de crime organizado, no que são acompanhadas por uma intensa campanha de solidariedade.

Num dia claro a paisagem pode ser deslumbrante. Pintada de verde em suaves elevações do terreno que anunciam a proximidade dos Pirenéus. A linha da fronteira imposta por França e Espanha é assinalada por postos de guarda há muito desativados, mas ainda divide mapas, documentos oficiais e serviços públicos. No entanto, como todas as fronteiras inventadas pela ação humana, é porosa e através dela, ou apesar dela, há comunidades que nunca deixaram de o ser, que se reconfiguram para estreitarem laços, significações, expectativas partilhadas de futuro.

O Baztan é um vale do País Basco situado nesta fronteira, constituído por 15 aldeias, a maior das quais tem três mil habitantes e a mais pequena 60. No total, cerca de oito mil habitantes em 376 quilómetros quadrados situados no norte de Navarra. Como tantos outros lugares pelo mundo, a beleza natural do Baztan pode também ser uma maldição que torna a paisagem objeto da especulação e dos apetites vorazes de agentes económicos no setor do turismo.

É o caso de um projeto, com mais de 20 anos, de transformar as ruínas de um palácio senhorial em hotel de luxo, em Lekaroz, uma das aldeias do Baztan. O projeto inicial rapidamente evoluiu para acrescentar ao hotel 230 moradias unifamiliares e um campo de golfe, num processo obscuro de reclassificação de terrenos agrícolas para terrenos urbanizáveis e de expropriação dos usos da terra por parte das populações. Lekaroz tem cerca de 300 habitantes e a perspetiva do empreendimento turístico agravará certamente os problemas já existentes de fornecimento de água no verão. Ninguém tem dúvidas de que implicará uma nova povoação no vale, dedicada a segundas residências para pessoas com dinheiro para tanto.

Por cá conhecemos bem o significado destes investimentos na indústria do turismo de luxo que invariavelmente se apropriam do território, deixando improdutivos terrenos de cultivo, transformando hortas, pastos e caminhos em infraestruturas para o prazer de classes abastadas. Os inúmeros aldeamentos no Algarve, abandonados durante 10 meses do ano, são um dos exemplos deste processo em que os benefícios do turismo, com o emprego sazonal que implica, destroem atividades económicas de pequena escala, transformando profundamente a vida na região.

Como tantos outros lugares pelo mundo, a beleza natural do Baztan pode também ser uma maldição que torna a paisagem objeto da especulação e dos apetites vorazes de agentes económicos no setor do turismo.

Cronologia do roubo e da luta

Em 2003, os novos donos do palácio Aroztegia obtinham autorização para a sua renovação e a construção de um hotel. Em 2008 tentam, sem sucesso, que o projeto possa ser considerado como PSIS (Plano Setorial de Incidência Supramunicipal). Esta é uma fórmula, original de Navarra, utilizada normalmente para a realização de obras de interesse comum, como estradas ou outras infraestruturas de interesse coletivo. Esta fórmula permite passar por cima da administração local, dispensar todas as licenças da autarquia. Nesse momento, o Governo de Navarra encaminhou o assunto para a Câmara Municipal de Baztan. Na altura, metade da sociedade de promoção era propriedade da Caixa Galicia, um banco com historial de especulação. Mais tarde, a cadeia de hotéis Hilton também passou a integrar o grupo promotor. No ano seguinte, em 2009, a Câmara Municipal do Baztan procedeu à requalificação urbana que tornou o terreno agrícola edificável, passando de um valor de 330 mil euros para 9 milhões. Foi nesta altura que o projeto passou a incluir as moradias unifamiliares e o campo de golfe.

A oposição da população de Lekaroz ao projeto que iria transformar a aldeia e inevitavelmente as suas vidas ficou expressa num referendo local realizado no mesmo ano, onde a maioria deixou claro não ser favorável a esta reclassificação dos terrenos agrícolas em urbanos. Apesar desta oposição da população expressa nas urnas, o Conselho Municipal aprova a reclassificação, o que facilita um novo projeto com 250 habitações unifamiliares, um hotel e um campo de golfe. A plataforma de contestação ao projeto *Aroztegia eta gero... zer?* (Aroztegia.... E depois?) avançou com um recurso que o parou. Esta sentença, conhecida em 2013, considera o projeto ilegal e obriga a sociedade promotora a apresentar um novo projeto. Antes desta decisão judicial, a direita perdeu a maioria no Conselho Municipal após as eleições de 2011. Os órgãos autárquicos do Baztan tornaram-se, nesse momento, contrários ao empreendimento. Foi quanto bastou para que o governo de Navarra tenha decidido avançar com o PSIS, sobrepondo-se à administração local do Baztan e à vontade das suas populações para fazer avançar o projeto turístico.

Durante 13 dias, dezenas de pessoas participaram neste bloqueio às máquinas, de dia e de noite. Organizaram-se em assembleias onde todas as pessoas podiam participar, estivessem acampadas ou não.

Em 2014, a União do Povo Navarro (UPN - o Partido Popular de Navarra), no governo da província, concede a primeira aprovação sob a tutela do PSIS. No ano seguinte, a cinco dias do fim da legislatura, aprovam o PSIS definitivo, com licença até 2039. Em 2016, a autarquia realiza novo referendo local, desta vez abrangendo toda a população do Baztan e não só a de Lekaroz. Uma grande maioria revela-se contrária à execução do projeto de exploração turística. Essa mesma maioria mantém-se até hoje

à frente da autarquia e a esgrimir argumentos legais para fazer respeitar a vontade da população e o bom senso que olha para além dos lucros imediatos de uma atividade económica com consequências inevitáveis para o futuro do território.

Em abril de 2021, as máquinas da empresa TEX iniciam os trabalhos de remoção de terras, abate de árvores e construção de pontes e caminhos para maquinaria pesada. Ainda sem as licenças necessárias e sem respeitar os procedimentos de concurso público na adjudicação da obra.

Uma assembleia no vale cria o grupo Aroztak e promove uma acampada que impossibilita estes trabalhos. Durante 13 dias, dezenas de pessoas participaram neste bloqueio às máquinas, de dia e de noite. Organizaram-se em assembleias onde todas as pessoas poderiam participar, estivessem acampadas ou não. Nesses dias, o jornal *El Salto,* de 24 abril 2021, regista a opinião de alguns dos proprietários de terrenos incluídos nos 45 hectares requalificados: «roubaram-nos as terras!». A expropriação disfarçada implicou a criação de um Concelho de Compensação, organismo que decide sobre o projeto e onde, apesar da participação de alguns dos agricultores expropriados e do Concelho Municipal, é a empresa *Palacio Aroztegia S.L.* que detém a maioria. Entretanto, o sindicato LAB interpôs um processo judicial para parar a obra que obteve sucesso, decisão tomada após a acampada de protesto.

Em disputa pelo futuro

Ao fim de sete dias de acampada, as máquinas da TEX retiram-se, no que foi um momento de vitória da população do Baztan e do movimento que, entretanto, tinha ganho apoios e a participação de muitas pessoas por todo o País Basco. Através da iniciativa de desobediência civil, com as tendas à frente das máquinas pesadas, pessoas novas e velhas de braço dado em linha. Nesse abraço está a defesa da terra como bem comum, do território para as pessoas que nele vivem e não para benefício de alguns, uma ideia de comunidade com raízes profundas na história e capaz de se projetar no futuro. E é mesmo esse futuro que está em disputa no Baztan de forma muito clara: de um lado o capital no seu afã de se reproduzir e do outro a salvaguarda dos interesses comuns de quem lá vive.

Nos 13 dias que durou a acampada que parou as máquinas, primeiro a Polícia Navarra e depois a Guardia Civil identificaram ativistas e habitantes, passaram multas, intimidaram e tentaram terminar o protesto. Alguns destes agentes são hoje testemunhas na acusação contra as sete pessoas que respondem em tribunal pela acusação de constituírem um grupo criminoso organizado. O assédio judicial foi uma constante neste processo e várias pessoas tiveram de se defender de diferentes acusações por parte dos promotores do empreendimento. Foi o caso da anterior e do atual presidente de câmara do Baztan, eleitos pelo EH Bildu, que ganharam umas e viram anuladas todas as outras acusações. Mas a perseguição e a tentativa de intimidação permanecem e qualquer declaração ou opinião expressa publicamente sobre o assunto é passível de ser objeto de novo processo.

> Para as pessoas acusadas no processo relativo à acampada, que terá início a 19 de maio próximo, a acusação pede um total de 20 anos de prisão e 43 milhões de euros de indemnização pela suspensão do projeto.

Para as pessoas acusadas no processo relativo à acampada, que terá início a 19 de maio próximo, a acusação pede um total de 20 anos de prisão e 43 milhões de euros de indemnização pela suspensão do projeto. Cinquenta e seis mil euros para a caução foram já recolhidos pela solidariedade criada em torno destas sete pessoas que representam as muitas outras que participaram na ação de desobediência civil e no protesto de abril de 2021. As acusadas assumem as consequências daquilo que fizeram e da ação de desobediência civil em que participaram, mas não aceitam ser consideradas um grupo criminoso organizado. No léxico repressivo do Estado sobre os movimentos sociais, a acusação de crime organizado torna-se usual. O aparelho de justiça ao serviço do dinheiro e da propriedade privada, mesmo quando esta é privatizada através de procedimentos obscuros, transforma ativistas e habitantes locais em criminosos, pretende fazer-nos crer que a defesa da terra e a luta por um futuro são atividades condenáveis e contrárias à vida em sociedade. Mas trata-se do projeto de uma sociedade em que o património material e imaterial, a cultura e a vida de pessoas em comunidade, é transformado para benefício dos empresários do turismo. Michel De Certeau já nos tinha advertido desta patrimonialização em que só importa a «beleza do morto».

Convocada pelo Comité de Solidariedade com as acusadas, teve lugar uma manifestação em Pamplona, no dia 1 de fevereiro. A campanha de solidariedade pode ser vista aqui: https://tinyurl.com/p9zz9yu5

O gadanho está afiado

Uma vez que a Savannah Resources não tem acesso aos terrenos, porque a população está contra e porque 71% da área de concessão é em terrenos baldios, o governo decidiu dar-lhe uma mão e, no passado dia 6 de Dezembro, emitiu um despacho concedendo à empresa uma Servidão Administrativa em terrenos privados e baldios de Covas do Barroso. Ou seja, uma autorização para que a empresa mineira aceda aos terrenos abrangidos para levar a cabo trabalhos de prospecção durante o prazo de um ano, mesmo contra a vontade das populações locais. Esta decisão foi anunciada à população… pela GNR de Boticas.

Esta acção do governo é um retrocesso perigoso numa das maiores conquistas rurais trazidas pelo 25 de Abril, a devolução da gestão dos baldios para as mãos das comunidades locais, como denuncia, em comunicado, a associação Unidos em Defesa de Covas do Barroso (UDCB): «lembra o Regime Florestal do Estado Novo, que atacou o acesso das comunidades locais aos seus baldios através da interferência forçada do Estado Central na sua gestão».

> A febre mineira tem um carácter cada vez mais vincado de combate contra as populações rurais e as suas formas de vida.

Um regresso ao passado, que se afigura estrutural, que ultrapassa fronteiras partidárias, que criminaliza a resistência e silencia a oposição, e que se materializou, entre Outubro de 2023 e Maio de 2024, na presença ostensiva de seguranças privados a soldo da Savannah e no envio diário da GNR para Covas do Barroso, que tomou, por vezes, uma face bastante agressiva.

Quando a empresa tentou ter acesso a um terreno baldio, em Novembro de 2023, as populações locais iniciaram um bloqueio diário daquela parcela de terreno até a empresa desistir, o que demorou oito meses. «Durante os bloqueios, os agentes da GNR protagonizaram vários episódios de abuso de autoridade. Ameaçaram retirar umas pessoas à força e tentaram dissuadir outras por via do medo, dizendo que "teriam de pagar o preço das máquinas paradas"», conforme denunciou a UDCB, em audiência com a comissão parlamentar de Ambiente e Energia, em 11 de Dezembro de 2024.

A febre mineira tem um carácter cada vez mais vincado de combate contra as populações rurais e as suas formas de vida. Desde o início do processo que estas foram deixadas de fora tanto nas análises como na participação. Perante essa atitude, as pessoas responderam organizando-se. E o estado, como sempre, reagiu com polícia e manigâncias legais. Agora, pretende que este projecto tenha o selo de «estratégico», ou seja, de «superior interesse nacional», abrindo a porta a todas as arbitrariedades e ao aumento da repressão. As populações locais estão cada vez mais atentas e organizadas e prometem não arredar pé da luta.

Nem níquel nem cobalto, a natureza fala mais alto

De novo embrulhados na «imperativa transição eléctrica», o nordeste transmontano vê pairar sobre si três pedidos de prospecção de minério: Valongo 2, Revelhe e Castrelos. Este último pretende apurar a presença de níquel, cobalto, cobre, ouro e platinóides e situa-se no concelho de Vinhais, tal como o de Revelhe, que quer procurar ouro, prata, cobre, chumbo e zinco. Valongo 2 é um projecto para prospecção e pesquisa de níquel, cobalto, cobre e platinóides. Os pedidos foram feitos pela empresa GMR Consultores, Lda., com sede em Braga.

O período de participação pública para o projecto Valongo 2 terminou em 4 de Novembro de 2024 e a maioria das sessões de «esclarecimento» foi agendada para depois dessa consulta pública terminar, o que, por si só, diz tudo sobre a transparência do processo e a participação que se pretende. O projecto não apresenta informações suficientes sobre a localização exacta dos locais onde fazer a prospecção, resumindo-se a uma cartografia muito ampla. Um polígono que cobre 105 quilómetros quadrados, em seis freguesias do concelho de Bragança e cinco freguesias do concelho de Vinhais.

Nas zonas dos pedidos, local onde vive a maior mancha de carvalho negral da Europa, incluem-se mais de 12 povoados, áreas protegidas, como a Serra da Nogueira e o Parque Natural de Montesinho, áreas da Reserva da Biosfera Transfronteiriça da Meseta Ibérica, reconhecida pela Unesco, da Rede Natura 2000, da Reserva Ecológica Nacional, da Reserva Agrícola Nacional, zonas de Domínio Hídrico e Património Cultural.

A área do pedido sobrepõe-se a uma rede hidrográfica bastante densificada e os locais de sondagem interfeririam certamente com áreas afectas ao domínio hídrico. Cobre também zonas de produção florestal no corpo da Serra da Nogueira e áreas de produção agrícola e agro-pecuária na sua base, nos vales e áreas circundantes aos aglomerados populacionais, com ocupações culturais temporárias e permanentes, estando grande parte destas áreas incluída em perímetros de rega alimentados por levadas e por regadios tradicionais. A sustentabilidade desta região assenta no cuidado cultural de preservação e manutenção dos recursos naturais existentes, pelo que qualquer desequilíbrio a comprometeria irreversivelmente.

> A maioria das sessões de «esclarecimento» foi agendada para depois da consulta pública terminar.

Finda a «consulta pública», aguarda-se agora a decisão da Direcção Geral de Energia e Geologia. Mas sabe-se de antemão que, como sempre, mesmo à revelia da vontade expressa das populações, será favorável à empresa, ainda que com condicionantes que apenas pretendem abafar a contestação.

2025: O território em leilão

Em Fevereiro de 2022, o anterior governo autorizou a prospecção e pesquisa de lítio em mais seis zonas do país. No passado dia 3 de Dezembro, na apresentação do Plano de Acção para o Regulamento Europeu das Matérias-Primas Críticas, a ministra do Ambiente e Energia deu um passo em frente e afirmou que o (actual) governo deverá avançar com concursos para prospecções várias em 2025. No que diz respeito ao lítio, o que está em causa são as seis áreas já identificadas.

Em comunicado, o movimento de cidadãos Seixoso-Vieiros: Lítio Não, representando uma dessas zonas, que abrange território de Felgueiras e Amarante e, em menores áreas, os concelhos de Fafe, Celorico de Basto e Guimarães, afirmou recusar «a narrativa de que o lítio é uma solução sustentável», reafirmando que «este modelo não é progresso, é exploração, e as comunidades locais não podem ser sacrificadas em nome de um desenvolvimento que apenas beneficia grandes empresas».

I Dipos? O que fica depois do assassinato do Odair.

Memorial a Odair Moniz, Restauradores, Lisboa (Manifestação "Sem Justiça não há Paz", Outubro 2024) Foto: Catarina Leal

M. LIMA, CATARINA LEAL, GARRAS (OUTROS ÂNGULOS), F. OLIVAL
M.LIMA@JORNALMAPA.PT, CATARINAFLEAL@GMAIL.COM; OUTROSANGULOS@GMAIL.COM; FILIPEOLIVAL@JORNALMAPA.PT

O assassinato de Odair Moniz, baleado por um agente da PSP no bairro da Cova da Moura, na noite de 21 de outubro de 2024, espoletou uma série de acontecimentos políticos históricos. Depois da morte de Odair, ficam as homenagens, as revoltas e a auto-organização dos bairros.

Nos últimos oito anos, pelo menos 13 jovens racializados foram assassinados pela polícia. A última vítima, Odair Moniz, foi baleado fatalmente por um agente da PSP no bairro da Cova da Moura, na madrugada de 21 de outubro de 2024. Este artigo, escrito a várias mãos por pessoas do coletivo Jornal MAPA, baseando-se em conversas com diversos membros do movimento Vida Justa, pretende dar a conhecer um pouco do que aconteceu após o assassinato de Odair, no bairro, fora dele e nos meios de comunicação social: os dias de luto, de homenagem e de revolta vividos nos bairros; a grande manifestação do dia 26 de outubro no centro da cidade de Lisboa; e as formas de auto-organização popular, de luta por justiça social e de construção de alternativas políticas, de que é exemplo a Assembleia Popular dos Bairros organizada pelo movimento Vida Justa no dia 24 de novembro de 2024, no Centro Cultural de Carnide.

Os testemunhos e reflexões aqui apresentados referem-se, na sua maior parte, a acontecimentos posteriores ao assassinato de Odair Moniz. No entanto, não podíamos deixar de falar sobre os antecedentes desta tragédia. Há sempre um «antes» histórico, uma teia de memórias de violência e de segregação que compõem parte da vivência das pessoas destes bairros. Mas, neste caso, ocorreram também episódios concretos e localizados, que raramente chegam a ser do conhecimento geral. Durante a reunião do grupo de trabalho sobre violência policial, organizada no âmbito da Assembleia de Bairros da Vida Justa em novembro, uma das jovens moradora na Torre da Marinha, no Seixal, relatou: «Eu tenho frequentado ultimamente bastante a Cova da Moura, principalmente à noite, e comecei a deparar-me com cenas que, na minha realidade, não existiam. Já ouvia falar, já tinha noção da violência policial, mas ver é diferente. Na noite anterior ao Odair ser morto, a polícia já tinha ido lá fazer todo um alarido. (...) Na madrugada anterior ao Odair ser morto (...), de sábado para domingo, eu estava lá

> [A] morte do Odair foi uma sequência do abuso que eles tinham ido fazer na madrugada anterior.

e reparei na palhaçada que eles fizeram. O assassinato do Odair foi uma sequência do abuso que eles estavam aí a fazer. Na noite anterior foram lá, deram imensos tiros para o ar, bateram em imensa gente inocente. E eles fizeram isso mais ou menos desde as 23h da noite até às 6h da manhã. (...) Chegaram com grandes carrinhas, a abrir, e as ruas estavam cheiíssimas, com crianças, muitas senhoras a vender as assadas. (...) Eles chegaram a abrir, cagando – entre aspas, desculpem o palavreado – se iam atropelar alguém ou não, ignorando que estavam pessoas na rua, e crianças e pessoas de idade, principalmente. Bateram em montes de gente. (...) Vários tiros de borracha foram mandados para o ar. E eles queriam causar o pânico. Para mim foi um bocado novidade, porque nunca tinha vivenciado, apesar de saber que aquilo acontecia. Mas as pessoas estavam ali muito normalizadas. É triste, porque já é o dia-a-dia das pessoas que estavam lá. (...) Na minha zona isto não existe. Na minha zona ninguém atira tiros para o ar. Se acontecesse, iria estar num jornal, iria ser um escândalo. Na Cova da Moura: é abafado. Porquê? As pessoas na Torre da Marinha são mais do que na Cova da Moura? Não. São pessoas igualíssimas. A diferença é que criminalizam um sítio e não criminalizam outro. Para quem esteve lá [na Cova da Moura] na madrugada anterior, também foi muito revoltante. (...) Eu só ouvia [tiros] e via a polícia com as armas, com as *shotguns*, todos encapuçados, ninguém identificado. (...) E a morte do Odair foi uma sequência do abuso que eles tinham ido fazer na madrugada anterior. (...) Não satisfeitos, acabaram por assassinar o Odair.»

Os vários «depois»
I Dipos? Ez ki ta fica pa dipos
Ez ka ta cuida di sez vida
Ez kre bem cuida di dinoz.
Na nha casa perda di tempo ka tem
Nu ta vivi di noz manera
I nu ka ta agrada ninguem.
Nu teni jetus, difetus, eros e qualidadis sima kualker um na kualker comunidadi.*

*E depois?
Eles que fiquem para depois
Eles não cuidam das suas vidas
e querem controlar as nossas
Na minha casa não perdemos tempo,
vivemos da nossa maneira e não agradamos ninguém.
Temos o nosso jeito, defeitos, erros e qualidades
como qualquer um em qualquer comunidade.

«I Dipos» - Boss BFH Mentis Afro

Entre o Zambujal e a Cova da Moura, delineava-se o epicentro da revolta desencadeada pela morte de Odair. Era por esses bairros do concelho da Amadora que se estendia a mais estreita rede de relações afetivas desse homem de 44 anos, nascido em Cabo Verde e residente há mais de duas décadas em Portugal. Em conversa com António Brito Guterres, amigo do MAPA, investigador em estudos urbanos e dinamizador comunitário, perguntámos sobre o que aconteceu após o assassinato de Odair. Na sua opinião, o episódio desdobrou-se em vários «depois». Há o «pós» vivido nos bairros, pelos seus habitantes, familiares, amigos e vizinhos do Odair; há o «pós» vivido no centro da cidade, na manifestação de 26 de outubro, por militantes antirracistas, antifascistas e outras pessoas solidárias; o «pós» vivido através da comunicação social; e ainda há o «pós» de um Estado Policial em ascensão.

O «pós» no bairro

As revoltas nos bairros explodem depois de a polícia invadir a casa da vítima, um dia após o seu assassinato, onde a família se juntava em luto. Este é o verdadeiro gatilho que motiva a queima de autocarros e contentores de lixo. De acordo com António Brito Guterres: «o escalar da reação a vários

bairros, para além daquelas redondezas ali, (...) é a invasão à casa do Odair. A revolta estava muito a acontecer naquela zona entre Cova e Zambujal, (...) onde havia aquela rede de relação do Odair, onde foi assassinado e onde morava. (...) Houve uma reação, mas (...) quando é anunciado que há uma invasão no velório na casa do Odair é quando a cena explode.»

A propósito destes protestos, o investigador lembra o que acontecera no bairro da Jamaika, no Vale dos Chícharos, Seixal, quando, em janeiro de 2019, a polícia violentou a família Coxi. Nas imagens de um vídeo que se tornou viral, vê-se um grupo de cerca de sete agentes da PSP a chegar numa carrinha e a agredir gratuitamente um núcleo familiar. Depois de os homens da família serem atacados pela polícia, duas mulheres tentam intervir no conflito e são igualmente empurradas e deitadas ao chão. É no seguimento destas agressões que cerca de 300 jovens de bairros periféricos decidem manifestar-se espontaneamente, no dia 21 de janeiro do mesmo ano, no centro da cidade, e descer a Avenida Liberdade. Muitos nunca tinham ido a uma manifestação mas, de acordo com Brito Guterres: «Quando batem nas mães… Aí acabou a brincadeira, o pessoal não aguenta mais.»

Quando um menino de 14 anos, ao celebrar um golo, foi buscar uma daquelas t-shirts da UEFA que diz "No to Racism" com a cara do Odair, a polícia entrou em campo e obrigou o árbitro a dar cartão vermelho, expulsando aquele jovem jogador.

Acerca das intenções dessa invasão à casa do Odair, António Brito Guterres comenta que nenhuma delas poderá ser boa: «Porque o cenário de "Ai, enganaram-se…", não acredito. Para já, porque a casa de Odair não tem nada a ver com o sítio onde houve a manifestação nesse dia e onde houve o incêndio do autocarro. Nada: é na outra ponta do bairro. Vê-se perfeitamente que é um velório, pelo tipo de pessoas que tens à porta de casa. Porque tens uma série de cotas mais velhas a carpidar e percebes claramente que o "engano" por parte da polícia é difícil. O que me leva a pensar que a motivação foi de provocação, para criar mais tensão. Porque ao contrário do que as pessoas pensam, ali não há sensibilidade (...). E tu percebes esta relação quando, por exemplo, num dos dias seguintes ao assassinato, uma pessoa me telefona meio em pânico a dizer que dentro do dispositivo policial que se mantinha no bairro, está um polícia a dançar "à preto", ou seja, um agente da polícia a ironizar a maneira como os afrodescendentes dançam e, quando alguém o questiona, é ameaçado».

Outro exemplo referido por António Brito Guterres é o de um torneio organizado na semana seguinte ao assassinato, na escola do Zambujal de Baixo, pela Academia do Johnson, uma instituição com trabalho social e comunitário: «Normalmente neste torneios há dois polícias a acompanhar. Mas neste torneio estavam oito polícias de *shotgun* a fazer esse trabalho. E dá-se um momento "surreal", quando um menino de 14 anos, ao celebrar um golo, foi buscar uma daquelas t-shirts da UEFA que diz "No to Racism" com a cara do Odair e a polícia entrou em campo, obrigou o árbitro a dar cartão vermelho e expulsar aquele jogador de 14 anos.»

Para além destes exemplos de repressão, o Zambujal sofreu outras consequências institucionais. Os autocarros, por exemplo, que já pouco passavam, deixaram de passar, de todo.

Luís Semedo (MJ), músico e militante pela comunidade que cresceu desde o início dos anos 80 na Cova da Moura, conta que viu «muita revolta na população, não só da Cova da Moura, mas em vários bairros, por causa do falecimento do Odair. (...) Vi também muitas crianças revoltadas. Queriam saber como é que vamos ultrapassar isso, como é que vamos resolver isso...»

Para Madalena Silva (Mada), técnica de intervenção em escolas e moradora do bairro da Torre, no concelho de Cascais, «materializou-se muito daqueles que são os receios de muitas mães, de muitas famílias, de muitos bairros: de repente, quem é negro ou quem é de uma minoria vê que, efetivamente, o racismo mata.»

O «pós» no centro da cidade

Outro «depois» referido por António Brito Guterres reporta-se, sobretudo, à manifestação com o mote «Sem justiça não há paz», convocada pelo movimento Vida Justa para o dia 26 de outubro, com percurso marcado entre o Marquês do Pombal e a Praça dos Restauradores, em Lisboa. Perante a iminência da manifestação, a resposta por parte das instâncias de poder foi esvaziar a Avenida da Liberdade: «No dia antes já estavam a preparar o esquema todo, a dizer que ia haver tumultos, obrigatoriamente, e a fechar o comércio. (...) Fecharam as lojas todas, nem trabalhadores há para se juntarem a ti. E isso foi muito impressionante, essa imagem. Tens o "direito" à manifestação, vens para o centro da cidade, mas tiram-te a cidade.» Ainda assim, António sublinha o impacto mediático da manifestação e o sucesso da auto-organização do protesto. Este tipo de protestos marcados para o centro da capital, que normalmente se caracteriza por ser «mais branco», desta vez assumiu, na opinião do investigador, contornos diferentes: «Curiosamente, desta vez aconteceu uma certa fusão disso e até uma predominância do pessoal da periferia na realização de um protesto no centro da cidade. Quando se fez a manifestação, de facto aquilo teve muito pessoal militante, solidário, do centro da cidade, mas temos essencialmente, na linha da frente, na organização, muito pessoal da periferia». Explica que os próprios moradores destes bairros montaram um aparelho de segurança para se protegerem contra potenciais infiltrados e provocadores, e que a reunião que precedeu a manifestação foi reforçada com uma mensagem clara: «Aqui somos vistos como inimigos de toda a gente, mas temos que arranjar maneira de chegar ao fim: homenagear o Odair, mostrar o nosso descontentamento, mostrar a nossa revolta».

Chegadxs a este ponto da conversa, surgiu-nos a pergunta: será que podemos dizer que as pessoas da periferia estão a usar mais o centro da cidade e as ditas áreas nobres? Ou os processos de gentrificação a que assistimos nos últimos 20 anos em Lisboa restringem o acesso à cidade a uma franja minoritária da população? Embora atualmente se verifique cada vez mais presença de habitantes das periferias no centro de Lisboa, António Brito Guterres não vê neste fenómeno um sentimento real de pertença: «o pessoal aprende mais a navegar no centro de Lisboa. Mas é navegar, não é estar nela. É saber por onde passar, por onde ir, como fazer coisas específicas: trabalhar, estudar, etc.»

Homenagem a Odair Moniz (Zambujal de Baixo - Outubro,2024)

Por outro lado, paralelamente, assiste-se à visita de pessoas do centro da cidade às periferias. António explica que, como consequência de o centro se apresentar, muitas vezes, culturalmente estéril, cada vez mais desprovido de relações de vizinhança ou comunitárias, reduzindo-se a um espaço elitista e mercantilizado, muitas pessoas deslocam-se aos bairros em busca de outras formas culturais «onde há festas com um tipo de contexto diferenciado e próprio, mas que, de alguma forma, está mais próximo do que nós estávamos habituados a ter na cidade de Lisboa: mais à vontade, sem grandes padronizações burocráticas. Então, é um espaço de liberdade que tem boa potencialidade. E noto cada vez mais que pessoas que eram de Lisboa e brancas vêm frequentar esses sítios como espaços de consumo cultural.» No entanto, isto não significa necessariamente uma diminuição de preconceitos: «muitas vezes, na questão do consumo cultural, distrais-te. Estás mesmo só a consumir cultura de forma quase exótica e não de facto a relacionar-te.»

Manifestação "Sem Justiça não há Paz", Outubro 2024

O «pós» na comunicação social

No geral, nos últimos anos, têm-se assistido a discursos alinhados entre a comunicação social, a polícia e a governo para a perpetuação de uma imagem dos bairros sociais como refúgios de criminosos e de gente que deve ser mantida à margem e, idealmente, domesticada. No entanto, as pessoas entrevistadas para este artigo também indicaram que a estratégia mediática habitual não está a ser totalmente eficaz: o discurso jornalístico que criminaliza as vítimas de violência policial é cada vez mais contestado. Na opinião de Mada, desta vez, «não houve tanta segurança a afirmar taxativamente que quem estava ali era um bandido. Houve um momento em que a polícia tentou fazer essa construção, essa demonização do Odair, mas foi caindo também nos meios de comunicação.» Ainda nas suas palavras: «quando eu percebi que estava a haver informação de que efetivamente o Odair trabalhava, era cozinheiro e tudo mais, até para mim mesma foi um choque pensar: "este não é o típico gajo do bairro que os meios de comunicação

Foto: António Brito Guterres

Foto: Anónimo

Foto: Outros Ângulos

às vezes tentam trazer: este é um homem que trabalha." (...) Acho que desta vez não se conseguiu esconder muito quem é que era o assassino e quem é que era a vítima.» Para além disso, Mada reconhece que, neste caso, em alguns momentos, os media trouxeram uma maior pluralidade de vozes para contestar as versões enviesadas sobre os bairros. Assim, apesar de «continuarmos a ter muitas narrativas contra os bairros, contra as pessoas das minorias, em muitos dos comentadores que estiveram na televisão, acho que desta vez também tivemos um bocado de representatividade de pessoas com linhas de pensamento fora desse contexto». Não houve apenas «o dedo a apontar para as comunidades dos bairros», mas também houve tempo de antena para «quem tenha refletido e tenha trazido conversa estruturada».

António Brito Guterres, que acompanhou de perto o caso, foi uma das pessoas convidadas pela media *mainstream* para o comentar. Destacou formas de resistência que surgem perante a (já habitual) parceria entre administração local, polícia e comunicação social, que retrata as pessoas da periferia como inimigas, levando a que o seu comportamento numa manifestação no centro da cidade esteja sujeito a um grande escrutínio. António lembra novamente a manifestação espontânea que ocorreu em 2019, na Avenida da Liberdade, no seguimento das agressões policiais à família Coxi, do bairro da Jamaika. Historicamente, foi das primeiras vezes que pessoas dos bairros, a maioria racializadas, vieram manifestar-se em peso no centro da cidade. Os primeiros relatos «oficiais» acerca do protesto acusavam os manifestantes de terem atirado pedras. O desmentido é conseguido, no entanto, por duas pessoas alheias à manifestação, mas que testemunharam a seu favor: «Se tu [como pessoa do bairro] falares sobre o teu caso, ninguém quer saber: se for uma pessoa que está na *manif*, és desqualificada. Quem foram as duas pessoas que testemunharam a dizer que nada disso aconteceu? Foi o Salaviza, que é realizador, e o João Soares, que estava na Avenida da Liberdade e fez um *post* a dizer: "tudo o que estou a ver nos *media* é mentira. Eles estavam na Avenida da Liberdade, a descer ordeiramente. Foram os provocadores que mandaram pedras"». Foi por esse motivo que, para a manifestação de homenagem a Odair Moniz, pensou-se ter presentes pessoas com alguma relevância mediática, uma vez que, perante estas pessoas, «a reação da polícia é muito diferente e dificilmente levantam um cassetete com a mesma rapidez».

O «pós» de um estado policial em ascensão

Com o crescimento da extrema-direita no panorama governativo nacional, são aprovadas políticas que antes seriam impensáveis, como a proposta do Chega na Câmara Municipal de Loures, para alteração ao regulamento de habitação no município, aprovada no órgão executivo, com o carimbo socialista e social-democrata, permitindo que sejam despejadas das habitações municipais pessoas que tenham sido condenadas por crimes, de forma a legitimar o despejo de famílias de jovens alegadamente envolvidos nas revoltas após o homicídio do Odair. Nos Açores, a assembleia regional aprovou uma medida que pretendia colocar como alvo de discriminação filhos e filhas de pessoas desempregadas no acesso às creches. Em Alpiarça, a Câmara recusa-se a conceder apoio a famílias que exibam «sinais exteriores de riqueza». A nível nacional, AD e Chega votaram em conjunto para alterar a lei de bases da saúde e aprovaram propostas para limitar o acesso de estrangeiros em situação irregular ao Serviço Nacional de Saúde. Todas estas medidas penalizam os mais pobres, em vez de investir na erradicação da pobreza.

Mais recentemente, assistiu-se a uma operação policial brutal na rua do Benformoso, em Lisboa, em que largas dezenas de imigrantes foram encostados à parede e revistados sem qualquer justificação. Para António Brito Guterres, a conduta do primeiro-ministro Luís Montenegro em relação a estas rusgas revelou-se muito perigosa: «Aquilo soa muito a estado policial». Entre o dia 4 de novembro e meados de dezembro de 2024, esteve a decorrer a campanha «Portugal Sempre Seguro», com ações de fiscalização planeadas em diversos pontos do país. De acordo com o investigador «o governo pediu à polícia para mostrar presença na rua e fez o "Portugal Sempre Seguro", que é inaugurado com a filmagem da polícia e da ASAE no Martim Moniz e no Benformoso». António sublinha a estratégia de enviesar perspetivas sobre a criminalidade com base na criação do «outro». Pergunta-se porque não ouvimos falar de feminicídio, quando este representa cerca de um terço dos homicídios em Portugal. «Porque são feitos por portugueses. (...) Continuamos na cena de inventar o outro, porque o outro é muito importante para as pessoas políticas.»

Em resposta aos atos repressivos perpetrados no Benformoso, dezenas de milhares de pessoas marcharam entre a Alameda e o Martim Moniz, no dia 11 de janeiro de 2025, numa manifestação com o mote «Não nos encostem à parede», para contestar a mensagem de que Portugal precisa de um estado policial para lidar com populações migrantes.

> Continuamos na cena de inventar o outro, porque o outro é muito importante para as pessoas políticas.

Para muitos moradores dos bairros, participar em manifestações de repúdio à violência policial é arriscado. Para além de consequências pessoais, as retaliações podem afetar as associações comunitárias e os apoios institucionais que estas recebem, arriscando-se a perder os poucos fundos concedidos pelos poderes locais. António Brito Guterres explica que os fundos públicos funcionam como mecanismos não só para dividir a comunidade, mas também para pacificá-la: «o pessoal está muito sequestrado pelos poderes políticos em cada uma das suas zonas e, quando se aparece a reclamar a política pública e se for em sentido contrário, ou se der a entender que o município onde tu estás não apoia o suficiente, pode dar-se o caso de haver consequências». E resume da seguinte forma a condição sistémica dos bairros sociais promovida pelas políticas públicas das últimas décadas: «os investimentos nestes bairros e na vida destas pessoas são micro. (...) Há pouco investimento em equipamentos, em competências para as pessoas, em criar boas condições nas escolas. O que sobra para os bairros são estas migalhas: fundos de 50 mil euros que de vez em quando ganhas, de vez em quando não ganhas... E depois tens o pessoal dos bairros a competir uns contra os outros para ganhar aquela porção de migalhas que duram um ano».

Outra política governamental adotada nos últimos anos, que surgiu recorrentemente nas nossas conversas, foi o controverso «policiamento de proximidade». Celso, membro ativo do associativismo comunitário do bairro da Cova da Moura, conta-nos ter sido vítima de violência policial em 2015, quando, na sequência da detenção pela PSP de um jovem músico da comunidade, se deslocou à Esquadra de Alfragide com o companheiro Flávio, enquanto dinamizadores comunitários, para averiguarem o que tinha acontecido. Uma vez que tinha sido criado um protocolo de «proximidade» entre a PSP e a associação local em que trabalhavam, esperavam que fosse possível estabelecer diálogo. Pelo contrário, foram recebidos com ódio racista e brutal violência: «Em 2015,

quando eu e o Flávio fomos em auxílio, ou a tentar saber o que é que tinha acontecido nessa tarde com um jovem artista que é aqui do Bairro da Horta Nova, o Timor, deslocámo-nos à esquadra. (...) Em vigência ainda estava supostamente em prática um protocolo que tinha sido acordado em 2002, quando um vizinho meu, um grande amigo meu, tinha sido morto, um jovem de 17 anos, o Ângelo, pela polícia com um tiro pelas costas, quando não tinha feito rigorosamente nada. Então, tinha sido elaborado um protocolo em que depois estabeleceu-se (...) a "polícia de proximidade". Foram feitas diversas atividades: os agentes envolviam-se em atividades com os jovens do bairro, (...) [para] tentar entender a cultura do bairro e as diferenças culturais, para que isso pudesse encurtar aquilo que poderiam ser desentendimentos, mas que facilmente poderiam ser perceptíveis e de fácil resolução. Quando nos deslocámos lá [à esquadra] foi exatamente nesse espírito, dentro desse protocolo. E quando nós lá chegámos (...) não estávamos a contar que seríamos tratados como criminosos, pelo contrário. (...) Queríamos somente falar com o chefe da esquadra para saber se estava tudo bem, se era possível, da nossa parte, haver algum tipo de auxílio (...) e isso não foi possível. Nesse dia fomos vítimas daquilo que é já um sistema infelizmente, sobre os corpos negros, de uma violência indescritível, que atentou contra as nossas vidas».

Foto: Outros Ângulos

Foto: Outros Ângulos

Manifestação "Sem Justiça não há Paz", Outubro 2024

> Quando foi o realojamento [dos bairros de autoconstrução para habitação social]... tiraram-te do teu bairro, tiraram-te as pessoas, tiraram-te das redes(...) Foi preciso uma geração, 20-25 anos, para que o pessoal que estava nestes sítios se conseguisse reorganizar.

Sobre esta mesma situação, o músico MJ reforça que «eles [jovens moradores da Cova da Moura] não estavam à espera disso, porque (...) tinham aquela proximidade com a polícia. Pensavam que seriam recebidos simplesmente como jovens que queriam saber o que se passava». E recorda ainda que, nesse dia, quando chegou a casa vindo do trabalho, o seu pai «já tinha ouvido as notícias do que aconteceu, e ele sabia que tanto o Celso como o Flávio são meus amigos de infância, e disse: "os teus amigos são malucos, foram invadir a esquadra". E eu disse: "invadir a esquadra!? Esses dois não fariam isso assim…" Depois organizámo-nos para lidar com a situação, acompanhar os nossos amigos, e o resto da história é relativamente conhecida». Esta é apenas uma das muitas experiências que abala a confiança desta e de outras comunidades periféricas nesta instituição estatal, reforçando a esperança na auto-organização.

Auto-organização: Vida Justa

Face a tantas adversidades, é das próprias pessoas que habitam os bairros que surgem as soluções. De acordo com Madalena Silva, o mais importante será colocar praticidade na luta destes movimentos sociais: «nós precisamos efetivamente de discutir teoria, precisamos de desabafar uns com os outros, e eu sinto que há muito este desabafo, mas [é preciso] também colocar em termos práticos: o que é que nós vamos poder fazer?». Mada continua: «Tenho trabalhado muito nesta questão da praticabilidade nas escolas onde eu trabalho (...). Por exemplo, pedir aos professores para serem mais inclusivos (...). Não necessariamente, se calhar, falar sobre coisas negativas, mas falar quem são as rainhas africanas, o dia do cabelo da criança africana. Começarmos de baixo e a colocar em prática. Começar a haver debates nos bairros sobre racismo. Eu acho que nós, os próprios negros, e às vezes certas minorias, também estamos muito mal informados. O nosso posicionamento também é influenciado por essa falta de informação. E eu acho que a partir de agora, com esta maior tomada de consciência, há a possibilidade de abrirmos um caminho para haver mais sentido crítico pelas próprias pessoas das minorias».

Para António Brito Guterres, uma das sementes mais positivas a nível de resistência e de auto-organização é o movimento Vida Justa. O investigador lembra, no entanto, que «quando foi o realojamento [dos bairros de autoconstrução para habitação social], prometeram que todos iam poder estudar, toda a gente ia ter condições, emprego, e isso não aconteceu! Quando fizeram isso, tiraram-te do teu bairro, tiraram-te as pessoas, tiraram-te das redes. O que aconteceu foi que, nos primeiros 20 anos, a política pública fez o que quis destes territórios, porque as pessoas não estavam organizadas para intervir. E, se reparares, foi preciso uma geração, 20-25 anos, para que o pessoal que estava nestes sítios se conseguisse reorganizar, reconectar, perante a estranheza daquilo tudo, e de repente temos uma "associação", somos uma frente». Neste momento, as ações da Vida Justa podem representar essa reorganização política. Para António, o movimento junta pessoas de muitos sítios diferentes que estão muito envolvidas e «a querer fazer coisas. (...) Aquilo que a Vida Justa está a fazer assusta muita gente. A Vida Justa tem um compromisso bem interessante, que é (...) procurar olhar para os vários eixos que envolvem as pessoas que moram nestes territórios e tentar resolver as questões. Resolver mesmo na prática! (...) Por exemplo, está uma pessoa a ser despejada. A gente vai estudar a lei. (...) Então, se a pessoa não pode ser despejada segundo o que está na lei, arranjamos um advogado». Podem trabalhar sobre outras questões, como os transportes. Uma das ações da Vida Justa passou por fazer um vídeo que denunciava a grande demora dos transportes da Carris Metropolitana entre o Cacém e Lisboa, bem como a falta de paragens, mostrando que muitas trabalhadoras tinham de esperar longos períodos pelos autocarros: «Demora-se muito para chegar ao Cacém e para ir para Lisboa. Chegas ao Cacém, tens de esperar três autocarros para entrar num, porque estão todos cheios. E depois (...) nem sequer tem paragens para onde vais trabalhar. Então fizemos esses vídeos e a Carris Metropolitana já fez as paragens».

António conta-nos também que a forma de organização da Vida Justa corresponde à de um movimento diverso, descentralizado, mas com objetivos comuns: «Quando temos esse compromisso, cada um pode ter a sua cena: podes ser anarquista, podes ser comunista, socialista, o que for, mas ali é resolver os problemas das pessoas (...). Se houver um despejo, vamos reclamar e não interessa de "quem" é a Câmara: estamos ali para ajudar aquelas pessoas. Isso tem uma vantagem, que é a de alargar muito o espectro a várias pessoas que podem entrar e querem entrar».

A mesma esperança é partilhada por MJ: «Claro que esta assembleia é um dos frutos, é a primeira assembleia, e espero que ainda mais pessoas participem em futuras assembleias. Ao colar os cartazes e ao falar com a população, não só no Casal da Mira como também na Reboleira, eu senti que muitas pessoas estavam à espera de uma assembleia para nos começarmos a organizar, a defender e a conhecer os nossos direitos». Quando perguntámos sobre as reivindicações e os projetos que o movimento Vida Justa possa trazer, MJ responde: «pelo que eu tenho visto, vão sair vários projetos, e espero que muita gente comece a abraçar estas causas. (...) Espero que esta assembleia seja apenas uma das primeiras e que tenhamos sucesso no futuro».

Dos bairros, testemunhos de violência policial

Foto: Outros Ângulos

O movimento Vida Justa convocou uma assembleia de bairros para o dia 24 de novembro de 2024 no Centro Cultural de Carnide, no Bairro Padre Cruz, em Lisboa. Mais de 200 pessoas participaram neste evento, cujo objetivo era «construir um programa de acção que mude as nossas vidas».

No plenário de abertura da assembleia, Flávio Almada apresentou o movimento Vida Justa, iniciado em fevereiro de 2023, como um espaço comum de luta para melhoria das condições de vida nos bairros. Lembrou que diferentes bairros têm contextos semelhantes, mas que faltava uma plataforma de diálogo entre si: «Os bairros tinham os mesmos problemas, mas não dialogavam. (…) Muda a paisagem, mas a realidade mantém-se. (…) Hoje é um dia histórico: vamos começar a trabalhar isso de uma forma mais ampla. Muita gente vai chegar aqui à conclusão de que os problemas da Cova da Moura são parecidos com os problemas do bairro 6 de Maio».

Após esta sessão plenária introdutória, as pessoas dividiram-se em grupos de trabalho para debater temas específicos: habitação, transportes, imigração, salários, poder popular e violência policial. Refletindo a experiência de diálogo que emanou da assembleia da Vida Justa, o Jornal MAPA dedica duas páginas a um mural de testemunhos recolhidos junto do grupo de trabalho destinado a pensar as questões da violência policial.

Manual de sobrevivência

«Recordo-me (…) quando foi desenvolvido o "manual de sobrevivência" pela associação Khapaz (…), que contém algumas leis dos nossos direitos e deveres (…). Lembro-me de uma interação, em que estava no bairro. A polícia veio, (…) aproximou-se e a primeira coisa é mandar toda a gente encostar-se à parede: uma revista. Mas, pronto, para quem vive num ambiente de bairro, sabe que os direitos do cidadão comum não estão em prática, não são respeitados. Mas, nesse dia, por acaso, tinha o "manual de sobrevivência" comigo. (…) Quando chegou o agente eu sabia que ele não poderia ter essa interação sem antes apresentar uma justificação plausível para que pudesse solicitar ou pedir-me a minha identificação. Então comecei a ler uma das alíneas (…) e ele agarrou logo no manual e (…) acabou por rasgar e queria vir já para cima de mim. (…) Quando nós não temos capacidade para entender que o diálogo é possível antes de enredar por outros caminhos mais físicos… Nós entendemos que há um problema muito grave nestes indivíduos que estão a fazer o policiamento ou que estão a fazer o seu trabalho nas nossas comunidades. (…) É difícil perceber que nós simplesmente, utilizando um meio de comunicação verbal, (…) não somos reconhecidos como cidadãos ou como pessoas. (…) Nós constantemente somos desumanizados por eles, simplesmente por tentarmos falar. (…) Nós tentarmos conversar é uma afronta para eles».

Não é só no bairro social. Tem zonas de Lisboa que o negro não pode andar.

«Eu costumo almoçar na cantina [da faculdade] nos dias de semana, mas no fim de semana eu costumo fazer comida em casa. Um dia eu saí da minha casa no Campo Grande para ir fazer compras no Lidl de Alvalade. (…) Eu estava a fazer aquele percurso, o carro de polícia estava atrás de mim. (…) Mandaram-me parar. Eu parei, saíram três polícias. [Um deles] pergunta-me o que é que estou a fazer naquela zona. Eu disse a ele que eu moro naquela zona. Então os [outros] dois saíram e pediram-me o documento de identificação. Eu estava assustado naquela hora. Em plena luz do dia, estava muita gente. Eu tirei o meu documento e entreguei. O outro ficou atrás do carro, pega o meu documento e está a fazer uma chamada. Eu disse a ele: "O que é que eu fiz? O que é que eu fiz? O que é que eu fiz?" (…) Ele fez uma chamada, quase 30 minutos. Não sei nada o que é que ele estava a fazer com o meu documento. E depois ele deu-me o documento e manda-me seguir. Eu perguntei-lhe: "O que é que eu fiz? O que é que está a acontecer?" Eles não sabem me explicar. (…)

Segundo: no outro dia (…) esqueci as chaves [de casa] dentro do quarto e a porta trancou. Então liguei à senhora responsável da casa para dar-me a chave suplente para abrir a porta. Ela disse para eu chamar os bombeiros. Eu chamei os bombeiros. Eles pediram-me informações sobre os meus dados. Falei com o pessoal dos bombeiros. Eles vieram com dois carros da polícia e mais o dos bombeiros. Então eles entraram na casa (…), abriram a porta e (…) depois os polícias entraram e começaram a fazer busca no quarto. Eu disse a eles: "Vocês vieram só para abrir a porta, mas não é busca, eu não sou criminoso." (…)

E terceira: eu estava a sair da faculdade, estava a esperar a camioneta na paragem para voltar para casa. (…) A polícia estava a passar e eles mandaram-me parar. Estavam muitas pessoas também na paragem. Então eu parei e eles disseram: "O que é que tu tens no bolso?". Eu disse: "Não tenho nada". Eles começam a revistar. (…) Eu não tinha nada nos bolsos.

No decorrer dessa história, a ilação que eu tirei foi três coisas: primeira coisa é que só seres negro a andar na rua, és suspeito. (…) E segunda: tem zonas, não é só no bairro social, tem zonas de Lisboa que o negro não pode andar. Só andar lá, é suspeito. Ou não pode viver lá, se estás naquela zona, ou é porque és bandido. E terceira coisa: quando eu estou com os meus colegas de faculdade brancos, eu sinto a forma que sou tratado perante a polícia. Mas se eu estou sozinho, o comportamento é outro. É isso que eu queria partilhar».

Nós constantemente somos desumanizados por eles [polícias], simplesmente por tentarmos falar. (…) Nós tentarmos conversar é uma afronta para eles.

Vocês que são pretos, vocês resolvam entre vocês

«Houve um episódio na minha vida em 2009 que eu precisei da polícia. Precisava mesmo da polícia. Eu fui fazer queixa na esquadra de Rio de Mouro e basicamente, não diretamente das palavras assim dizendo, foi: "Vocês que são pretos, vocês resolvam entre vocês". E era um caso mesmo grave. Eu tive na altura de me deslocar à PJ do Cacém e só lá, por ter sido atendida por uma mulher e ela compreender aquilo de que eu estava a fazer queixa, é que seguiu para a frente.

Depois disso, eu decidi parar de estudar na zona, já tinha acabado o meu 9.º ano, e fui estudar para o Marquês do Pombal. Uma escola, podemos dizer, de elite. Nós éramos 2% ou 1% em 100% da escola de pretos, que vínhamos da periferia e havia sempre grandes embates e só aí é que eu percebi: onde nós vivemos e quando vamos para Lisboa é completamente diferente. Ali os miúdos fazem o que querem e o que lhes apetece mesmo em frente da polícia e não

Assembleia Vida Justa em Carnide

Foto: Outros Ângulos

Ele diz-me: "Três polícias foram à escola falar comigo, sozinho". Um miúdo de 10 anos! Ele diz-me: "Entrei em pânico! E o meu coordenador ficou calado. Não chamou a minha mãe".

lhes acontece nada. Digo-vos que eram mais de 20-30 alunos a fumarem ganzas à frente dos professores, na escola, polícia a passar... Não querem saber. (...) Mas desculpem lá: porque é que a Cova da Moura não pode ser um sítio para nós africanos, (...) porque é que nós pretos não podemos estar aos montes a ouvir música, a dançar e a beber, mas eu posso ir ao Bairro Alto e ver (...) muitos brancos juntos a fazer porcaria e não lhes acontece nada?».

A polícia tem ido muitas vezes às escolas abordar miúdos de 10 anos

«Eu faço parte de uma associação, sou Técnica de Intervenção Social, estou a trabalhar com miúdos no [Programa] Escolhas e tem havido vários casos de violência policial nas escolas com os miúdos. Eu não falo de violência de chegarem e agredirem. É, por exemplo, aquele miúdo tirou a caneta do estojo do "B" e vocês chamam a polícia. Isso é ilegal. (…) Não chamam os pais. Tive uma situação este ano de um rapaz (...): foi chamado à polícia, não avisaram os pais, não avisaram ninguém. O miúdo passou a tarde na associação a chorar. (...) Ele diz-me: "Três polícias foram à escola falar comigo, sozinho". Um miúdo de 10 anos! Ele diz-me: "Entrei em pânico! E o meu coordenador ficou calado. Não chamou a minha mãe". A polícia intimidou-o, mesmo: "Vê lá o que é que estás a fazer!". Puseram-no na CPCJ, logo, diretamente, não houve contacto com ninguém. (...) E eu pergunto-me: "Será que, se for noutra escola, de elite, se não for dos bairros, vocês vão ter essa atuação?". (...) Isso dos miúdos tem-se mesmo que revisar, porque a polícia tem ido muitas vezes às escolas abordar miúdos de 10, 11, 12 anos, sozinhos, sem os pais, sem nada, e não há proteção sequer das escolas. E os pais não são avisados».

Os bairros tinham os mesmos problemas, mas não dialogavam. (...) Muda a paisagem, mas a realidade mantém-se.

que defender que é justa, é legítima. (...) É importante a gente ter uma posição de apoiar as pessoas que estão a ser criminalizadas agora por causa dessa revolta».

Desde quando é que um carro vale a vida de uma pessoa?

«Tenho tido muito contacto com casos de violência policial pelo meu trabalho: eu sou advogada. (…) Não tem nenhuma explicação para o grau de desumanização que tem em relação a alguns bairros e zonas, que não seja o racismo. É o racismo que cria esse grau de desumanização que faz com que as pessoas, quando a gente vai discutir o que aconteceu com o Odair, as pessoas acham que é normal, a polícia ter entrado e ter matado uma pessoa num lugar porque a pessoa furtou um carro. Desde quando é que um carro vale a vida de uma pessoa? (...) É a imagem racista que criam dos bairros que legitima a violência que atinge as pessoas que estão nos bairros, mesmo quando essas pessoas não são negras. (...) E a pobreza também. (...) Eu nunca tinha visto tanta revolta tão espontânea em tantos lugares diferentes, como foi a seguir ao assassinato do Odair, e eu acho que a gente está num momento em que é importante ter espaços que nem este aqui, para a gente não deixar essa mobilização, esse fogo de revolta – que é muito legítima – esfriar. (…) Eu acho que a gente tem de defender essa revolta, tem

Temos de começar a questionar a existência do policiamento constante ou, em geral, do policiamento.

«Faço parte de um coletivo anticarcerário que se chama Vozes de Dentro. (...) Há mais de 3 anos que acompanhamos as lutas das pessoas que estão presas. (...) Conhecer a situação das prisões é fundamental, para qualquer movimento que queira juntar pessoas do povo e que queira juntar as pessoas pobres e não dividi-las (...). Aquilo que acontece nas prisões é uma vergonha. Nenhuma "culpa" (...) pode justificar as pessoas passarem fome, não ter roupa para vestir, não ter o básico e não ter água quente no Inverno. E isto é o que o Estado dá a quem é considerado culpado. (...)

Deveríamos incluir no nosso movimento as pessoas recém-saídas da prisão, para sabermos quem são, porque normalmente estas pessoas são racializadas, ou são negras, ou são ciganas, ou são migrantes, e quando são brancas entram também na categoria comum a todas: pobres (...) Temos de começar a questionar a existência do policiamento constante ou, em geral, do policiamento. (...) Os problemas que são resolvidos através da punição da polícia são problemas de saúde, são problemas de falta de habitação, são problemas de falta de trabalho, são problemas de pobreza, são problemas de saúde mental, especialmente. Há publicações que dizem que 70% ou mais das pessoas que estão presas são pessoas com situações de saúde mental importantes. Queria considerar que falta um pouco uma conversa e uma cultura antipunitivista e anticarcerária, que talvez deveríamos ter a coragem de levar para a frente, em conjunto com as pessoas que têm a experiência da privação da liberdade e especialmente as mulheres».

Tem muito racismo, mas também é uma discriminação social

«Sou de Setúbal, do Bairro da Bela Vista. (...) Tem muito racismo sim, é verdade, mas também é uma discriminação social. Antes do Covid (...) estávamos no estúdio, que era perto da minha casa, e aparece a polícia em peso. Era de noite. Se calhar estávamos a fazer um pouco de barulho, ok. Mas chega a polícia em peso. Chega um colega nosso que acabou de sair do trabalho, é rasta, e a polícia começa a pedir em modo... com as espingardas e tudo, a pedir a identificação e um dos nossos colegas, que era branco, tira o telemóvel e começa a filmar. (...) E um dos polícias mete-se à frente: "Tás a fazer o quê?" "Tou a filmar, porquê? Não posso?" (...) O polícia que estava a revistar o nosso outro irmão vem lançado (...) e dá-lhe uma cabeçada. O gajo continua a filmar. (...) Agarram nele, levam lá para trás, começam a espancá-lo. (...) E a dizer: "Devolve, devolve!" Ele não fez nada. Fomos para a esquadra, ficámos lá à espera (...). É para dizer que eu acho que é discriminação social, mais do que o racismo, que também existe muito.»

Todos perdemos quando deixamos que o debate seja sobre «os bairros» e não sobre a polícia

Nas semanas que se seguiram ao brutal assassinato de Odair Moniz pouco se discutiu sobre os métodos da PSP. Pelo contrário, muitos foram os debates sobre os «bairros», com o centro da discussão posta nas condições indignas de muitas dessas zonas periféricas da grande Lisboa, as questões socioeconómicas, os fenómenos de «marginalidade» ou a suposta apetência dos moradores dessas zonas para o crime.

NUNO PEREIRA

ACAB
O BAIRRO UNIDO JÁ MAIS SERÁ VENCIDO
SEM JUSTIÇA NÃO HÁ PAZ
JUSTIÇA PARA ODAIR
ABAIXO A VIOLÊNCIA POLICIAL RACISTA E A REPRESSÃO NOS BAIRROS

Manifestação "Sem Justiça não há Paz", Outubro 2024 Foto: Outros Ângulos

O debate, baseado sobretudo nos preconceitos de quem olha para estas zonas como eternos «bairros problemáticos» é importante se for feito exatamente para desmentir a ideia de que a criminalidade é um exclusivo das zonas desfavorecidas, ou para destacar os reais problemas inerentes às populações proletarizadas e excluídas dos direitos de «cidadania democrática». Mas porquê agora? Foi «o bairro» que matou Odair? Não foi.

O que aconteceu agora, pela enésima vez, foi o total desrespeito pela vida humana por uma instituição que usa e abusa da autoridade conferida pelo estado (todos nós, em teoria) e que não é, nem nunca foi, uma instituição que promova a «cidadania» democrática ou outra qualquer.

Essa instituição é a Polícia.

Carregamos em Portugal o peso de uma polícia que nunca deixou para trás os fundamentos teóricos e práticas diárias que adquiriu durante os períodos republicanos e salazaristas, carregamos uma visão de autoridade que só sobrevive enquanto o medo for a sua principal arma, e a mentira e impunidade o seu escudo.

E nem é preciso partir de análises fundamentadas em princípios libertários e antiautoritários para o demonstrar. Basta a denúncia sistemática e organizada das práticas quotidianas, daquilo que acontece quando «ninguém está a ver», e mesmo do que acontece à frente de toda a gente.

O que aconteceu com Odair não foi a exceção, mas sim a regra. Não só o que aconteceu diretamente com ele ao tornar-se a enésima pessoa desarmada a ser morta pela polícia, mas também é regra especialmente o guião que todos testemunhámos nos dias seguintes e que se aplica nestas e noutras situações sem o fim trágico que esta teve:
– Inventar uma mentira na hora, antes de qualquer investigação ou apuramento de fatos;
– Responsabilizar a vítima por «agressões e ameaças à polícia»
– Inventar uma arma que justifique as alegações de «autodefesa» (neste caso a faca que nunca existiu);
– Campanha para manchar a reputação da vítima por questões individuais («suspeito», «com cadastro», «àquela hora em local referenciado»), ou questões coletivas («habitante de um bairro problemático»);

O guião é, com uma outra *nuance*, basicamente o mesmo, previsível, eficaz, mas falível. E desta vez as falhas voltaram a ser muito visíveis, demasiadas até para se manter a mentira inquestionável, como tantas outras vezes. Perante as mentiras e trapalhadas da Direção Nacional da PSP, entraram em ação todas as vozes que defendem uma polícia acima de tudo, até da própria lei.

Foi então que se perdeu a oportunidade de obrigar a que o debate público se centrasse na real questão subjacente a este assassinato, quando as vozes que não defendem a impunidade policial foram desviadas uma e outra vez para a análise dos elementos laterais a esta revoltante história.

Temos de ser capazes, de uma vez por todas, de pôr o dedo na ferida, e não deixar que, depois de terem roubado a vida do Odair, roubem agora o centro do debate. Não se pode calar mais a realidade da atuação de grupos legalmente armados, que ao abrigo do monopólio da violência que lhes é entregue, se façam juízes, júris e carrascos de qualquer pessoa. Acima de tudo, importa referir que o problema não é a polícia ser mais ou menos diversa na sua composição, não é estar «infiltrada» pela extrema-direita, ser mais ou menos democrata, mais ou menos racista. Devemos levantar o problema essencial de que a nossa segurança esteja entregue a uma instituição tão problemática como o é a Corporação Policial, questionar as suas bases e fundamentos, e ser capazes de dizer que o racismo, o machismo e a permeabilidade da polícia às ideologias mais autoritárias agravam de fato o problema, mas não são a sua génese.

Temos de ser capazes, de uma vez por todas, de pôr o dedo na ferida, e não deixar que, depois de terem roubado a vida do Odair, roubem agora o centro do debate.

Este tem de ser o foco da discussão, e a maior justiça que se pode fazer a Odair e a tantos outros é a de abolirmos de uma vez por todas a possibilidade que forças armadas com autoridade matem qualquer um impunemente, e não a de mandar este polícia para a prisão mantendo o resto da estrutura intocável.

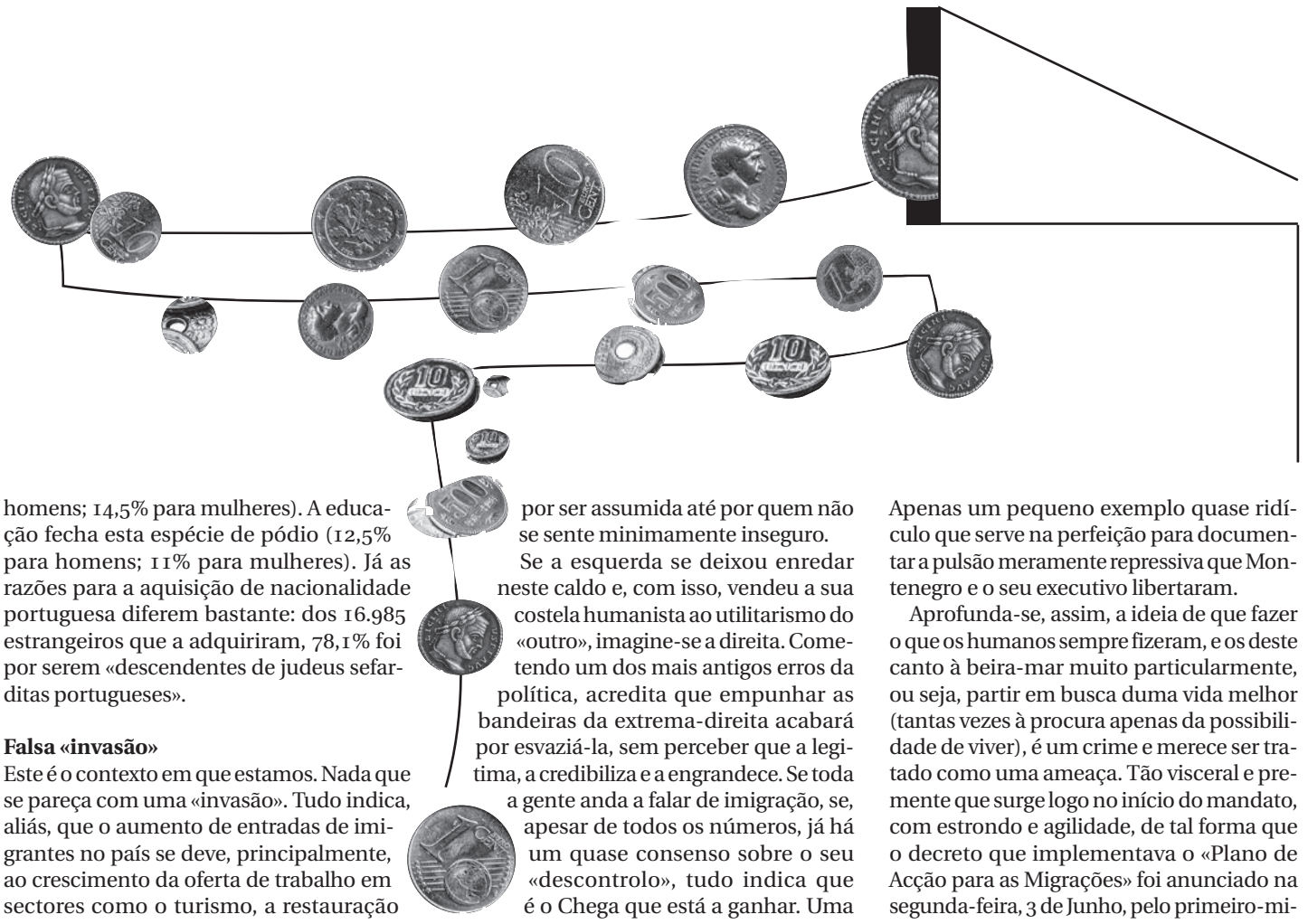
A autoridade que todos testemunham que Odair Moniz tinha naquele e noutros bairros da periferia lisboeta era uma autoridade que se confere quando pessoas são amadas, estimadas, e respeitadas pelas capacidades de entrega, de mediação, e de solidariedade. Essa autoridade que todos reconhecemos e que tem impactos positivos em qualquer comunidade, em qualquer bairro, em qualquer casa.

A autoridade de quem se sente maior do que a lei, da imposição pela violência, pelo medo ou pela barbárie nunca será respeitada. Nem pode. Tem de ser combatida, e algum dia teremos mesmo de a substituir.

Portugal: a extrema-direita no poder

Em linha com o que se passa por toda a União Europeia, o governo português sucumbiu à retórica da extrema-direita e põe as suas políticas em prática.

TEÓFILO FAGUNDES
TEOFILOFAGUNDES@JORNALMAPA.PT
IMAGEM **ANA FARIAS**



De acordo com os números do Instituto Nacional de Estatística (INE) divulgados no dia 15 de Novembro, em 2023, a população residente em Portugal aumentou pelo quinto ano consecutivo. Há agora 10.639.726 residentes, o que quer dizer mais 123 mil do que em 2022, dos quais 1.040.000 são imigrantes e 9.599.726 nasceram em Portugal.

Apesar do aumento de natalidade (nasceram 85.699 pessoas, o que equivale a um crescimento de 2,4% em relação a 2022), o que se pode inferir do relatório do INE é que o saldo migratório (diferença entre os migrantes que chegam e os que saem) foi o grande responsável por contrariar o saldo natural negativo (diferença entre o número de mortes e de nascimentos) que é de 32.596. Em menos palavras, o decréscimo populacional sentido entre 2010 e 2018 tem sido contrariado, desde 2019, pela entrada de migrantes em Portugal.

Um outro dado relevante para a desmontagem das falácias populistas (se bem que humanamente irrelevante) é o de que quase um terço das pessoas nascidas em 2023 tinham uma mãe de naturalidade estrangeira, ainda que residente em Portugal. «Se retirarmos as mães estrangeiras, a nossa natalidade é, de facto, aflitiva. É um quarto do que era nos anos 1970», afirma Pedro Góis, director científico do Observatório das Migrações, citado pelo jornal Público. Em suma, a «substituição» de populações, uma teoria muito querida à extrema-direita, não se deve, afinal, a uma «invasão». A dar-se, é, antes, por uma alva desistência procriativa.

Estima-se que, em 2023, tenham entrado em Portugal 189.367 pessoas para residir por um período de um ano ou mais. Com estes números, 2023 foi o sétimo ano consecutivo em que o saldo migratório foi positivo, ou seja, entraram mais pessoas do que as que saíram. Esta tendência de aumento não se nota apenas em Portugal. Num estudo que cobriu os 28 países europeus que pertencem à Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE), concluiu-se que, em 25 deles, se observou esse aumento. Nesse estudo, que cobria uma década, entre 2012 e 2022, Portugal aparecia como o 10º país onde se deu uma maior variação percentual do peso relativo da população estrangeira face à população geral. No caso, passou de 4,1% em 2012 para 6,8% em 2022 e está, agora, em 9,8%.

De acordo com os dados da Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA), mais de metade desses imigrantes chegam por razões familiares, seja para reunificação (22,9% para os homens; 27,8% para as mulheres) ou por serem crianças que chegaram com os pais (24,5% para homens; 23,8% para mulheres). A procura de trabalho é a razão imediatamente a seguir (26,3% para homens; 19,3% para mulheres), depois vem a fuga à violência de estado (14,8% para homens; 14,5% para mulheres). A educação fecha esta espécie de pódio (12,5% para homens; 11% para mulheres). Já as razões para a aquisição de nacionalidade portuguesa diferem bastante: dos 16.985 estrangeiros que a adquiriram, 78,1% foi por serem «descendentes de judeus sefarditas portugueses».

Falsa «invasão»

Este é o contexto em que estamos. Nada que se pareça com uma «invasão». Tudo indica, aliás, que o aumento de entradas de imigrantes no país se deve, principalmente, ao crescimento da oferta de trabalho em sectores como o turismo, a restauração ou a agricultura. Trata-se, portanto, de fluxos de mão de obra, nunca um cenário de imigração descontrolada. A haver descontrolo é apenas na forma como se exploram estas pessoas.

No entanto, os discursos audíveis, todos eles, partem do princípio de que é de imigração descontrolada que se trata. Defender a re-migração, como fazem grupos nazis, ou a abertura selectiva de fronteiras, como fazem o PS ou o PSD, ou falar de migrantes como salvadores da Segurança Social, como faz a esquerda, é tudo farinha do saco que olha para seres humanos como «recursos» e que não sente que se tem de estar sempre de portas abertas para quem, por alguma razão, não quer ou não pode viver no seu local de nascimento.

> Aprofunda-se, assim, a ideia de que partir em busca duma vida melhor é um crime e merece ser tratado como uma ameaça.

Sem que nada de concreto esteja a acontecer, fazer a apologia da «devolução à procedência» de humanos de que a economia não precisa passou a ser mais bem aceite do que defender fronteiras abertas. E, se a esquerda, envergonhada desse seu antigo sonho, tenta apagar o fogo, é porque, também ela, se deixou levar pela imagem enganadora dum alegado incêndio. Neste filme, os vários guiões vão-se adaptando a uma ficção cuja única ligação à realidade é uma difusa «sensação de insegurança» que, de novo, os números desmentem. Mas que, de tão repetida, acaba por ser assumida até por quem não se sente minimamente inseguro.

Se a esquerda se deixou enredar neste caldo e, com isso, vendeu a sua costela humanista ao utilitarismo do «outro», imagine-se a direita. Cometendo um dos mais antigos erros da política, acredita que empunhar as bandeiras da extrema-direita acabará por esvaziá-la, sem perceber que a legitima, a credibiliza e a engrandece. Se toda a gente anda a falar de imigração, se, apesar de todos os números, já há um quase consenso sobre o seu «descontrolo», tudo indica que é o Chega que está a ganhar. Uma vitória que se nota já não apenas no discurso bafiento que se desenvergonhou e que agora pulula, já não apenas no não assunto da «imigração descontrolada», mas na acção governativa da Aliança Democrática (AD).

O fim da Manifestação de Interesse

Ainda mal se sentava na cadeira do poder e logo a AD se dedicava a agradar aos eleitores do Chega, aprovando à pressa um «Plano de Acção para as Migrações», onde, entre outras coisas, decretava a extinção *tout court* da Manifestação de Interesse, o mecanismo que permitia que cidadãos de fora da União Europeia que já estivessem em Portugal pudessem legalizar a sua permanência no país. Um mecanismo que, na verdade, foi criado exactamente para regularizar a situação de milhares de pessoas que se encontravam a viver, a trabalhar, a pagar impostos e a descontar para a Segurança Social e a quem, ainda assim, era negada a «autorização de residência».

O governo impôs, então, a obrigatoriedade de visto de trabalho, assente num contrato de trabalho prévio, para que imigrantes pudessem entrar em território português. Ou seja, as pessoas teriam de ter um contrato de trabalho, conseguido ainda fora de Portugal, de seguida teriam de se deslocar, com ele na mão, a uma representação consular do Estado Português e só então poderiam viajar para cá.

Como curiosidade, refira-se que, de acordo com dados do Portal Diplomático, 5% dos imigrantes provêm de países sem presença consular portuguesa. Estima-se, por exemplo, que vivam 22.630 moldavos em Portugal e a realidade é que não existe qualquer representação consular nesse país. Apenas um pequeno exemplo quase ridículo que serve na perfeição para documentar a pulsão meramente repressiva que Montenegro e o seu executivo libertaram.

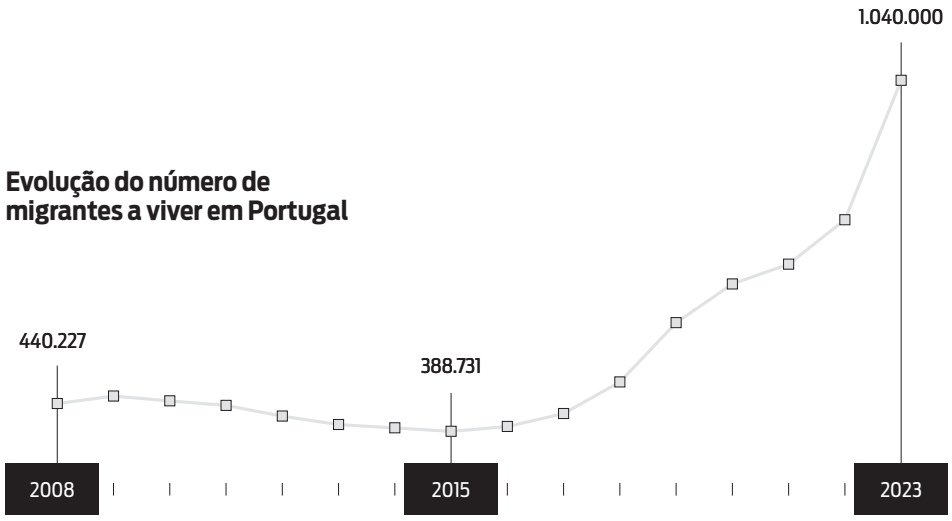
Aprofunda-se, assim, a ideia de que fazer o que os humanos sempre fizeram, e os deste canto à beira-mar muito particularmente, ou seja, partir em busca duma vida melhor (tantas vezes à procura apenas da possibilidade de viver), é um crime e merece ser tratado como uma ameaça. Tão visceral e premente que surge logo no início do mandato, com estrondo e agilidade, de tal forma que o decreto que implementava o «Plano de Acção para as Migrações» foi anunciado na segunda-feira, 3 de Junho, pelo primeiro-ministro, promulgado por Marcelo Rebelo de Sousa menos de três horas depois, publicado ainda antes da meia-noite e entrou em vigor no dia seguinte.

> O objectivo da operação «Portugal sempre seguro» nunca foi securitário.

Numa avidez de mostrar serviço comum à máxima hierarquia do estado, numa ânsia histérica de pôr em prática as ideias que ressoam à direita dessa hierarquia, governo, parlamento e presidência ocupam-se da questão das migrações como se de uma emergência nacional se tratasse. Perante uma opinião pública intoxicada com mitos de insegurança, o arco do poder cedeu à facilidade populista de encarar a imigração como um caso de polícia. Se se olha para um problema pelos olhos dos fascistas, se nada se faz para desintoxicar quem eles já conseguiram contaminar, de nada adiantam, depois, os discursos que pretendem demonstrar (nem os dados concretos que o demonstram) que imigração e crime não estão minimamente ligados.

Uma coisa é certa, enquanto houver procura de mão de obra, as pessoas não deixarão de vir. Por causa desta deriva governamental, destas medidas para alimentar mitos, as suas vidas serão ainda mais clandestinas, mais vulneráveis à exploração, mais precárias. Mas continuarão a vir. A escolha entre vê-las como pessoas ou como recursos, entre regularizá-las ou persegui-las, diz tudo de quem a faz.

A revogação da Manifestação de Interesse foi, para além do mais, uma decisão cega.



Os dados anteriores a 2021 foram reportados pelo SEF. A partir de 2021, os dados são reportados pela AIMA.

Conforme já foi referido, até 3 de Junho, qualquer imigrante que estivesse no país e tivesse NIF, NISS e contrato de trabalho ou recibos verdes poderia dar início ao processo para obter o título de residência, apresentando a Manifestação de Interesse. Nesse dia, quem não tivesse iniciado o processo perdia abruptamente esse direito. Podia até estar cá há anos, mas, se não tivesse tratado da papelada, seria considerado ilegal. Meses depois, o governo deu a mão à palmatória, e aceitou o regresso desse mecanismo, mas apenas para quem, em 3 de Junho, quando a legislação foi alterada, já tinha feito contribuições para a Segurança Social durante, pelo menos, doze meses.

A definição dos doze meses é, como seria qualquer definição temporal, injusta para toda a gente que não cabe nela: quem contribui há 11 meses ou menos ou quem já cá está há dois anos, por exemplo, teve um emprego, perdeu-o e apenas retomou pagamentos ao estado há menos de 12 meses. Bruno Gutman, advogado luso-brasileiro, citado pelo jornal Público, afirma que «o mais justo seria que todos os imigrantes que estavam no país até ao dia 3 de Junho, quando a lei foi mudada, se possam legalizar. Quem chegou depois já sabia que as regras do jogo tinham mudado». Isto seria, de facto, o mínimo a fazer numa terra que respeita realmente as pessoas que lá vivem.

Rusgas étnicas

Mas não eram só as regras que interessava mudar. Era também necessária uma nova atitude, autoritária, inimiga de gente com determinado perfil étnico, legitimadora do preconceito e da mentira (in)securitária. Em meados de Outubro, alguns advogados de imigrantes acusavam a AIMA de quebrar a lei ao bloquear o acesso ao sistema de agendamentos. A agência migrou o seu portal para um novo sistema e bloqueou o acesso à página de consulta do Sistema Automático de Pré-Agendamento (SAPA). Por meio dessa página, era possível saber todas as informações dos processos, como data de entrada, documentos inseridos, se foi feito o pagamento da taxa cobrada pela AIMA, data do agendamento, entre outras.

Trata-se, na realidade, duma violação da lei que prevê que os interessados têm o direito de consultar os seus processos e o que pode significar que as pessoas não consigam produzir prova documental nas acções administrativas em que estejam envolvidas. Ou seja, numa altura em que quem não demonstrar a data em que deu entrada a sua Manifestação de Interesse pode ver o seu processo recusado, isto vem causar problemas incontáveis a muitas das pessoas que ainda têm esperança de não serem expulsas.

No entanto, a turba queria mais, os seus guias mais boçais vociferavam ululantes e o governo achou que era necessário que a desumanização e a humilhação dos migrantes fosse pública e notória, era preciso que o «sentimento de insegurança dos cidadãos», ao invés de ser combatido com números e verdade, fosse cavalgado por quem se quer mostrar mais cheguista do que o Chega.

Da cartola repressiva com laivos racistas do governo saiu, então, nos inícios de Novembro, a ideia de seis semanas de operações policiais, orgulhosamente baptizada de «Portugal sempre seguro» e que junta as diferentes forças policiais e agências do estado. No rescaldo duns dias quentes que se seguiram ao assassinato, pela polícia, de Odair Moniz, a mesma polícia invadia o Centro Comercial da Mouraria, conhecido por ser um espaço de comércio e encontro de pessoas de culturas que não nos são geograficamente próximas.

O local escolhido e o aparato são apenas mais uma acha para a fogueira da associação entre imigração e criminalidade, para o reforço dum clima de intimidação e estigmatização das pessoas migrantes. Uma acção clássica da sociedade do espectáculo, com presença de todos os meios de comunicação, que pretendia anunciar ao país o mote das várias acções que decorreriam até ao fim da campanha «Portugal sempre seguro». Acções desproporcionais de «caça ao migrante».

Peça de mau teatro

Muito estava, no entanto, para chegar. Em 27 de Novembro, ainda a operação «Portugal sempre seguro» não findara e o primeiro ministro anunciava já que, no seguimento duma reunião com as ministras da Administração Interna e da Justiça, e ainda com as direcções da PSP, da PJ e da GNR, faria uma declaração ao país «sobre segurança», no horário das 20h. Da solenidade tradicional deste horário esperava-se um anúncio impactante, talvez de que pendia sobre nós uma ameaça terrorista. O país parou, os telejornais alteraram as suas grelhas para incluírem, logo no arranque, a declaração governamental, os comentadores de questões de segurança foram retirados do sofá onde esperavam ver a Liga dos Campeões para se deslocarem para os estúdios, tudo em suspenso à espera das palavras de Montenegro.

Chegadas as 20h, não havia, afinal, comunicação alguma a fazer. Tratava-se, tão só, do balanço da operação «Portugal sempre seguro», um resumo que nem as forças policiais envolvidas se tinham lembrado de fazer, pela razão simples de que os balanços se costumam fazer no fim e não no decurso das operações. Afirmando, logo à partida, que «Portugal é um dos países mais seguros do mundo», o primeiro-ministro reafirmou que mais importante do que a verdade é a «percepção de insegurança» que acha que as populações sentem. E, assim, explica que foram colocados na rua, em regime de prontidão, mais de quatro mil efectivos de várias forças e agências do estado a percorrerem todo o país à procura de crimes e criminosos que nem há. Nesse afã sem precedentes, ao fim de quase um mês de operações» o grande troféu era o desmantelamento dum total de... duas redes criminosas. Ligadas à imigração, pois claro, não porque não haja outras redes, mas porque foi para a população migrante que esta operação se montou.

> Fazer a apologia da «devolução à procedência» de humanos de que a economia não precisa passou a ser mais bem aceite do que defender fronteiras abertas.

Percebe-se, assim, que o objectivo da operação «Portugal sempre seguro» nunca foi securitário. Não o podia ser, uma vez que não há criminalidade que justifique tal aparato. Pretendia, talvez, combater o «sentimento de segurança generalizado entre a população portuguesa» e a sua desconfiança quanto às capacidades da polícia. Mas, aqui, levanta-se um outro problema: se se achava que havia uma divergência entre a realidade e a percepção pública dessa realidade, de repente ficou também a saber-se que existe uma discrepância entre a percepção que o governo tem da percepção de insegurança das pessoas e a realidade dessa percepção. Ou seja, Montenegro afirma que as pessoas se sentem inseguras, mas um barómetro da Aximagem, publicado pelo Diário de Notícias em 27 de Novembro, diz que, afinal, uma esmagadora maioria (81%) se sente segura e muito segura quando anda sozinha na sua área de residência e que uma maioria razoável (64%) confia bastante nas forças de imposição da ordem.

As camadas de mentira vão-se sobrepondo, o que não é de estranhar, quando se sabe tratar-se dum combate político de captação de «eleitores do Chega». Ou seja, apesar de aumentar a vulnerabilidade de quem imigra, apesar de ajudar a legitimar o facto de serem alvos do ódio dos locais, ou talvez por tudo isso, esta encenação monta-se apenas para o público que vota Chega e que Montenegro quer para o PSD. Uma produção cara, que termina com um anúncio de mais 20 milhões de euros em carros e motas para as polícias, e que se destina a ser consumida por uma plateia de racistas famintos de sangue estrangeiro e crentes na «mão forte» como forma ideal de governação.

E o circo infame continuou. Apesar de, mais uma vez, se recusar a dar números que o justificassem, o governo decretou um novo «problema»: o acesso ao SNS de pessoas não residentes em Portugal. E apressou-se a fazer passar uma lei restritiva nesse sentido. Não se deve estranhar a celeridade inaudita entre criar uma percepção e fazer uma lei para combater um problema que, na origem, talvez nem existisse. O melhor é que se entranhe: essa é, aliás, a ideia, que este seja o novo normal.

Tudo isto, nas mesmas bocas que, por esses dias, anunciavam uma espécie de regresso da Manifestação de Interesse que resolvesse a falta de mão de obra que o país sente. A «imigração descontrolada» não consegue sequer ocupar os postos de trabalho disponíveis. Eis a assunção não assumida do logro.

Uma última imagem estava ainda guardada, uma que nos transportasse para o gueto de Varsóvia, ou apenas para um bairro periférico, que nos lembrasse que a caça ao migrante veio para ficar e será levada a efeito tanto nos subúrbios como no centro das cidades. A acção policial na Rua do Benformoso, em Lisboa, no último mês de 2024, prenhe de afirmação e vazia de resultados, ao mesmo tempo perigosa e ridícula, não foi ideia directa do executivo da AD. Foi já o resultado de ordens gerais e ambientes particulares misturados com as idiossincrasia dum corpo policial sedento de exalar virilidade e inflitrado por fascistas, que sabe que tem as costas quentes.

Depois de ter usado o congresso do PSD para falar de segurança, Montenegro pôs as polícias a trabalhar na sua obra de propaganda, usou o horário nobre para fazer o balanço duma operação ainda em curso, usando e abusando dum fantasma que ele próprio diz não ser real, e acabou a navegar nas rusgas policias na Rua do Benformoso. Ele que, ao falar de segurança, encontra sempre maneira de meter a imigração no mesmo discurso.

Este tipo de jogos políticos, em que umas forças tentam canibalizar os temas com que outras forças se vão fortalecendo, é habitual na vida da democracia representativa. O conceito de representação foi sempre uma mistura de delegação de poder com encenação teatral e este segundo significado tem ganho campo ao primeiro, o que é um processo tristemente natural, que não é de agora. O que parece novo, pelo menos no nosso tempo de vida, é que o encenador que pretende criar uma peça que agrade aos espectadores habituais de outra companhia acaba a fazer obras fascistas.

Como se pode provar pela história recente noutros países em que estes fenómenos têm mais idade, é nestes contextos de pós-verdade, ou seja, de governação baseada em mentiras escondidas por percepções que não têm sequer de existir, que a extrema-direita encontra o estrume para medrar, e que, na verdade, torna o receio de que chegue ao poder numa mera burocracia sentimental, porque, de facto, é já ela quem mais ordena.

O apoio europeu aos atropelos dos direitos humanos na Tunísia tem de acabar

TEÓFILO FAGUNDES

«As políticas europeias de externalização da gestão das fronteiras para a Tunísia estão a apoiar as autoridades de segurança que estão a cometer graves violações» dos direitos humanos, afirma uma declaração conjunta assinada por dezenas de organizações da Europa, do Norte de África e de outros países lançada no início de Outubro de 2024. A declaração apela à União Europeia e aos seus estados-membros que exijam que as autoridades tunisinas respeitem os direitos humanos, ponham termo à repressão das organizações da sociedade civil, garantam que as pessoas resgatadas no mar não sejam desembarcadas na Tunísia e ponham termo ao apoio financeiro e técnico às autoridades de segurança tunisinas.

A declaração começa assim: «Tendo em conta as violências desenfreadas contra migrantes, requerentes de asilo e refugiados na Tunísia, especialmente os negros; a falta de um sistema de asilo na Tunísia; a repressão do governo tunisino contra a sociedade civil, a independência judicial e os meios de comunicação social; e a impossibilidade de determinar de forma justa e individualizada as nacionalidades ou de avaliar as necessidades de protecção dos migrantes e requerentes de asilo no mar, é evidente que a Tunísia não é um local seguro para o desembarque de pessoas interceptadas ou resgatadas no mar. A cooperação em curso entre a União Europeia e a Tunísia em matéria de controlo da emigração, que inclui a confiança na possibilidade de desembarcar na Tunísia pessoas resgatadas ou interceptadas no mar – à semelhança da anterior cooperação com a Líbia – está a contribuir para violações dos direitos humanos.»

O documento acusa ainda «as políticas europeias de externalização da gestão das fronteiras para a Tunísia» de estarem a apoiar as autoridades que «estão a cometer violações graves», assim como a «obstruir o direito das pessoas a sair de qualquer país e a procurar asilo, mantendo refugiados e migrantes em países onde os seus direitos humanos estão em risco». Para além disso, as organizações signatárias afirmam que «o desembarque na Tunísia pode pôr em perigo as pessoas e expô-las a danos graves, além de colocar os refugiados e migrantes em risco elevado de expulsão colectiva para a Líbia e a Argélia, o que pode violar o princípio da não repulsão». A declaração conjunta conclui que «à semelhança da sua cooperação com a Líbia, o envolvimento da UE e dos seus estados-membros com a Tunísia pode ter o efeito de normalizar violações graves contra pessoas que procuram protecção e minar a integridade do sistema internacional de busca e salvamento, distorcendo-o para servir objectivos de controlo da emigração».

Na verdade, apesar de toda a panóplia, bem documentada, de crimes perpetrados pelas autoridades tunisinas, a UE intensificou o seu apoio à administração de Kais Saïed. Através do Memorando de Entendimento assinado em Julho de 2023, a UE prometeu à Tunísia mil milhões de euros, incluindo 105 milhões de euros dedicados à gestão das fronteiras e da emigração, em troca da prevenção das partidas por mar para a Europa. Com a criação, a 19 de Junho de 2024, de uma região tunisina de busca e salvamento (SRR), o Governo tunisino cumpriu uma prioridade de longa data estabelecida pela UE. Embora, por um lado, isto represente um passo formal no sentido do cumprimento da responsabilidade da Tunísia de proteger a vida no mar, a realidade é que os Centros de Coordenação de Salvamento (CCR) europeus passarão a encaminhar para o CCR tunisino as embarcações em perigo dentro da SRR tunisina, reforçando um afastamento gradual da responsabilidade da UE na gestão das suas próprias fronteiras.

Ao apoiar o reforço do papel da Guarda Costeira tunisina sem que existam parâmetros seguros em matéria de direitos humanos nem um sistema de controlo, ou sequer disposições para garantir que as pessoas resgatadas sejam desembarcadas num local seguro, que não pode ser a Tunísia, a UE está a contribuir activa e conscientemente para novas violações graves contra refugiados e migrantes e pessoas em risco de perseguição no país.

Itália retira fronteiras do controlo público

A 21 de Outubro de 2021, a Agência das Indústrias de Defesa (AID) – uma entidade pública italiana controlada pelo Ministério da Defesa – celebrou um «acordo de colaboração» com a Direcção Central de Imigração e Fronteiras do Ministério do Interior. O ministério, na altura chefiado por Luciana Lamorgese, solicitou à AID a sua «disponibilidade para prestar colaboração em iniciativas a favor de países fora da União Europeia destinadas a reforçar as capacidades de gestão das fronteiras e da imigração, bem como no domínio da busca e salvamento no mar». Este acordo deveria «ser implementado também através do fornecimento de meios e materiais» financiados pelo Fundo Fiduciário da UE para África. A primeira «fase» do projecto dispunha de um orçamento de 46,3 milhões de euros. A segunda foi dotada de 15 milhões de euros. Os principais beneficiários destes fornecimentos (navios, formação, equipamento, tecnologia) foram as milícias costeiras líbias, responsáveis por graves violações dos direitos humanos.

Alguns meses após a assinatura do acordo, o jornal mensal *Altreconomia* apresentou um pedido de acesso público à AID para obter uma cópia do texto e dos anexos relativos à segunda fase do projecto. O pedido foi recusado com base num decreto do Ministério do Interior de Março de 2022. O objectivo deste decreto era actualizar o «Regulamento relativo às categorias de documentos retirados do direito de acesso aos documentos administrativos», através da actualização da lista de documentos «não acessíveis por razões relacionadas com a segurança, a defesa nacional e as relações internacionais». Entre outras coisas, os documentos relacionados com a cooperação entre a Itália e a Frontex em matéria de vigilância das fronteiras também foram classificados como inacessíveis. O mesmo se aplica a «apresentações, relatórios e quaisquer outros documentos relacionados com problemas relativos às zonas fronteiriças [...] cujo conhecimento possa prejudicar a segurança, a defesa nacional ou as relações internacionais».

O *Altreconomia* descreveu-o como um «decreto que anula a transparência em matéria de fronteiras» e apresentou pouco depois um recurso ao Tribunal Administrativo Regional. No entanto, na decisão de primeira instância, o tribunal decidiu que o jornal não tinha razão. Posteriormente, o jornal recorreu ao Conselho de Estado italiano que, no final de 2023, decidiu que a recusa «absoluta» de acesso aos actos governamentais relacionados com a «gestão das fronteiras e da imigração» não é ilegal. Isto esvazia, efectivamente, o direito de acesso do público em geral a informações de fundo.

A externalização das fronteiras continua

A Statewatch, em conjunto com o projecto Migration-Control.Info, tem vindo a publicar documentos do Grupo de Coordenação das Migrações, um organismo secreto em cujo seio a Comissão Europeia e os estados-membros da União Europeia coordenam as despesas nos projectos de controlo da migração externa.

Os documentos incluem sínteses pormenorizadas de uma série de projectos propostos para o Norte de África, tais como o «Apoio da UE às instituições de gestão das fronteiras na Líbia e na Tunísia» e o «Apoio à protecção, ao regresso e à reintegração sustentáveis no Norte de África». Há também análises de projectos propostos como o «Reforço da capacidade operacional da Marinha egípcia e dos guardas fronteiriços na gestão dos fluxos migratórios e na busca e salvamento no mar» e a «Cooperação internacional contra a introdução clandestina de migrantes e o tráfico de seres humanos no Norte de África».

Esses documentos contêm, ainda, possíveis futuras alterações à lei de deportação da UE que significarão menos salvaguardas jurídicas, mais obrigações e maior coerção, e novas formas de enviar pessoas para países inseguros. E referem também o papel crescente da Frontex na política de deportação, com um papel cada vez mais substancial na tentativa de harmonizar e normalizar as abordagens em toda a UE e nos seus estados-membros, com o objectivo confesso de deportar cada vez mais gente e de forma cada vez mais rápida.

O mais recente boletim sobre externalização de fronteiras está disponível na página statewatch.org.

Nikos Maziotis e a «Luta Revolucionária» na Grécia

FILIPE NUNES
FILIPENUNES@JORNALMAPA.PT

Nikos Maziotis é um anarquista grego, preso desde julho de 2014 pela sua pertença à organização anarquista armada Luta Revolucionária. Entre 2003 e 2017, o grupo «reivindicou a responsabilidade por atentados a bomba e ataques armados contra os Ministérios das Finanças e do Trabalho, a Bolsa de Valores de Atenas, o Banco da Grécia e o escritório do Fundo Monetário Internacional, bancos, esquadras da polícia e agentes anti-motins (MAT). Também assumiu a responsabilidade por um ataque a um ministro da ordem pública e pelo ataque com míssil antitanque contra a embaixada dos EUA em Atenas». Assim o escreviam, em 2023, Nikos Maziotis e a companheira Pola Roupa, esta última encarcerada em janeiro de 2017, depois de tentar sequestrar um helicóptero para libertar Maziotis (e outros) da prisão de Korydallos, em 2016.

A Nikos, que já cumpriu 4/5 da pena, tem sido negada liberdade condicional, e neste momento só poderá voltar a apelar em março de 2027. Pola Roupa foi libertada depois de 8 anos de prisão a 17 de novembro de 2023, data simbólica da revolta do politécnico contra a ditadura dos coronéis, em 1973. A sua libertação pôs fim à «interrupção pesada e violenta da sua livre coabitação com a sua família e, especialmente, com o seu filho». No entanto, como relata Pola, a perseguição daqueles que querem reverter a sua libertação continua, com eco na comunicação social. O recurso contra a sua libertação, o primeiro a ser aplicado a um preso político, mantém-na refém de uma deliberação final. «Se decidirem encarcerar-me», diz Pola, «será a escolha mais extrema e mais vingativa - política e pessoalmente. Uma escolha que só pode ser interpretada como um "presente" ao sistema político do poder e como um contributo ao rumo do totalitarismo político».

A atuação da Luta Revolucionária naquela época, nas palavras de Nikos e Pola, procurava «agir contra a crise financeira global e a imposição de contratos de empréstimo para a Grécia. Desde as primeiras prisões, em 2010, assumimos a responsabilidade política (…) da ação revolucionária armada contra o Estado e o capital». Em vista, «derrubar o sistema político-económico de poder e substituí-lo por uma organização social sem classes baseada numa confederação de comunidades (comunas)».

Em 2007, após o ataque à embaixada dos EUA, o Departamento de Estado dos EUA lançou uma recompensa de 1 milhão de dólares pelos membros da Luta Revolucionária. O estado grego fez o mesmo, oferecendo uma recompensa inicial de 800 mil euros. Em 2014, a recompensa grega subiu para 1 milhão de euros por Nikos e outro milhão por Pola, ambos em clandestinidade desde 2012, depois de cumpridos os prazos legais de prisão preventiva. Nesse ano, aparecera «um carro com 75 quilos de explosivos no prédio da Diretoria de Vigilância do Banco da Grécia em Atenas, onde ficava o escritório do FMI». Nikos e Pola estavam já condenados, à revelia, a 50 anos de prisão, desde o primeiro julgamento contra a Luta Revolucionária (2011-13). Outros julgamentos se seguiram e mais sentenças se acumularam. Os 70 mil euros de custas judiciais, assim como a multa devida por Nikos por se recusar alistar no exército aos 18 anos, foram pagos através de uma angariação solidária internacional.

A 31 de maio do ano passado, na Universidade Panteion de Ciências Sociais e Políticas, em Atenas, Pola Roupa apresentou o livro «Estado contra a Comuna», sobre a Luta Revolucionária. Ali chegou o testemunho de Nikos sobre a «questão do conceito de adversário político, de "crime" político e, por conseguinte, de preso político», afirmando o «direito natural de resistência contra qualquer poder estatal e as suas arbitrariedades». «É por isso que nunca nos sentimos culpados pelas ações da Luta Revolucionária e que nunca nos desculpámos como "criminosos" nos tribunais. O direito de resistência contra o Estado e todo o poder autoritário tem uma legitimidade histórica intemporal, baseada na lei natural que fundamentou sociedades sem Estado ou auto-organizadas, baseadas no comunalismo, na solidariedade e na entreajuda dos seus membros». Um direito, prosseguiu o anarquista, destruído em primeiro lugar através da «emergência do Estado-nação centralizado, em que "crime político" passou a dizer respeito à ação dos movimentos populares contra o Estado» e, em segundo lugar, através do apagamento do «conceito de opositor político, de "criminoso" político ou de preso político no sistema jurídico internacional». Atualmente, «na tentativa de despolitizar o adversário político, o atual sistema do capitalismo globalizado e do estatismo utiliza o termo vago e ambíguo "terrorismo", que se consolidou após o 11 de setembro». Assim concluía Nikos, a propósito do «Estado contra a Comuna»: «hoje em dia, através do quadro legislativo, da repressão e da propaganda maciça dos meios de comunicação social controlados pelo sistema, mas também devido à regressão do movimento, estabeleceu-se a seguinte tese: nada existe de político fora do Estado, nada existe de político fora do sistema do parlamentarismo representativo, tal como nada existe fora das instituições supranacionais como o Parlamento Europeu e a Comissão Europeia, ou seja, dos burocratas de Bruxelas e das reuniões dos líderes dos Estados membros da UE».

Leonard Peltier, um combatente indígena de regresso a casa

FILIPE NUNES

«Finalmente, vou para casa!». Assim reagiu Leonard Peltier, ancião indígena sioux-chippewa, de 80 anos, ao saber da comutação da pena de prisão perpétua em prisão domiciliária por Joe Biden, horas antes da tomada de posse do novo presidente dos EUA, Donald Trump, a 20 de janeiro de 2025. Estava preso há 49 anos, na sequência da perseguição do governo americano aos povos nativos.

Peltier foi membro ativo do *American Indian Movement* (AIM), organização perseguida pelo governo americano, sobretudo depois de, em 1973, ter assumido temporariamente o controle de Wounded Knee, lugar da última batalha das Guerras Indígenas, que culminou no massacre de nativos americanos em 1890. Na década de 1970, mais de 80 militantes indígenas foram assassinados por milícias, o que levou o AIM a assumir uma posição de auto-defesa. Foi nesse cenário que Peltier, entre outros, se viu cercado, em junho de 1975, por membros das milícias e das forças policiais. Dois agentes federais foram mortos, assim como um jovem nativo. Peltier foi condenado, apesar da falta de provas, pela morte dos agentes.

Em comunicado, a organização indígena americana *The Red Nation* reafirmou Peltier como «um símbolo poderoso para milhões de pessoas», cuja prisão representava «um castigo coletivo contra gerações de indígenas que lutaram pela liberdade, desde o *Red Power Movement* dos anos 1960 e 1970, ao movimento de defesa da água que lutou contra a construção do oleoduto de Dakota, em 2016».

Todos os bairros importam

Vejo as vidas negras assim... muitos de nós estamos a tentar resistir há 50 anos por uma habitação digna.

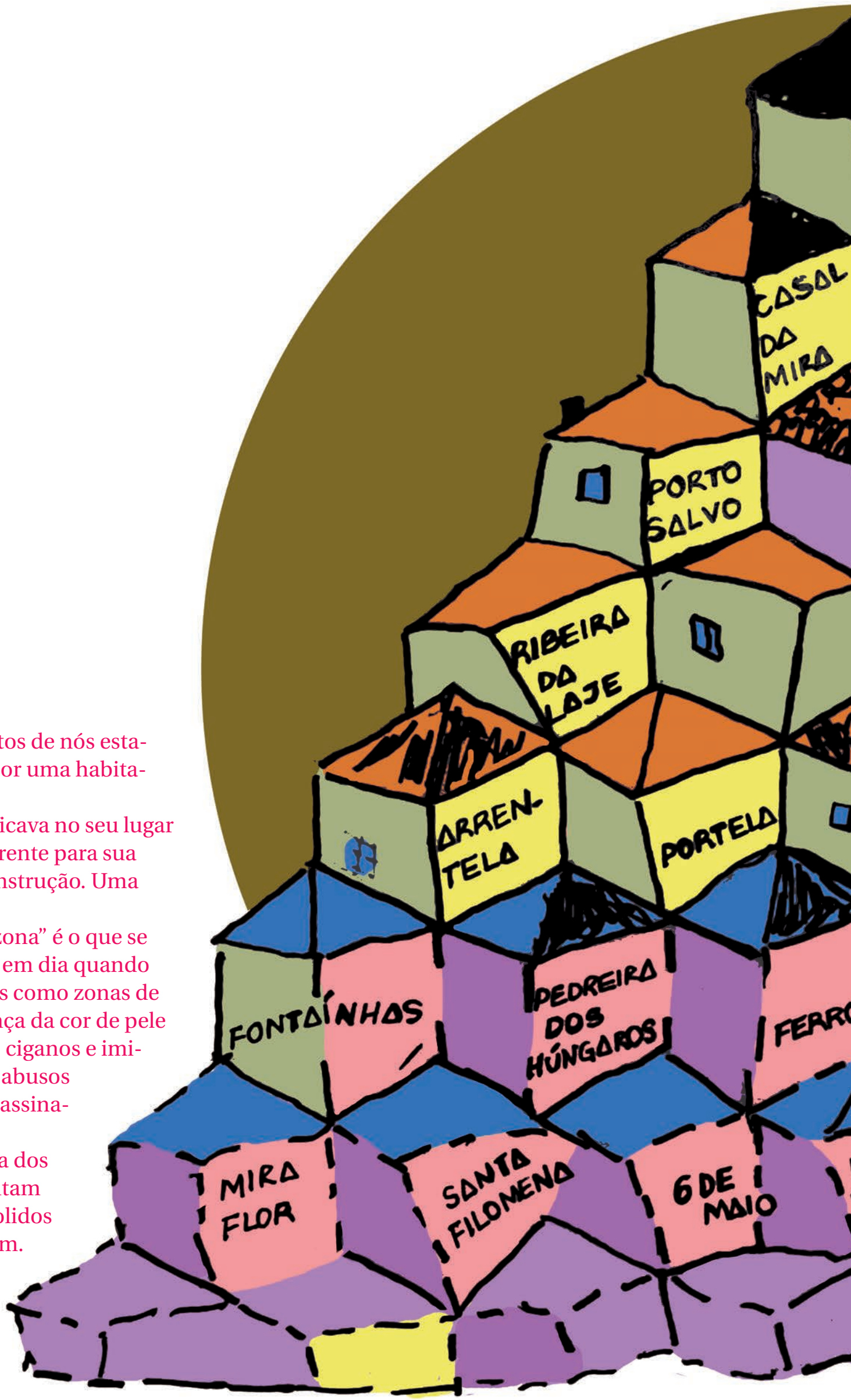
O meu pai, sempre que podia, ficava no seu lugar favorito, encostado à parede de frente para sua casa, cheio de orgulho da sua construção. Uma construção forçada e ilegal.

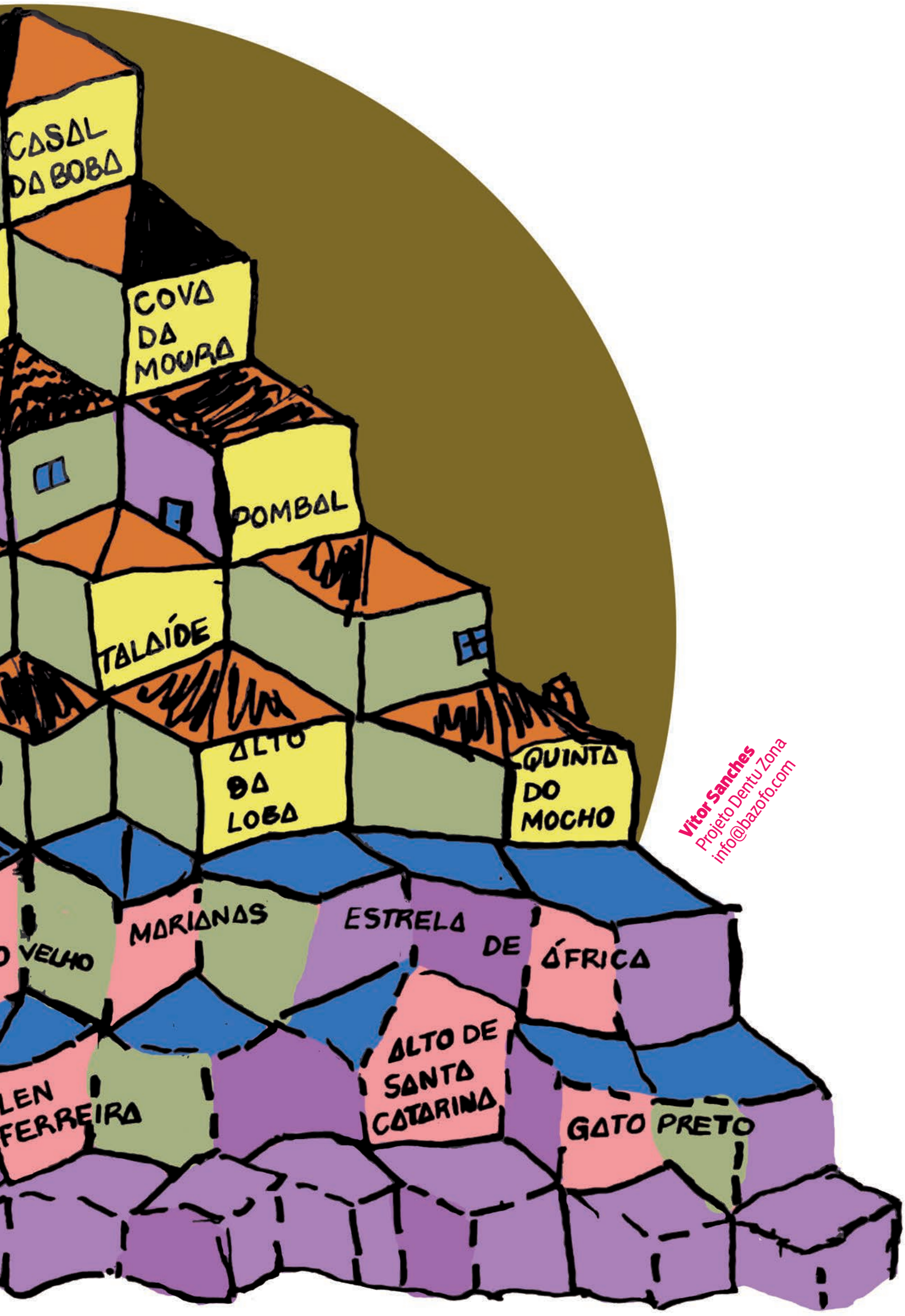
Todo bairro é um bairro, "Nha zona" é o que se diz aqui na Cova da Moura. Hoje em dia quando se diz "os bairros" esses são vistos como zonas de excepção, onde existem a diferença da cor de pele e da cultura. Onde vivem negros, ciganos e imigrantes. Aqui acontecem muitos abusos e violência policial, há pouco assassinaram o Odair.

A ilustração mostra a resistência dos bairros, das pessoas que os levantam e habitam. Os que já foram demolidos e os que ainda existem e persistem.

Grito: Casa e comunidade para tod@s!

A Cova da Moura é lembrar o passado e o que poderia ser....





Vitor Sanches
Projeto Dentu Zona
info@bazofo.com

Pela autonomia rural

O modelo de desenvolvimento rural atual está baseado numa visão urbanocêntrica do território e na perpetuação de um discurso deturpado de despovoamento. Movimentos de regresso ao campo têm ganho expressão, principalmente como crítica aos princípios capitalistas e como forma de procurar assumir o controlo da própria vida através da expansão de autonomia face ao binómio Estado-Mercado. A busca por autonomia a nível pessoal estende-se ao coletivo e, ao pensarmos na criação de autonomia a nível territorial, podemos começar a imaginar outros futuros para o rural.

CATARINA MATEUS
CATARINA.MATEUS@ISCTE-IUL.PT
F. OLIVAL
FILIPEOLIVAL@JORNALMAPA.PT
ILUSTRAÇÃO: **SAMUEL JARIMBA**

Campo, o armazém da cidade

Estamos permanentemente a ser lembradas de que o campo está abandonado, de que as cidades não param de crescer e de que, mais tarde ou mais cedo, todas seremos engolidas pelo inesgotável apetite da expansão urbana. Assim rezam as profecias deterministas propagadas por autoridades governamentais internacionais como a Organização das Nações Unidas. Crescem as cidades e com elas crescem também as necessidades da população urbana, cuja satisfação requer uma crescente reserva de territórios subservientes. Esta lógica de colocar a terra (ainda não) alcatroada ao serviço da população citadina já não se limita à alimentação; com a intensificação da poluição e do stress característicos do modo de vida urbano, o campo é também convertido no escape de eleição dos urbanitas. Mais recentemente, à medida que a correlação entre a queima de combustíveis fósseis e as alterações climáticas se torna mais patente na esfera pública e a transição para energias «verdes» é integrada nas políticas públicas, o campo volta a ser sacrificado para dar lugar às monoculturas de painéis fotovoltaicos e turbinas eólicas.

O rural, que no último meio século tem sido visto como «armazém» da cidade, vai assim sendo colonizado com o intuito de satisfazer não apenas necessidades alimentares, como também energéticas e recreativas. Pouco a pouco, as aldeias e vilas rurais vão sendo substituídas por campos de monocultura, complexos turísticos e parques solares e eólicos. A lógica por detrás deste processo parece fácil de acompanhar e, portanto, inquestionável: o campo não é atraente, as pessoas (jovens) vão-se embora e a grande densidade urbana precisa de satisfazer as suas necessidades, portanto, é inevitável recorrer ao extenso território vazio que nos sobra.

Despovoamento rural?

No entanto, esta argumentação contém várias falácias. Por um lado, reflete uma interpretação antropocêntrica do território, uma vez que o concebe como um conjunto de recursos ao serviço das necessidades humanas, planificando a sua gestão de acordo com o seu potencial mercantil, regido pela lei da oferta e da procura. Isto significa que o bem-estar animal e o equilíbrio dos ecossistemas são, por defeito, negligenciados.

Por outro lado, a ideia de que o meio rural português está despovoado não reflete a realidade. Segundo o documento da Política Agrícola Comum 23-27 para Portugal, «31% da população portuguesa vive em zonas predominantemente rurais e 22% vive em regiões intermédias». Isto significa que, «ainda», 53% da população vive fora da cidade, o que desmente fortemente a ideia de que o rural está abandonado. Além disso, segundo o documento de 2022 do Governo Português *Habitar o Interior*, a maioria das pessoas que procuram casa no «interior» não são reformados do Norte da Europa, mas muitas vezes jovens em «busca de outros estilos de vida». Portanto, não só ainda há pessoas a viver no campo como há gente a querer mudar-se para lá. Isto significa que, antes das pessoas estarem a abandonar o rural, está o Estado, a comunicação social e a opinião pública a fazê-lo. É quase como uma especulação imobiliária ao contrário: se todos acreditarmos que não há ninguém a viver em zonas rurais, toda a gente vai acabar por querer sair de lá e integrar um sistema urbano totalmente mercantilizado.

> O rural, que no último meio século tem sido visto como «armazém» da cidade, vai assim sendo colonizado com o intuito de satisfazer não apenas necessidades alimentares, como também energéticas e recreativas.

Os neorurais e a crítica ao urbano

As pessoas que contrariam esta tendência são frequentemente chamadas de «neorurais». Optam por mudar-se para o campo deixando para trás a vida citadina, à procura de melhores condições de vida e guiadas por valores que contrariam a visão hegemónica de desenvolvimento. Esta escolha subentende uma crítica aos princípios neoliberais, que cada vez mais forjam as relações sociais em meios urbanos, como a competição, a especialização, o materialismo, o consumismo e o individualismo narcisista. Em contrapartida, estes grupos tendem a advogar modos de vida mais ajustados às características dos ecossistemas que integram; desenvolver relações socioeconómicas baseadas em princípios de reciprocidade, corresponsabilidade, entreajuda e cooperação; e promover modelos de desenvolvimento baseados no fortalecimento de laços comunitários e na regeneração ambiental.

Muitas vezes, a decisão de alguém se mudar para o campo está fortemente relacionada com a vontade de assumir o controlo da própria vida e de alcançar maiores níveis de autonomia face a um sistema capitalista decadente e em crise permanente. A expansão da autonomia pessoal passa por diminuir a dependência em relação ao Estado e ao Mercado, seja através de soluções

alternativas de habitação (tais como a compra coletiva de terrenos, a autoconstrução, a habitação móvel, etc.), ou da diminuição dos níveis de consumo. Isto pode implicar a autoprodução (de alimentos, energia, habitação, utensílios, etc.), autoaprendizagem (no sentido de DIY – *Do It Yourself*), ou pela criação de redes de partilha de bens e serviços (com a promoção de trocas directas, *upcycling*, doações de bens, etc.).

A expansão da autonomia pessoal está intrinsecamente relacionada, por um lado, com a diminuição das necessidades pessoais, ajustando as necessidades aos recursos (não só materiais, mas também cognitivos) disponíveis localmente; por outro lado, à capacidade de satisfazer as necessidades à escala da comunidade. Isto é facilitado, por exemplo, pela criação de redes de apoio mútuo e de meios que garantam o acesso a bens e serviços à escala local.

O futuro do rural

A busca por autonomia é, no fundo, uma forma de assumir um maior grau de responsabilidade pelo bem-estar pessoal, comunitário e dos ecossistemas envolventes. Ou seja, mais do que procurar produzir para aumentar o seu poder económico na esperança de que o dinheiro consiga comprar melhores condições de vida, as pessoas empenhadas em expandir a autonomia rural dedicam-se a desenvolver meios de satisfazer, localmente, as suas necessidades e, por vezes, da sua comunidade, seja produzindo bens (alimentares, materiais, etc.) seja desenvolvendo canais de escoamento para os produtos agrícolas (lojas de produtos locais, cooperativas de consumo, AMAPS/CSAS), criando alternativas de produção energética (comunidades de energia), escolas autogeridas e comunidades de aprendizagem ou associações culturais e recreativas com um foco intergeracional.

Se pensarmos nesta lógica aplicada à escala do território, podemos imaginar uma ruralidade focada na melhoria direta das condições de vida dos seus habitantes, mais do que um território focado na produção de riqueza e atração de capital (humano e financeiro). Assim, e voltando à relação rural-urbano de que falávamos anteriormente, um rural autónomo não significa necessariamente um território desligado do urbano, mas sim uma alternativa. Isto é, face a todas as crises por que estamos a passar, a ruralidade – enquanto forma de vida, mais do que uma mera localização geográfica – pode ser vista como uma alternativa possível ao modo de vida urbano e ao modelo de desenvolvimento hegemónico.

Alternativa para quem?

Estas formas alternativas de habitar o rural podem funcionar como motores de mudança local, seja pela criação de novas possibilidades para outros residentes locais, seja pelo envolvimento em grupos ativistas e movimentos locais que lutam pela melhoria das condições de vida locais. No entanto, nem todos os «neorurais» seguem este padrão. Há casos em que voltar para o campo significa abraçar o empreendedorismo, replicando a mesma lógica de colonização do rural, traduzida em projetos de produção intensiva ou de mercantilização de costumes e paisagens locais como parte de pacotes de «turismo rural». Por outro lado, há um importante grupo de novos habitantes rurais, normalmente de origem estrangeira não-europeia, que vem viver e trabalhar em condições muito precárias, vítimas de exploração laboral por parte do agronegócio. Se o primeiro grupo replica as práticas extrativistas sobre o rural, o segundo torna-se, também ele, objeto de exploração.

A decisão de alguém se mudar para o campo está fortemente relacionada com a vontade de assumir o controlo da própria vida e de alcançar maiores níveis de autonomia.

Qualquer projeto de autonomização do rural em relação ao urbano, para ser completo e coerente, deverá ser capaz de lidar com esta diversidade social, com as especificidades de cada grupo e com as tensões que naturalmente emergem entre si. Isto significaria, por exemplo, que as alternativas de produção e distribuição agrícola deveriam permitir a integração dos trabalhadores imigrantes que são hoje explorados na produção agroindustrial. Por outro lado, isto implica aproximar pessoas envelhecidas e jovens entusiastas do êxodo urbano, estrangeiros de classe média-alta dedicados a projetos regenerativos e imigrantes indocumentados que projetaram neste país a sua esperança de futuro. A integração das várias camadas sociais num projeto comum de autonomização do rural pode representar uma via alternativa de desenvolvimento que contraria a polarização social, que restaura laços comunitários num mundo profundamente marcado pela globalização e que fomenta a regeneração e preservação dos ecossistemas.

Mary Wollstonecraft e a correção dos males humanos

BORBOLETA AZUL

Uma mulher chora ao ver um homem numa carruagem prestes a ser executado. O homem é Luís XVI e a mulher é Mary Wollstonecraft. A decapitação do rei é o proverbial «corte da cabeça da serpente» que marca o fim da monarquia e o nascimento da república. Mas Mary, antimonárquica, aprende rapidamente que a revolução não estenderia os direitos do homem às mulheres. Apesar disso, continuará defensora da revolução francesa nos círculos intelectuais britânicos, debatendo-se ferozmente com os conservadores opositores da revolução, como Edmund Burke.

Estamos em 1792 e as mulheres estão dependentes dos homens, votadas ao papel de mães, esposas, irmãs e filhas, entregues aos trabalhos domésticos e com uma educação muito limitada. Jean-Jacques Rousseau, um dos principais nomes do iluminismo, considera-as menos racionais do que os homens e naturaliza a sua dependência por serem «o sexo fraco», propondo que fossem educadas para lhes agradar. Mary ganha a vida como escritora e faz uma crítica profunda às ideias de Jean-Jacques com foco na educação das mulheres, mantendo-se fiel à premissa central do século das luzes: a fé na razão humana para melhorar a sociedade e corrigir os seus males.

Considerando o destino da maioria das mulheres no século XVIII, Mary Wollstonecraft foi extraordinária. Ao longo da história, a sua vida atraiu mais atenção do que as suas ideias. Considero que é impossível fazer esta separação, pois as palavras de Mary Wollstonecraft resultam da sua experiência de vida. No entanto, a forma em que as suas ideias foram associadas à vida pessoal também merece ser examinada.

Mary nasceu numa família inglesa de classe média arruinada pelo pai. A mãe era vítima dos ataques violentos do marido e Mary protegia-a frequentemente. Aprendeu a ler e a escrever na escola, mas a sua educação subsequente foi informal e de grande qualidade por virtude das famílias vizinhas com que se relacionou: educadores e estudiosos de ciências e filosofia que ensinavam as suas filhas em momentos de lazer, onde encontrou figuras parentais, mentores e amizades profundas. Desde cedo percebeu que teria de sair de casa assim que possível, mas fez tudo ao seu alcance para continuar a cuidar e proteger a mãe e as irmãs ao longo da vida. Só existiam duas possibilidades para as mulheres da sua classe adquirirem independência financeira: serem damas de companhia ou tornarem-se educadoras de crianças. Ser precetora em ensino doméstico implicava estar subordinada a mulheres ricas e ter uma conduta moral impecável à custa da exclusão social. Mary foi dama de companhia de uma viúva irascível, precetora de uma família aristocrata e criou uma escola numa comunidade de dissidentes ingleses com duas irmãs e a sua melhor amiga, Fanny Blood. A escola fracassou após a vinda de Mary e Fanny para Lisboa, numa tentativa vã de curar Fanny da tuberculose que a vitimou.

Depois da morte de Fanny, Mary regressou a Inglaterra determinada a viver como escritora. Este projeto audaz só foi possível pelo apoio incondicional do editor Joseph Johnson, de quem Mary seria amiga para a vida. Joseph marcou o pensamento de uma época, e ficou famoso por publicar e apoiar o trabalho de pensadores radicais e das primeiras escritoras feministas, sendo o centro da vida intelectual de Londres. O talento de Mary foi reconhecido e conferiu-lhe a tão desejada independência económica e social, passando a sustentar-se como autora e tradutora de obras em francês e alemão. Os seus primeiros trabalhos foram no campo dos livros para crianças, se bem que Mary tinha uma visão bem diferente da literatura infantil tal como a conhecemos hoje. Mary pretendia educar as crianças, em particular as filhas, para os desafios que iriam encontrar na sociedade, para cultivarem a razão e serem capazes de lidar com as adversidades, mantendo-se atentas às desigualdades e injustiças inerentes à hierarquia. Para Mary, a superioridade não era motivo para abusos e maus-tratos aos inferiores. Nas suas histórias originais[1], Mary ensina às crianças que os animais são inferiores aos humanos por não serem racionais, mas não devem ser maltratados por isso. Numa das suas histórias, conta: Deus criou o mundo e também os seres que vocês desprezam, como as aranhas; mas não os abandonou à morte, colocou-os onde há mais comida. Se até Deus toma conta dos seres mais vis, como se atrevem vocês a matá-los porque vos parecem feios? Eu sou mais forte que vocês e não vos mato.

Nos seus trabalhos, Mary procura redefinir o que significa ser mulher e os papéis que poderão desempenhar na sociedade num tempo em que são os homens que o fazem. São os grandes intelectuais que definem os atributos femininos desejados sob o auspício da sensibilidade, e as virtudes que se esperam delas no casamento. Não é surpreendente que os trabalhos de Mary tivessem eco nos primeiros anarquistas que criticavam o casamento enquanto instituição social, em particular William Godwin, com quem casaria.

Para Mary, é impossível reconfigurar ser mulher sem reconfigurar a sociedade. Critica a transmissão hereditária da propriedade como fonte de desigualdades e deposita fé nas experiências políticas do seu século, dedicando-se a acompanhar a revolução francesa. O seu primeiro texto a este respeito é a resposta a Edmund na forma de uma carta intitulada "A vindicação dos direitos do homem"[2], publicada em 1790.

Mary procura redefinir o que significa ser mulher e os papéis que poderão desempenhar na sociedade num tempo em que são os homens que o fazem.

No mesmo ano, Edmund tinha publicado as suas *Reflexões sobre a revolução em França*, argumentando que acabaria em desgraça por ser baseada em conceitos abstratos como a liberdade e os direitos, que ignoram as complexidades da natureza humana e podem ser facilmente usados para justificar a tirania. Mary acusa-o de ser cego à miséria humana pelos seus privilégios, e escreve que a propriedade só serve para proteger os ricos e escravizar as crianças e as mulheres. Argumenta que sem a conceção de dignidade inata do homem, está aberto o caminho para a escravatura como uma instituição eterna. Escreve: «A Natureza e a Razão, conforme o seu sistema, devem dar lugar à autoridade; e os deuses, como exclama Shakespeare, parecem matar-nos por desporto, como os homens fazem às moscas.» Em 1789, é estabelecida a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão em França que exclui as mulheres, os pobres, as pessoas escravizadas, as crianças e os estrangeiros, considerando que são incapazes de tomar decisões políticas informadas. Em 1791, Charles-Maurice de Talleyrand-Périgord defende que as mulheres só devem ter educação doméstica, ecoando as ideias de Jean-Jacques. No ano seguinte, Mary publica o trabalho pelo qual é mais conhecida: *A vindicação dos direitos da mulher*.[3]

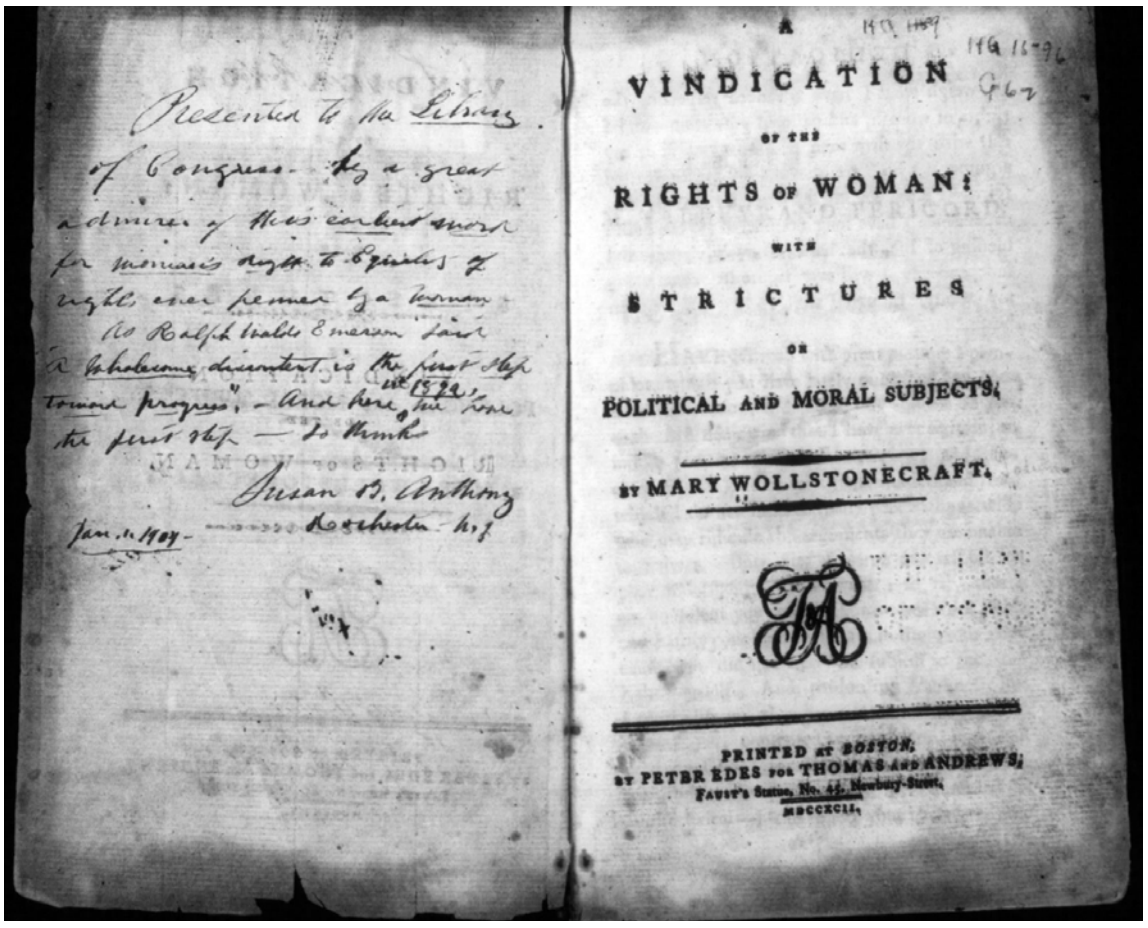
Mary escreve o livro focada na classe média, com base na sua

filosofia e experiência. Argumenta que as mulheres são tão capazes de cultivar a razão como os homens, mas estão escravizadas e embrutecidas pela falta de educação e pelos jogos sociais que são obrigadas a jogar, degradantes para ambos os sexos. Afirma que a mulher é reduzida a um nada pelo casamento, condenando-a a ser dependente. Desprovida de propriedade e sem acesso a profissões dignificantes, concentra todas as atenções em agradar ao marido, negligenciando as próprias crianças que nem sequer amamenta. Se por acaso o marido toma más

Precisamos desta mãe do feminismo hoje, e certamente muitas das pessoas que a irão ler e compreender não terão ainda nascido.

decisões ou sofre alguma desgraça e arruína as finanças, toda a família sofre sem poder fazer nada contra isso. Sem educação nem ocupação profissional, as mulheres ficam mesquinhas, dedicadas a trivialidades, intrigas e roupas para serem atraentes, e sem outra via legítima, cultivam a manipulação para conseguirem os seus desígnios. Mary diz ainda que este é o resultado da educação que propõe Jean-Jacques e outros pensadores do iluminismo, mais adequada para as mulheres serem concubinas do que esposas, que faz delas objetos, e não as prepara para serem mães nem verdadeiras companheiras dos homens em pé de igualdade. Mary critica o ideal de mulher que diversos homens contemporâneos apregoam e a conceção falsa de amor que é vazia e fugaz. Para Mary, a fundação dos relacionamentos deve ser a amizade sólida e o respeito mútuo, e sem a mulher cultivar a razão não poderá prover nenhum sentimento autêntico, emulando apenas comportamentos por convenção social. Propõe que a educação deva ser nacional e pública, em escolas de dia sem separação de rapazes e raparigas; só isto permitirá que as crianças dos dois géneros sejam educadas da mesma forma e possam brincar e crescer juntas. O livro foi bem recebido, e no mesmo ano em que foi publicado, Charles-Maurice visitou Mary em Londres para discutirem as suas ideias.

Uns meses depois, Mary viaja para França para ver a revolução com os seus próprios olhos. Durante a sua estadia, a maioria dos seus amigos ingleses, aliados dos girondinos, seriam presos ou decapitados. Mary escreve à sua



Primeira edição de *A vindicação dos direitos da mulher*, a obra mais conhecida de Mary Wollstonecraft, onde argumenta que as mulheres são tão capazes de cultivar a razão como os homens, mas estão escravizadas e embrutecidas pela falta de educação e pelos jogos sociais que são obrigadas a jogar, degradantes para ambos os sexos.

irmã Everina que testemunhou morte, miséria e todas as formas de terror, mas não se arrepende de ter ido para França, pois só estando presente pode ter uma opinião justa dos acontecimentos. Em 1794, publicou *Uma visão histórica e moral da revolução francesa e o efeito que produziu na Europa* [4], acentuando as causas sociais, políticas e económicas da revolução, mantendo a fé no progresso da sociedade. Em Paris apaixona-se por Gilbert Imlay e tem uma filha, Fanny Imlay. Mary procurava a relação que descreveu nos seus livros, mas Gilbert não estava à altura. No momento em que se encontra maternal e vulnerável, com a filha nos braços no meio da revolução, Gilbert afasta-se. Em 1795, Mary embarca numa viagem à Escandinávia com a sua filha e uma criada, Marguerite, em busca de um navio que interessava a Gilbert para negócios. Durante a viagem escreve-lhe cartas que publica quando regressa a Londres [5], onde descreve os encontros humanos, a natureza e a análise que faz dos lugares por onde passa. As cartas tornam-se no seu livro mais popular, e têm um efeito inesperado: William apaixona-se por Mary ao lê-las. Gradualmente, Mary regressa ao círculo literário de Joseph e o relacionamento entre Mary e William avança, encontrando finalmente o amor e respeito que deseja. William dirá nas suas memórias: «Considerei que tivemos um pelo outro o estilo de amor mais puro e refinado. Cresceu com avanços iguais na mente de cada um. Teria sido impossível para o observador mais minucioso dizer quem tomou precedência (...) Nenhuma das partes foi o agente ou o paciente, o arquiteto da teia ou a presa.» Tragicamente, a felicidade de ambos durou pouco. Mary engravidou da segunda filha e morreu no parto, deixando William enlutado com duas crianças a seu cargo, a bebé Mary Wollstonecraft Godwin, e Fanny Blood com três anos. William publicou todos os trabalhos inacabados de Mary, incluindo o seu romance *Maria, ou os males das mulheres* [6], onde a personagem principal é uma mulher de classe média declarada louca pelo marido e internada num asilo, que estabelece amizade com a sua cuidadora de uma classe mais baixa. O romance mostra os abusos que as mulheres de diferentes classes sociais sofrem e a falta brutal de amor e carinho que imperava na sociedade britânica desde o berço, expondo a falha no coração social do qual deveriam emanar as virtudes essenciais ao progresso da humanidade. Infelizmente, o romance não teve sucesso, por via das memórias que William publicou sobre a autora de *A vindicação dos direitos da mulher*.[7] A biografia não autorizada de Mary continha os aspetos pessoais da sua vida, as provações que passou e como as superou. Ela é claramente a heroína de William e a veneração que tem à esposa é inultrapassável; revela-nos uma Mary que experimentou o verdadeiro amor livre, possivelmente bissexual, desafiando as convenções sociais ao não casar com Gilbert, e as duas tentativas de suicídio que fez no momento em que viu o pior dos males humanos na esfera pública e na vida íntima. Apesar de William falar destes temas de uma forma não preconceituosa, a reputação de Mary foi manchada durante mais de 100 anos, e o trabalho dela desacreditado e associado a uma conduta imoral. O interesse na sua obra só foi renovado muito mais tarde, e finalmente Mary surge como uma autora que não se limitou a escrever palavras ocas, mas a vivê-las. Em 1911, Emma Goldman escrevia sobre Mary: «Ainda hoje há poucos entre nós, os chamados reformadores, certamente muito poucas entre as mulheres reformadoras, que veem tão claramente como este gigante do século XVIII. Ela compreendeu demasiado bem que meras mudanças políticas não são suficientes e não atacam os males da sociedade na sua profundidade.» A virtude de Mary não pode ser julgada pelos seus contemporâneos, pelas razões que ela própria expressou na conclusão de "*A vindicação dos direitos do homem*": «Tenho observado indignada que muitos dos filósofos do iluminismo que falam dos direitos inatos do homem empregam muitos sentimentos nobres para embelezar o seu discurso, mas sem influência na sua conduta. Eles curvam-se à posição social e são cuidadosos para segurar a propriedade, e a virtude, sem essa roupagem acidental, raramente é respeitável aos seus olhos, e não discernem a verdadeira dignidade de caráter quando nenhum nome sonoro exalta o homem acima dos seus semelhantes. Mas nem a inimizade aberta, nem a homenagem vazia destroem o valor intrínseco dos princípios que repousam sobre um fundamento eterno e revertem aos atributos imutáveis de Deus.» A transcendência secular de Mary Wollstonecraft conferiu-lhe, nas palavras de Virginia Woolf, «uma forma de imortalidade». Precisamos desta mãe do feminismo hoje, e certamente muitas das pessoas que a irão ler e compreender não terão ainda nascido.

NOTAS

1 *Original Stories from Real Life: With Conversations Calculated to Regulate the Affections and Form the Mind to Truth and Goodness*. London: Joseph Johnson, 1788. Disponível em: https://www.gutenberg.org/

2 "A Vindication of the Rights of Men, in a Letter to the Right Honourable Edmund Burke". London: Joseph Johnson, 1790. Disponível em: https://www.gutenberg.org/

3 *A Vindication of the Rights of Woman with Strictures on Moral and Political Subjects*. London: Joseph Johnson, 1792. Disponível em: https://www.gutenberg.org/

4 *An Historical and Moral View of the French Revolution; and the Effect It Has produced in Europe. Volume the first*. London: Joseph Johnson, 1794. Disponível em: https://www.gutenberg.org/

5 "Letters Written during a Short Residence in Sweden, Norway, and Denmark". London: Joseph Johnson, 1796. Disponível em: https://www.gutenberg.org/

An Historical and Moral View of the French Revolution; and the Effect It Has produced in Europe. Volume the first. London: Joseph Johnson, 1794. Disponível em: https://www.gutenberg.org/

Letters Written during a Short Residence in Sweden, Norway, and Denmark. London: Joseph Johnson, 1796. Disponível em: https://www.gutenberg.org/

The Wrongs of Woman, or Maria. Posthumous Works of the Author of A Vindication of the Rights of Woman. Ed. William Godwin. London: Joseph Johnson, 1798. Disponível em: https://www.gutenberg.org/

6 *The Wrongs of Woman, or Maria. Posthumous Works of the Author of A Vindication of the Rights of Woman*. Ed. William Godwin. London: Joseph Johnson, 1798. Disponível em: https://www.gutenberg.org/

7 *Memoirs of the Author of a Vindication of the Rights of Woman, by William Godwin*. London: printed for J. Johnson and G.G. and J. Robinson, 1798. Disponível em: https://www.gutenberg.org/

Sobre as guerras e as pedras contra o esquecimento

Uma entrevista com Nasser Abourahme, militante-investigador palestiniano, Professor Assistente de Estudos do Médio Oriente e do Norte de África no Bowdoin College nos Estados Unidos[1]

JOSE ROSALES

Jose Rosales [JR]: Talvez seja uma pergunta ingénua, mas o que acha que será necessário para que os principais apoiantes de Israel – desde os EUA e os principais Estados-Membros da UE até ao próprio Conselho de Segurança das Nações Unidas – comecem a retirar o seu apoio à campanha acelerada de genocídio de Israel?

Nasser Abourahme [NA]: A primeira coisa a notar, que ressalta dos seus comentários introdutórios, é que, enquanto posto avançado colonizador-colonial nesta parte do mundo, o Estado israelita nunca foi capaz de sobreviver sem o apoio militar, logístico, financeiro e ideológico do, digamos, «Ocidente». Dito isto, sinto-me tentado a refletir historicamente sobre a sua pergunta. Por outras palavras, «porque é que a natureza desta relação tem sido tão consistente ao longo do tempo?» E, implícita nesta pergunta, está a questão mais premente: «Porque é que se mantém tão assiduamente agora?» À luz da escala da matança, e à luz do que é agora um consenso emergente sobre as dimensões genocidas da atual campanha de Israel, porque é que o «Ocidente» se agarra a ela agora? Ora, apesar das ligeiras diferenças entre as várias respostas a estas perguntas, há qualquer coisa na conjuntura histórica em que Israel se insere atualmente que anima a ferocidade deste apoio e o cerrar de fileiras entre os seus aliados ocidentais. Além disso, a resposta a estas questões está intimamente ligada à relação histórica entre o «Ocidente» e o Estado israelita.

Então, porque é que Israel tem sido apoiado como um projeto há tanto tempo? Penso que dispomos de uma análise bastante sólida do papel que o Estado israelita tem desempenhado no âmbito de ordens imperiais mais vastas. Além disso, os quadros do imperialismo têm sido bastante hábeis a chegar a esse ponto, pelo que não creio que haja muitos segredos. Desde o seu primeiro papel no império britânico, o projeto sionista foi explicitamente visto como parte de uma forma de gerir essa parte do mundo. E, claro, este projeto encaixava na perfeição na ordem imperial britânica, porque se enquadrava perfeitamente num imaginário racial que via e construía o mundo segundo linhas raciais. Se seguirmos a era do imperialismo europeu na região, desde o lento desmembramento do Império Otomano até à emergência do etnonacionalismo (ou seja, de um nacionalismo racial) nos Balcãs e na própria Anatólia, o que encontramos é a consolidação de visões do mundo explicitamente racializadas. Assim, neste contexto, apoiar um projeto colonizador-colonial como Israel fazia sentido para o «Ocidente». E se tivessem conseguido o que queriam, toda a região teria sido ainda mais dividida segundo linhas raciais e sectárias. Este quadro, além disso, teve sempre uma certa utilidade material. A citação que é sempre repetida hoje em dia é a de Ronald Storrs, o governador militar britânico de Jerusalém durante o Mandato Britânico, que disse que «nós» [os europeus] estamos a criar «um pequeno Ulster judeu leal num mar de arabismo potencialmente hostil».

Outros Ângulos

E este entendimento do papel de Israel na região manteve-se bastante consistente durante a era do imperialismo liderado pelos americanos, especialmente após a Guerra Israelo-Árabe de 1967. O papel mais óbvio que o Estado israelita desempenhou a este respeito foi o de bloquear alternativas substanciais de esquerda na região, fossem elas pan-socialistas ou nacionalistas do terceiro mundo. Israel foi essencial para esmagar a emergência de uma capacidade militar pós-colonial reforçada à escala local. Quer se considere o papel que os israelitas desempenharam no prolongamento da guerra Irão-Iraque através do caso Irão-Contras, quando os EUA armaram ambos os lados desse conflito, quer se considere o papel de Israel no desaparecimento do Egito de Abdul Nasser, quer se considere o papel de Israel na repressão dos movimentos de esquerda na América Central por parte dos EUA – os benefícios de manter Israel como aliado geopolítico face ao «Ocidente» são bastante claros.

Há, além disso, uma outra dimensão desta relação que se poderia apelidar de ideológica, ou mesmo civilizacional. Tem a ver com o projeto de «recuperação moral» da Europa após o Holocausto e o nazismo, que é uma tentativa de criar uma forma de absolvição moral e, assim, reposicionar moralmente uma civilização branca, europeia. Mas este projeto não é uma coisa imaterial, e é por isso que não gosto destas distinções rígidas e algo apressadas entre ideologia e materialismo. E é aqui que o sionismo continua a desempenhar um papel importante, com este projeto de recuperação/absolvição moral, precisamente porque sustenta o esquecimento e o encerramento da história colonial pela própria Europa. Com o nazismo, a Europa viu-se numa situação em que o colonialismo se voltou para dentro. E, em resposta, a par do tratamento singularizado e excecional do Holocausto, que é visto como algo inqualificável, encontramos a incubação do sionismo e a descarga do antissemitismo sobre os negros e os mestiços de todo o mundo. Assim, é este duplo tratamento da própria história da Europa que se torna a justificação para não se pensar em mais nada no âmbito da história colonial. Este momento de viragem do colonialismo europeu para o interior está desligado da história colonial *tout court*, e comparar qualquer coisa com ele equivale a pôr em causa o seu significado moral. Mas, afinal, estes dois fenómenos históricos estão relacionados: o papel muito direto que o regime israelita desempenhou na gestão imperial desta parte geoestratégica do mundo funciona simultaneamente ao serviço do projeto ideológico-civilizacional de recuperação moral à luz de uma Europa pós-nazi, pós-holocausto e pós-colonial.

Isto leva-nos à segunda parte da questão: porque é que o «Ocidente» se agarra agora tão perseverantemente à sua relação com Israel? Da perspetiva da análise das Relações Internacionais, há quem diga que o «Ocidente» se excedeu com esta demonstração inequívoca de apoio a Israel, na medida em que Israel não é, atualmente, a região mais importante em termos geoestratégicos. Assim, alguém como John Mearsheimer está a perder a cabeça porque, para ele, Israel não é visto como uma prioridade estratégica. Enquanto para uns as regiões de importância estratégica são, evidentemente, a Europa, a China e o Golfo Pérsico, para Mearsheimer a duplicação do apoio [dos EUA] aos israelitas é contraproducente porque o «Ocidente» não está a concentrar-se na verdadeira ameaça, que vem da China. Em contrapartida, temos alguém como Robert F. Kennedy que, durante a sua campanha, fez eco do sentimento de Joe Biden, recentemente revelado («Se Israel não existisse, os EUA teriam de inventar um Israel») e defendeu o apoio contínuo dos EUA afirmando que «Israel é um baluarte para nós [...] É quase como ter um porta-aviões no Médio Oriente».

> Falámos sobre a forma como as manifestações fazem a diferença, mas não é claro para mim que os decisores políticos dos EUA desistam do regime israelita por causa da indignação moral.

De qualquer modo, a natureza da guerra é tal que faz emergir a geopolítica ao mesmo tempo que coloca entre parêntesis/desloca outras preocupações igualmente importantes. É precisamente esta subordinação de outras preocupações à geopolítica que tem caracterizado o que é essencial na questão colonial desde a era da «descolonização formal». Mas, mesmo dentro desta perspetiva geopolítica, como se explica a resposta frenética dos militares norte-americanos com o envio de porta-aviões e submarinos com armas nucleares e de efetivos adicionais para toda a região? Será esta resposta frenética apenas uma continuação deste duplo processo das funções imperial-material e ideológico-civilizacional próprias do «Ocidente» enquanto projeto hegemónico que tentei delinear acima? Haverá agora uma necessidade ainda mais forte de o fazer? Pelo menos, o que é claro é que, desde o fracasso das «guerras eternas» e da «Guerra ao Terror», os Estados Unidos têm procurado o seu próprio álibi civilizacional, que, em certo

Outros Ângulos

sentido, se virou para dentro e se transformou num poleiro à sua maneira: o atoleiro moral e político dos EUA – o arco do Trumpismo e as crises permanentes do país – tem uma certa relação com o atrofiamento das «guerras eternas» e regressou sob a forma [fascista] de militarismo, hipermasculinidade, xenofobia e ansiedades fronteiriças. Juntamente com a realidade óbvia do fim de um mundo unipolar, parece que, no seio destas classes dominantes, há uma procura de uma saída para o atordoamento das décadas anteriores. Uma procura para a qual o sionismo e o filossemitismo são vistos como parte da solução.

JR: A resposta de Israel ao 7 de outubro assumiu a forma de um genocídio acelerado. Na medida em que qualquer luta de libertação necessita de apoio popular maciço, quais são as dinâmicas estruturantes próprias da atual «guerra moral» que a distinguem do contexto do início da década de 1980? E, tendo em conta o apoio «total» ao genocídio por parte do Norte global, podemos ainda falar, à la **Eqbal Ahmad, de «guerra militarizada» e de «moralidade» como fazem as duas frentes da luta pela libertação da Palestina?**[2]

NA: Penso que há dois pontos a referir a este respeito. Primeiro, que há uma guerra moral-ideológica a travar e que parte dela será travada no Norte global. Mas não pode basear-se numa política de reconhecimento ou de inclusão, em que os palestinianos procuram aproximar-se de uma qualquer figura de humanidade legível para o Ocidente: o Ocidente nunca reconhecerá a figura de uma humanidade que riposta e mal reconhece a figura da humanidade na morte palestiniana. Esta versão de um humanismo liberal, inclusivo, é um beco sem saída. É preciso lutar nos nossos próprios termos e as vitórias ideológicas e morais resultarão de tais formas de luta.

Em segundo lugar, está a tornar-se claro que Israel – enquanto regime pária isolado – é igualmente mortífero. Dado que a natureza da política liberal e democrática processual no Ocidente não é verdadeiramente representativa e não pode ser descrita em termos de soberania popular em qualquer sentido significativo, poder-se-ia ganhar a batalha moral e ideológica e as políticas destes Estados não mudariam em nada. Falámos sobre a forma como as manifestações fazem a diferença, mas não é claro para mim que os decisores políticos dos EUA desistam do regime israelita por causa da indignação moral. Dada a natureza do duopólio num país como os Estados Unidos, e dado o poder das suas instituições contrademocráticas, não creio que haja qualquer garantia de que a política dos EUA mude num futuro próximo. Num certo sentido, o regime israelita é menos suscetível ao tipo de pressão que acabou por derrubar o apartheid na África do Sul, uma vez que as atuais «superpotências» manterão o regime israelita durante muito mais tempo do que mantiveram o apartheid na África do Sul. E por muitas razões – em parte devido à natureza da política interna e ao poder do lobby sionista nos EUA, mas também porque, como disse no início, veem as suas próprias capacidades globais tão interligadas com os interesses do Estado israelita, nomeadamente no que diz respeito à dimensão ideológico-civilizacional própria da relação entre Israel e o «Ocidente». Se quisermos fazer uma analogia, a situação é muito mais próxima da relação da Rodésia com a África do Sul do que da relação da África do Sul com o «Ocidente»: isto é, eles agarram-se a ela mesmo quando se torna um pária moral. Daí a minha ênfase nas formas de luta que combatem nos seus próprios termos. Mais uma vez, isto não significa que não há limites para a violência anticolonial, mas significa lutar nos seus próprios termos e precaver-se contra a noção de que uma vitória moral-ideológica, por si só, irá alterar o equilíbrio de forças. É importante, mas não é suficiente.

JR: É habitual os jornalistas perguntarem aos palestinianos se estão pessimistas ou otimistas em relação ao futuro da Palestina. Por isso, para vos poupar a ensaiar o muito citado *The Secret Life of Saeed: The Pessoptimist*, de Emile Habibi, gostaria de voltar uma última vez a *Memory for Forgetfulness*, onde Darwish oferece uma das suas descrições mais sintéticas do carácter fundamental da luta pela libertação palestiniana: «Guerras contra o esquecimento; pedras contra o esquecimento. Ninguém quer esquecer. Mais exatamente, ninguém quer ser esquecido.»[3] **Por isso, pergunto-me: tem alguma pedra pessoal anti-esquecimento a que recorra nestes momentos?**

NA: [*Risos*] Essa é uma pergunta muito bonita. Há uma divisão, porque às vezes quero refugiar-me nos livros, no pensamento, na história e tentar ver a longa duração como uma espécie de consolo, mas o imediatismo do momento torna isso muito difícil. Há tanta mágoa e dor que têm de ser constantemente reprimidas para aguentar o dia e conseguir chegar ao dia seguinte. E a distância é difícil porque cresci na Palestina e é muito desconcertante vivê-la à distância e através de um ecrã. Mas quando quero ultrapassar a sombra do desespero, viro-me para as pessoas de Gaza e tento ouvir, ler e escutar o que dizem, o que pensam, o que fazem, como lutam e como recusam. E penso que a partir daí se pode refletir e tirar conclusões acerca de como as pessoas lutam. Mais uma vez, não tenho pudor em considerar heroicas as pessoas envolvidas na luta armada contra esta invasão. É possível tirar muitas ilações da forma como o fizeram, bem como de imagens de pessoas comuns.

> Quando quero ultrapassar a sombra do desespero, viro-me para as pessoas de Gaza e tento ouvir, ler e escutar o que dizem, o que pensam, o que fazem, como lutam e como recusam.

Há apenas dois dias, vi uma imagem de um homem retirado dos escombros numa maca. Enquanto estava a ser transportado para a ambulância, conseguiu encontrar a força e os meios para se levantar e fazer o sinal de vitória aos que o rodeavam. Penso nos pais que têm de enterrar os filhos em valas comuns, anónimos, e que saem à rua no dia seguinte dizendo «não vamos a lado nenhum, não nos vamos embora» – estas cenas de coragem e de humanidade... para mim, são anti-esquecimento; cenas cheias de um desejo afirmativo de viver face a tudo.

NOTAS:

1 Tradução de excertos da entrevista que foi publicada pela primeira vez pela Radio Zamaneh no original em inglês em 6 de dezembro de 2023: "On Anti-Forgetfulness Wars And Anti-Oblivion Stones: An interview with Nasser Abourahme" [Versão completa: en.radiozamaneh.com/35638/]

2 Eqbal Ahmad, "The Palestinian Question" em *Confronting Empire: Interviews with David Barsamian*, (South End Press: 2000), p. 52-3. Para contextualizar, Barsamian afirmou o seguinte: «[...] as lutas de libertação precisam de isolar moralmente o adversário. Admito-o, com uma ressalva: tem de ser um adversário que subscreva, pelo menos a nível retórico, as tradições democráticas liberais». Resposta de Ahmad: «É óbvio que não se poderia isolar moralmente os regimes de Hitler ou Estaline. Uma estratégia de isolamento moral pressupõe que o adversário baseia a sua própria legitimidade em fundamentos morais».

3 Mahmoud Darwish, *Memory for Forgetfulness: August, Beirut, 1982*. (University of California Press: 2013), p. 15.

Genocídio democrático

Palestinianos reunidos na União das Mulheres Árabes em Ramallah. 1934 1939 (Coleção Matson. Biblioteca do Congresso)

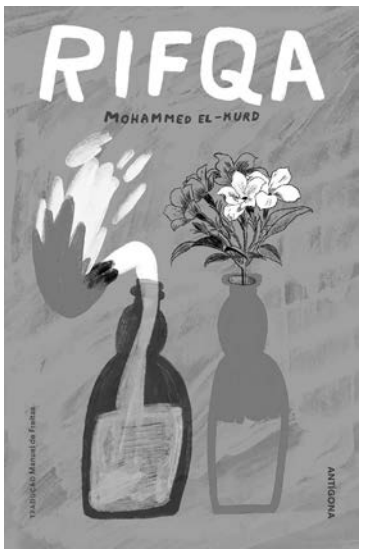
JÚLIO HENRIQUES

A ocupação da Palestina pelo Estado judaico é a mais prolongada e consumada infâmia singular do nosso tempo: dura há quase oitenta anos. Ao longo das décadas, a Palestina tornou-se um extenso pesadelo, vivido como um inferno pelo seu povo. Um inferno interminável, graças, desde 1967, à permanente participação financeira, militar e diplomática dos sucessivos governos dos EUA, que têm em Israel o seu maior peão no Médio Oriente. Com bombardeamentos superiores aos lançados sobre Dresden, Hamburgo e Londres durante a Segunda Guerra Mundial, a destruição física de Gaza, que já era a maior prisão a céu aberto do mundo, e o genocídio da sua população, são as marcas mais avançadas do sistema colonial de povoamento israelita, hoje chefiado por uma facção de extrema-direita seguidora do fanatismo religioso hebraico que invoca um «direito divino», pretensamente expresso na Bíblia, às suas expropriações territoriais. Deus, com os sionistas, virou agente imobiliário armado até aos dentes.

Mas o que tem permitido construir a pretensa legitimidade do Estado de Israel para ocupar a Palestina é mais vasto que a directa cumplicidade política americana. E passa muito pela linguagem (antes de mais, dos mídia ocidentais), linguagem que de forma incessante foi organizando hegemonicamente – nas notícias, reportagens, entrevistas, análises, comentários – *o discurso de desumanização* dos habitantes autóctones da Palestina, amiúde encarados como «terroristas».

Mohammed El-Kurd, jovem jornalista, escritor e activista palestiniano nascido em Jerusalém há 26 anos, publicou este seu primeiro livro de poesia em 2021, aos 23 anos, em inglês, nos EUA, na Haymarket Books[1]. Fluente em inglês desde a adolescência, Mohammed viveu mais tarde quatro anos entre Nova Iorque e Atlanta, onde se licenciou em estudos literários e fez um mestrado em escrita criativa. É correspondente da reputada revista mensal *The Nation*, fundada em Nova Iorque em 1865 por abolicionistas da escravatura, e colabora noutras publicações, tendo-se tornado desde cedo uma figura conhecida e respeitada da oposição ao *apartheid*; em 2021, o magazine *Time* classificou-o entre as «cem pessoas mais influentes do mundo».

Rifqa, que significa Amizade, é o nome próprio de sua avó, lutadora até ao fim contra a ocupação colonial da Palestina (faleceu em 2020, com 103 anos). Sobrevivente da *Nakba* (Catástrofe), de 1948, o seu testemunho ocular, desde o início do processo de saque de terras e habitações pelas forças sionistas, de que ela própria e a família foram repetidamente vítimas (inclusive Mohammed e a irmã gémea, Muna, quando tinham 11 anos), bem como o seu indomável protesto fizeram dela um ícone da resistência. *Rifqa*, o livro, é uma homenagem do autor a esta mulher, sua avó, fazendo – através dela, da herança de coragem e lucidez que dela recebeu e à qual se mostra fiel – um empreendimento literário, espiritual e político de surpreendente maturidade poética. Esta obra é também dedicada ao bairro ocupado de Sheikh Jarrah, em Jerusalém, onde ele e a irmã, ainda crianças, se iniciaram na luta contra a ocupação sionista. (É muito instrutivo ver o documentário *My Neighbourhood*, de Julia Bacha e Rebekah Wingert-Jabi [Just Vision, 2012] sobre a luta nesse bairro, em 2009, contra as expulsões, incluindo a corajosa solidariedade de um colectivo judeu dissidente, filme protagonizado por Rifqa El-Kurd e em que o pequeno Mohammed tem já um papel eloquente).



Rifqa
Mohammed El-Kurd
Antígona,
tradução de Manuel de Freitas,
Lisboa, 2024, 126 pp.

A lúcida sensibilidade de que os poemas de *Rifqa* dão provas provém, sem dúvida, do trágico lastro que são as desumanas condições de sobrevivência impostas na Palestina ocupada, lastro este em que emerge, na sua diversidade temática, o papel activo e manifestamente inspirador das mulheres, inclusive nas citações e referências a diversas poetisas, a começar pela mãe do autor, Maysoon El-Kurd, passando por Audre Lorde, Jackie Braje ou o poeta sírio Nizar Qabbani, que exaltou a emancipação das mulheres, designadamente através da muito independente cantora egípcia Oum Khalsoum. Porque o grande tema de *Rifqa* é a desumanização dos palestinianos criada pelo esmagador poder ocupante e por todos os seus cúmplices, parceiros e apoiantes, alguns também do lado árabe. O autor, porém, afronta a dolorosa tragédia palestiniana de olhos abertos e cabeça erguida, sem nunca desistir da libertação.

A lúcida sensibilidade de que os poemas de Rifqa dão provas provém, sem dúvida, do trágico lastro que são as desumanas condições de sobrevivência impostas na Palestina ocupada.

No ensaio que será publicado em 2025, também na Haymarket (*Perfect Victims and the Politics of Appeal*), Mohammed El-Kurd leva mais longe a investigação num acutilante estudo sobre o vasto processo mental e material que consiste em *desumanizar eficazmente* as pessoas que resistem a poderes brutais e ilegítimos, poderes estes que dispõem, não só da força, mas também de um favorável consenso «universalizante». A visão de *Perfect Victims* é de grande amplitude, devendo considerar-se que a Palestina é um microcosmo do mundo presente; um contemporâneo laboratório das sanguinárias *tiranias de sucesso*.

Um trabalho complementar de El-Kurd é o seu estudo prefacial ao belo e clarificativo álbum *Against Erasure: A Photographic Memory of Palestine Before the Nakba* (Haymarket Books, 2024), que desmonta um dos mitos centrais do Estado judaico: a Palestina como «uma terra sem povo» – o famoso *terra nullius* do modelo colonialista europeu.

NOTAS

1 Fundada em 2001, em Chicago, esta editora sem fins lucrativos está simbolicamente associada, pelo seu próprio nome, aos mártires de Chicago (1886), de cuja luta resultou a criação do 1º de Maio, Dia Internacional dos Trabalhadores.

Outro jornalismo tem de ser possível – e o MAPA prova-o

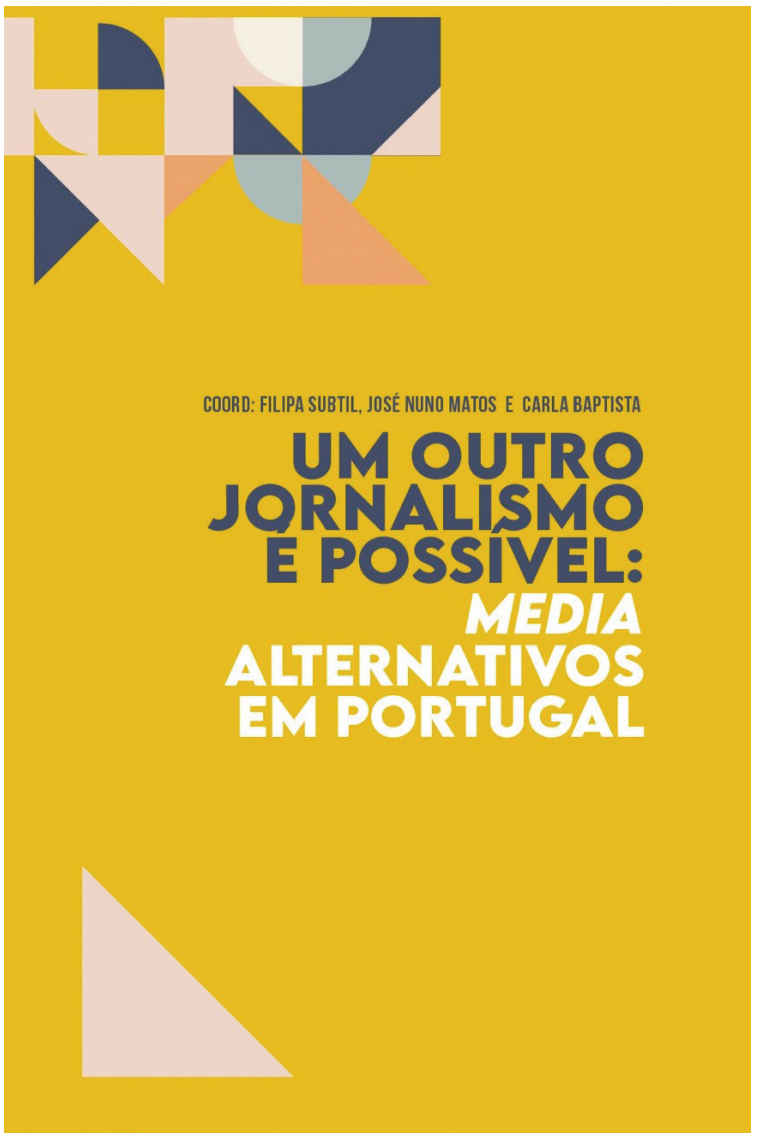
Foi recentemente publicado o livro *Um Outro Jornalismo É Possível: Media Alternativos em Portugal*. Esta obra colectiva, que reúne textos sobre a diversidade de media alternativos ao longo dos últimos 100 anos, deverá ser do interesse de muitos leitores do MAPA.

PEDRO CEREJO

Num momento de profunda crise da imprensa escrita, provocada por vários factores em que o menor deles não será o minar da própria credibilidade jornalística por via de opções editoriais e práticas que editores e jornalistas tomam, foi recentemente publicado um importante livro: *Um Outro Jornalismo É Possível:* Media *Alternativos em Portugal*. Esta é uma obra colectiva, dividida numa parte académica e numa parte de recolha de testemunhos, que olha simultaneamente para o passado e para o futuro, que vai do *Avante!* clandestino da década de 1940 a um extenso e informado rol de fanzines dos anos 1980 e 1990, que dá voz a projectos a cada dia em construção, como o *Fumaça* e o MAPA, ou que há pouco tempo soçobraram, como o *Setenta e Quatro*.

Antes de descrever o livro, não quero deixar de fazer um enquadramento geral, talvez injusto: a classe jornalística portuguesa padeceu sempre de uma profunda incapacidade de se pensar a si própria, ao seu papel e aos seus modos de actuar. Considerar o facto de a censura estatal ter vigorado até 1974 (vinda de muito antes de 1926), o facto de até aos anos 1970 esta ser uma profissão desconsiderada e mal paga (em que os jornalistas da base acumulavam colaborações de manhã, à tarde e à noite em diferentes publicações) e o facto de só no início dos anos 1980 terem surgido os primeiros cursos superiores de Jornalismo ou de Comunicação Social ajuda a perceber as debilidades da classe, que se revelam no facto de em 50 anos de democracia só terem sido realizados cinco congressos de jornalistas e de estes só terem feito duas greves gerais específicas do sector – a última das quais em Março de 2024[1], aquando do pico da crise na Global Media Group, mas antes da crise na Trust in News.

Até no mercado editorial essa debilidade se nota: apesar da importância de colecções de história e de teoria dos *media*, como a da Minerva Coimbra nos anos 2000, dos livros que o Instituto de Comunicação da NOVA tem vindo a publicar nos últimos anos[2] ou do glorioso esforço posto em publicar a revista trimestral *Jornalismo & Jornalistas*[3], são relativamente poucos os livros em que jornalistas pensam e reflectem sobre a sua profissão. E isto quando, artífices da palavra e hábeis nos teclados de computador, se esperava que conseguissem pensar e escrever sobre os desafios e ameaças que a sua profissão enfrenta. Aliás, boa parte desse trabalho que tem sido feito é obra de antigos jornalistas que, reciclados em professores universitários, encontraram na academia as condições para reflectir sobre a sua antiga profissão. Não deixa de ser curioso que este livro seja editado por uma pequena cooperativa (a Outro Modo, responsável também pela publicação do jornal mensal *Le Monde diplomatique – edição portuguesa*) e coordenado por três investigadores do IC Nova: Filipa Subtil, José Nuno Matos e Carla Baptista. A mesma parceria já tinha permitido a publicação de *A Crise do Jornalismo em Portugal*[4] e de *Os Três D dos* Media. *Desigualdade, Desprofissionalização e Desinformação*[5].



Um Outro Jornalismo é Possível: «Media» Alternativos em Portugal
Coord: Filipa Subtil, José Nuno Matos, Carla Baptista
Outro Modo
2024, 297 pp

Construir o futuro com os olhos no passado

As quase 300 páginas de *Um Outro Jornalismo É Possível: Media Alternativos em Portugal* dividem-se em duas partes: as primeiras 200 são ensaios sobre casos concretos de diferentes momentos históricos, de interesse e profundidade desigual, como é normal em obras colectivas; e a segunda parte recebe o raro título «Os meios falam por si próprios», na medida em que responsáveis de experiências jornalísticas diversas (em papel mas sobretudo em suporte digital) foram convidados a escrever sobre o percurso dos meios de comunicação social que representam, num momento de profunda crise de credibilidade, de meios financeiros e humanos e até de perspectivas do sector que pretende entregar notícias a um público leitor mais interessado noutras coisas.

> A classe jornalística portuguesa padeceu sempre de uma profunda incapacidade de se pensar a si própria, ao seu papel e aos seus modos de actuar.

Dir-se-ia que quase todos os leitores do MAPA encontrarão pelo menos um motivo de interesse para ler (e comprar) este livro. Vejam-se as áreas estudadas nos pequenos capítulos da primeira parte: a imprensa radical de Lisboa no auge da influência anarquista, em «O *Avante!* de 1919»; uma interessante análise do quotidiano dos jornalistas em «"O coronel já telefonou?"; resistência nas redações dos jornais (1926-1974)»; as formas de publicação e distribuição do *Avante!* clandestino pelo Partido Comunista Português na década de 1940; a impressionante experiência de Maria Lamas aquando do trabalho de investigação, escrita e edição em fascículos da foto-reportagem *As Mulheres do Meu País*; o cinema documental ao serviço da luta de libertação nas então colónias portuguesas; a imprensa estudantil e a sua importância no movimento associativo nos anos 60 de sucessivas crises académicas; a importância da revista *Seara Nova*, nas suas diferentes fases, como forma de resistência cultural ao Estado Novo; uma inesperada análise dos boletins internos publicados nos estaleiros navais da Lisnave e da Setenave, tanto pelos departamentos de Recursos Humanos como por Comissões de Trabalhadores no período do PREC; a ascensão e queda da revista *Mulheres*, próxima do PCP, na década de 1980; um importante relembrar dos modos de fazer em «As rádios piratas no Portugal democrático»; um belo rol de experiências e meandros *underground* que vão da música à BD e a alguma vontade política de transformação do quotidiano em «Fotocópias rebeldes: 50 anos + 1 de fanzines em Portugal»; ou a experiência contemporânea das rádios *on-line*. Verifica-se, por este conjunto de temas, que é mesmo de *media* alternativos que se fala: só no capítulo dedicado aos telefonemas dos coronéis da Censura é que há referência a redacções de jornais diários e não há uma única menção ao meio televisivo – estes são os meios que implicam outra capacidade de investimento e de profissionalização que em Portugal nunca se conseguiu atingir.

Os meios alternativos que foram convidados a escrever na segunda parte, e que apresentam textos assinados por algum responsável ou textos colectivos, foram os seguintes: *Setenta e Quatro*, *Fumaça*, *Divergente*, MAPA, *Buala*, *SinalAberto* e *Sete Mares*. Cabe aqui dizer que o texto assinado pelo colectivo do MAPA é uma bela súmula desta aventura de mais de 12 anos em papel de jornal. Se o/a leitor/a não conhecer algum dos nomeados é também um/a forte candidato/a a ir à procura do livro *Um Outro Jornalismo É Possível:* Media *Alternativos em Portugal*[6].

NOTAS:

1 Ver notícia do Sindicato dos Jornalistas: https://jornalistas.eu/a-greve-geral-de-14-de-marco-entrou-para-a-historia-do-jornalismo-portugues-2/.

2 Ver a colecção dedicada à história do jornalismo português em: https://www.histjorn.fcsh.unl.pt/.

3 Ver em: https://www.clubedejornalistas.pt/?cat=21.

4 Ver em: https://pt.mondediplo.com/a-crise-do-jornalismo-em-portugal.html.

5 Ver em: https://pt.mondediplo.com/os-tres-d-dos-media-desigualdade-desprofissionalizacao-e-desinformacao.html.

6 Mais informação aqui: https://pt.mondediplo.com/um-outro-jornalismo-e-possivel-media-alternativos-em-portugal.html.

Verbo fecundo: reflorestar

Um encontro com Fabien Heuze e Stéphanie Charles: A floresta viva, berçário da água, e a vida simples, aspiração maior.

JÚLIO HENRIQUES E JOËLLE GHAZARIAN

Quando falamos de floresta, devemos hoje ter presente que esta é mais uma palavra inquinada. No Verão (e agora já fora dele), as «áreas florestais» incendiadas e repetidamente referidas pelos noticiários quase nunca são *florestas*, são apenas plantações industriais de árvores, amiúde da mesma espécie, implantadas em contínuo em enormes extensões.

Stéphanie e Fabien, cidadãos belgas, vieram da Valónia para Portugal na força da idade. Adquiriram há cerca de três anos uma pequena propriedade de três hectares, situada no sopé de Marvão, no Alto Alentejo, onde vivem e trabalham. Neste terreno criaram o Viveiro Campesino, que se tornou o seu laboratório de selecção de arbustos, árvores (incluindo fruteiras) e outras plantas. Fabien é engenheiro agrónomo, Stéphanie é licenciada em Psicologia, mas dedica-se há muitos anos à horticultura. Ambos têm a paixão da vida no campo e do renascimento rural e aldeão, onde ser-se lento e ponderado é criador de sentido.

Iniciaram-se nestas lidas ainda na Bélgica. Fabien tinha começado por exercer a sua profissão de agrónomo sem tocar na terra, como especialista do controlo de qualidade em empresas de alimentação industrial e do ramo farmacêutico, *reciclando-se* depois, como ele diz, quando, ao seguir as passadas de Stéphanie e da sua comunidade de agricultores, passou a trabalhar a terra cultivando legumes; fê-lo durante seis anos, encarando esse labor como a sua primeira verídica experiência de agronomia. Encontrámo-nos para uma conversa sobre a sua mútua experiência de mudança e transformação.

S – Eu sentia há muito tempo uma atracção por Portugal, já tinha vindo cá com uma amiga que mora em Lisboa. Na Bélgica produzíamos legumes entre Março e Dezembro, e no Inverno gostávamos de sair um pouco da comunidade… Começámos por pensar adquirir aqui um pequeno terreno e cultivar fruteiras, cuja fruta pudéssemos depois vender e para nutrir a comunidade. Foi assim no primeiro ano. Mas no segundo ano, em finais de 2021, na Bélgica a covid era uma loucura, ao passo que nesta região a vida se apresentava quase normal; e o Gaston, o nosso filho, agora com 5 anos, já começara a frequentar o Bosque Escola Avelãs, que conhecemos nessa altura e logo nos atraiu.

F – Devo dizer que os nossos vizinhos nos acolheram muito bem. Quando estávamos a chegar da viagem e andávamos à procura de máscaras, eles tranquilizaram-nos: deixem-se disso… Começou assim, foi um alívio.

S – Queríamos que o Gaston frequentasse o Bosque Escola e voltar depois para a Bélgica, recomeçar a produção de legumes na comunidade e criar lá uma escola. Mas sentimo-nos tão bem aqui e ele também na escolinha, que regressar à Bélgica em Março nos pareceu difícil. Sempre que chegamos aqui temos um profundo sentimento de paz. No início andámos mais a visitar o Norte, a região do Gerês, mas percebemos que lá também chove muito – mais do que na Bélgica! Foi então que viemos para cá. Gostámos logo destas paisagens graníticas, do arvoredo, das serras, das pessoas, tendo também observado que na zona de Marvão havia boa água. E uma rede de pessoas que já se tinham estabelecido no campo com projectos de agricultura e que também andavam em busca da vida simples.

F – Vimos hortas um pouco por todo o lado, parte das pessoas a viver como os nossos avós viviam, em auto-suficiência, sem pressas…

S – Sem parar, mas podendo suspender os seus afazeres para falar com os vizinhos, manifestar afectos, com tempo para desfrutar a vida, um tempo que na Bélgica já não existe. Vimos assim que aquilo que pensávamos recriar lá artificialmente, na comunidade, aqui já era normal, e isso tocou-nos muito.

Encontraram facilmente este terreno?

F – Foi um pouco por sorte. Quando chegámos a esta região, ficámos por cá umas três semanas, fizemos muitas visitas através de agências imobiliárias. Mas procurávamos também

no *website* OLX, de segunda mão, foi assim que encontrámos.

E com a casa, tiveram muito trabalho?
F – Era uma ruína, só pudemos manter as paredes principais, teve de ser inteiramente reconstruída. A questão do preço foi importante. Era muito superior ao que seria um preço justo, no início da covid andavam inflacionados… Tínhamos de reconstruir a ruína, a despesa era grande, e também considerámos relevante não contribuir para a inflação de preços que os estrangeiros podem induzir.

Estando aqui há menos de três anos, parece-nos que já fizeram muito…
S – Esta vida no campo é para nós estimulante. Apesar de o Gaston não dispor aqui de avós para tomarem conta dele, nós vivemos a um ritmo que me parece bom, equilibrado, tranquilo.

F – Gostamos de trabalhar e aqui podemos fazê-lo à nossa maneira, é uma grande diferença. Este fim-de-semana andámos a semear uma boa parcela... Usamos um pequeno tractor, de alfaias leves, só utilizamos a frese para iniciar lavouras. A questão dos solos é para nós da máxima importância.

Como surgiu a inspiração da agrofloresta?
S – Na Bélgica, quando começámos a cultivar legumes num campo aberto, quisemos também plantar fruteiras. Nessa altura já havia o movimento que preconiza a associação de horta e floresta. Começámos a aprender isso lá. E quando cá chegámos tornou-se ainda mais evidente. De início pensámos proceder como na Bélgica, dar a cada árvore o máximo sol possível para que crescessem rapidamente. Mas percebemos que aqui isso é errado: as maçãs coziam na árvore…

F – Eu nem podia acreditar: colher maçãs já em compota!

S – E o solo é muito pobre. Na Bélgica é possível produzir biomassa para fazer um *mulch* (cobertura morta), mas aqui isso não dá para constituir solo. Procurámos soluções, trazer de fora do terreno muito material orgânico, mas não faz sentido «apodrecer» outro terreno para regenerar o nosso, e também é muita manutenção. Fomos conhecendo técnicas regenerativas. Já tínhamos ouvido falar da sintropia, mas na Bélgica não fazia tanto sentido, porque lá os terrenos dispõem de bastante matéria orgânica. Quando percebemos que a agricultura sintrópica começava a ter alguma expressão em Portugal, fomos ver, e quase ao mesmo tempo conhecemos a minifloresta Miyawaki[1].

No primeiro ano plantámos árvores seguindo uma linha Norte/Sul, como na Bélgica, para captarem todo o sol durante o dia, mas no segundo ano, vendo que isso estava errado, passámos a fazer linhas com curva de nível, para guardar mais água.

F – Adoptámos o método *keyline* (linha-chave), porque, com as inundações que aqui tivemos, vimos a nossa terra ser arrastada por enxurradas. Estes terrenos eram lavrados todos os anos com tractores pesados, fomentando erosão e destruindo o que é «a nossa casa».

S – Era necessário diversificar. Para plantar uma fruteira devemos plantar muitas mais, suscitando uma consociação de apoio mútuo. Para isso temos de pôr plantas nativas, adaptadas ao contexto edafoclimático e capazes de apoiarem as outras. As fruteiras têm mais dificuldades que, por exemplo, um pinheiro. A minifloresta Miyawaki e a sintropia, embora sejam métodos diferentes, pressupõem o plantio de muitas plantas nativas, em grande densidade e de estratos diferentes.

Essa densidade implica distâncias curtas entre os pés?
F – Digamos que são várias por m².

S – Segundo o método Miyawaki, de início são pequenas, algumas irão deixar de crescer para permitir que outras cresçam, e não tocamos em nada. Devemos plantar muito ao mesmo tempo; algumas vão ser podadas em função da necessidade de biomassa e do sinal de crescimento, outras terão outro propósito (dar sombra, lenha, comida…). Em 10/20 anos, do que se planta ficará talvez uma décima parte. Ambos estes métodos, com princípios semelhantes, terão como resultado melhorar o ciclo da água, recuperá-lo; os diferentes estratos das plantas, com folhas diversas, ajudam muito. Graças ao diverso posicionamento da ramagem, na evaporação a água condensa-se sob as folhas e pouca se evapora, a maior parte fica retida no sistema constituído pela interacção do terreno com as árvores.

F – E lateralmente também fazem condensar mais água no ar, fenómeno que contribui para travar os ventos.

A consociação das plantas é uma questão prévia que deve ser muito estudada?
F – No método Miyawaki a regra é aplicarmos plantas nativas. Idealmente, observar na região o que cresce de forma espontânea e ordenar por estratos a cobertura do solo: herbáceas, subarbustivas, arbustivas, arbustos, árvores de vária altura. O melhor é não pensar demasiado, pôr em cada m² uma árvore de cada estrato. Nós fizemos quadros de 1 m², plantámos sucessões de árvores baixas, médias e altas para cobrir o solo, misturando sempre arbustos e árvores. Seguindo o método Miyawaki pode dar-se uma reflorestação rápida com apoio humano. Mas isto não tem que ver com produção de fruta.

Como conheceram as diversas plantas? Andaram à procura?
S – Em Portugal há uma rede nacional para reflorestação Miyawaki. Entrámos em contacto, recebemos informações da Universidade de Lisboa, onde estavam a plantar ao mesmo tempo que nós. E participámos num encontro organizado pelo movimento Reflorestar Portugal, uma fonte importante. É claro, este movimento tem uma ideia mais ampla: é muito bom criarmos uma minifloresta, mas quando se pretende reflorestar, por exemplo, quinze hectares, não se pode plantar com tanta densidade, porque é necessário regar ao longo dos três anos seguintes e mondar o terreno. Por isso, eles usam mais a semeadura, que tem outra escala.

De início trabalhámos também com um rapaz alemão apaixonado pela reflorestação. E conhecemos a flora-on.pt, uma base de dados muito boa, com pelo menos seis mil referências de plantas nativas de Portugal. Nós vínhamos dos legumes, conhecíamos um pouco as árvores da Bélgica, temos andado a aprender muito…

As escolas agrárias dispõem de viveiros onde reproduzem e vendem árvores e arbustos. Vocês têm trazido material genético de fora?
S – Em Fevereiro de 2023 enviei um *mail* a todas as escolas agrárias portuguesas para saber de pomares conservatórios (que conhecemos da Bélgica), mas só uma me respondeu; enviou-nos alguma informação sobre material genético existente em Portugal e sugeriu que percorrêssemos o país…

F – Trazemos material de fora, mas só por ser difícil encontrá-lo aqui. De início trabalhámos com cinco ou seis viveiros diferentes, de cá e de Espanha, mas não tivemos bons resultados. Ao consultar os catálogos desses viveiros, percebi que muitas variedades as podíamos encontrar também na Bélgica, em viveiros cujo bom trabalho conhecíamos, e foi por isso que trouxemos de lá umas quarenta fruteiras, cujos resultados foram muito melhores. Não digo que tudo está mal aqui, apenas que não é fácil encontrar bom material genético arbóreo.

A fruta não tratada é um grande défice nacional. No tocante às fruteiras, um contacto que vale a pena tentarem é o da associação Colher para Semear, entre cujos membros alguns se dedicam, já há muitos anos, às árvores de fruto autóctones tradicionais.
S – Sim, já ouvimos falar e desejamos entrar em contacto. Ainda no respeitante a instituições de ensino público, eu gostaria de criar um intercâmbio com escolas básicas e secundárias da nossa região convidando-as a ver uma floresta em crescimento, para já a minifloresta Miyawaki, que está a crescer muito bem. Parece-nos importante sensibilizar as crianças, na prática, para a importância da vida com as árvores. Alguns alunos poderiam até monitorizar a nossa floresta, vir cá, estudar *in loco*, iniciativas destas podem ser uma porta de entrada para os mais jovens.

Que outros projectos têm vocês em mente?
F – Eu quero desenvolver consultoria e ajuda, promover plantações entre as pessoas interessadas. E intervir mais energicamente na questão dos solos. Porque sobre este assunto temos de aprender ou reaprender quase tudo, começando, aliás, pelos engenheiros agrónomos. Gostaria de organizar na nossa quinta um ciclo de formações. Relativamente ao viveiro, desejo desenvolver a parte relativa às fruteiras nativas de Portugal, em particular variedades antigas. Sei que não é fácil, leva muito tempo. Eu acho que em Portugal se perdeu uma geração, que parou de fazer agricultura, de cuidar do seu património, designadamente do frutícola. Exige tempo e paciência encontrar pessoas que ainda conhecem este património e têm fruteiras de variedades antigas.

S – Temos encontrado algumas pessoas sabedoras, mas os contactos não são fáceis. Por exemplo, conhecemos um senhor que tem andado a fazer um trabalho de recuperação patrimonial aqui na região e é de cá; mas mora no Porto…

Vocês vivem em Portugal há pouco tempo, mas fazem questão de falar português… Não é frequente entre muitos dos estrangeiros, inclusive entre os «alternativos»…
F – Senti-me tão bem acolhido que foi quase uma obrigação aprender logo a língua. Mas já antes disso era para nós importante sabermos falar português, a partir do momento em que decidimos mudar-nos. Era essencial podermos comunicar com os nossos vizinhos, participar em reuniões e actividades como o Bosque Escola, iniciativa pedagógica cogerida pelos pais das crianças. Dispomos de um belo professor espontâneo na pessoa de um nosso vizinho, um senhor de 65 anos, que tem a amabilidade de falar connosco pausadamente e de nos corrigir quando é preciso…

S – A nossa sensação é que são muito bem-vindos os estrangeiros que desejam viver cá e trabalhar em projectos agrícolas ou equiparados.

Não vimos o Gaston, que ainda não tinha chegado do Bosque Escola, mas sabemos que ele adora aquele lugar – e este onde mora.

NOTAS:

1 De Akira Miyawaki (1928-2021), biólogo e botânico japonês. Criador do processo de reflorestação e restauração de solos degradados que ficou conhecido como Método Miyawaki.

Okupa e Resiste

Uma casa ocupada, um armazém que fervilha contra-cultura em Setúbal: a ocupação que resiste numa cidade em acelerada transformação.

FILIPE NUNES
FILIPENUNES@JORNALMAPA.PT

A Alternadora é uma casa okupada, em Setúbal, que se define como «espaço gerido por um coletivo de amigxs que por vezes organizam atividades abertas ao mundo exterior». No início deste ano foram atingidos os seis anos desde que um conjunto de okupas ali chegou, em 2018, vindo do Bairro do Troino. Na cidade de Setúbal confluem desde há muito vários universos: desde as mais discretas e anónimas okupações para gente de diversas idades e origens, às okupações de espaços para, temporariamente ou de forma mais permanente, se desenvolverem festas, encontros ou atividades culturais. A Alternadora nasce de ambas as práticas.

A nossa vontade foi sempre a de tornar estes espaços vazios, como já fazíamos desde há algum tempo em Setúbal, em espaços rebeldes.

À conversa com um dos okupas, que preferiu não ser identificado, ficamos a saber a origem do nome Alternadora - o edifício, situado nas margens do Sado, fora «uma casa de alterne até 2000 e poucos». «Era um bocado o oposto da outra parte da cidade onde se saía à noite, das discotecas e dos bares, do *glamour*, se é que isso existe em Setúbal. Aqui era daquela malta que ninguém vê em lado nenhum, uma fauna totalmente diferente que parecia não se integrar na sociedade por não aderir às definições impostas pela mesma. Tivemos noção desta convivência a partir de um espaço que tivemos aqui ao lado, a Zaragata, por volta de 2003». «Quando aqui chegámos o espaço já estava bastante destruído, mas integralmente as estruturas ainda estavam de pé». O potencial resultou do facto de «para lá do local onde se fazia o espaço de alterne, ideal para eventos, ter um armazém ligado por dentro à casa, um espaço incrível, três vezes maior que a casa e ainda um jardim interior».

Os propósitos iniciais mantêm-se, enquadrados pela comum distinção entre "ocupações" e "okupações", as últimas essencialmente de raíz anarco-punk. «A nossa vontade foi sempre a de tornar estes espaços vazios, como já fazíamos desde há algum tempo em Setúbal, em espaços rebeldes, onde se construam relações fora do domínio, como aí fora acontece, de todas essas hierarquias que acontecem no nosso mundo, de como socialmente está construída a maneira de as pessoas se darem. Aqui tentamos um bocado desconstruir isso, fazer coisas diferentes, quebrar certas barreiras e, obviamente, fazemos as coisas fora do esquema de como deveria ser, seja de uma perspetiva mais religiosa, ou política... Queremos pôr em prática certos princípios tais como solidariedade, auto-organização, apoio-mútuo, antiautoritarismo, ação direta, subversão... tentando incluir toda a gente»».

Ao longo destes seis anos, «já houve todo o tipo de coisas, festas, reuniões, encontros, actividades manuais e práticas como oficinas, fosse a produzir peças de barro ou estruturas metálicas para festas, ou até gravando-se aqui videoclipes de malta próxima como o Chullage ou Scúru Fitchádu, ou sessões de cinema como foi a estreia de *Alcindo*, do Miguel Dores». Outros «momentos houve em que a malta que aqui vivia tinha bandas e passava o dia aqui a tocar». Os concertos na Alternadora, ainda que esporádicos, são ainda hoje o seu maior cartão de visita.

A continuidade das atividades foi variando, de forma irregular, «sempre numa tentativa de um centro cultural, melhor, contra-cultural». Mas o seu alcance, porém, não se tem revelado o mais bem-sucedido. Desde logo, no período do Covid «cortou-se um pouco a dinâmica que estávamos a pôr na casa de aqui trazer gerações mais novas de Setúbal». Ao mesmo tempo, «nos últimos anos, os espaços que estavam okupados foram acabando. Neste momento a Alternadora é o único espaço do género na cidade de Setúbal, havendo ainda o KOT ali entre Palmela e Azeitão». Pelo caminho ficaram okupações marcantes no percurso alternativo e dissidente de Setúbal como o 51, a KyläKancra, a Casa da Serra, a À da Maxada e, sobretudo, os 19 anos de vida (desde 2000) da C.O.S.A. (Casa Okupada de Setúbal Autogestionada).

Em 2020, a Alternadora foi alvo de tentativas de despejo por terceiros, invocando contratos de arrendamento nunca provados com o proprietário, e que por várias ocasiões tentaram coercivamente tomar conta do espaço, com capangas ou com a ajuda da polícia, que atuou com base apenas em queixas levantadas por estes, mas nunca em processos legais de despejo. A pronta reação dos ocupantes invalidou qualquer uma dessas tentativas. Como afirmaram então, num apelo à solidariedade e resistência: «A Alternadora é muito maior que as pessoas que lá vivem, e queremos mostrar-lhes que não estamos sós.»

A resistência da okupa parece ser hoje maior do nunca. Rematando a conversa tida com o MAPA, é dito que os desafios que surgem no horizonte são evidentes. «Esta rua era deserta. Uma rua típica, com má fama, a caminho da Bela Vista. Agora está a mudar tudo, com um mega hiper restaurante chinês e stands megalómanos de motos... O próprio Plano Diretor Municipal já a deixara pronta para ser habitacional e para coisas de lazer, por isso vai mudar toda a dinâmica do espaço, tal como Setúbal está a mudar. Portanto, vamos ainda resistir nesta dinâmica, opor-nos, mais uma vez, a esta comercialização da cidade».

Uma solução para a Síria já existe no Nordeste da Síria?

Mauricio Centurion · @mauricio.centurion_

Foto da serie fotográfica "Las Abuelas Armadas"

PLATAFORMA DE SOLIDARIEDADE COM OS POVOS DO CURDISTÃO
PORTUGAL4ROJAVA@GMAIL.COM
@PLATAFORMACURDISTAO

Esta crónica foi escrita nos últimos dias de 2024. Até à data da sua publicação nestas páginas é certo que o conflito na Síria teve vários desenvolvimentos. À data da realização deste texto, o futuro de muitos dos povos da Síria, palco de uma revolução em curso, vislumbra permanecer num limbo cujo desenrolar dependerá de vários eventos futuros.

Um desses eventos é a tomada de posse de Donald Trump a 20 de janeiro, que muitos atores neste conflito esperam, para verem quais serão as posições a serem tomadas perante a tomada do poder em Damasco pelo *Hayat Tahrir al-Sham/Syrian National Army* (HTS/SNA [1]) . É por isso que, neste limbo que cria a incerteza constante no futuro da Síria, a pergunta que intitula este texto deve ser formulada.

Há 13 anos a chamada primavera árabe eclodiu na Síria e desencadeou uma guerra civil que se desenvolveu num conflito complexo que continua até aos dias de hoje. Em aparentes dicotomias no início do conflito, entre estar com o regime de Assad ou estar com a oposição tomada por grupos jhiadistas e autoritários, o povo curdo no norte do país, na região de Rojava, declarou autonomia perante o vazio deixado pela retirada do regime sírio e como forma de se defender dos ataques dos grupos jhiadistas. Os curdos apresentaram desde então uma «terceira via» no conflito sírio. Uma via que procurava alcançar soluções para o conflito no país, através do diálogo, incluindo todos os setores da sociedade síria: minorias étnicas e religiosas, as mulheres e diferentes forças políticas. Durante os últimos 13 anos o território do norte da Síria tornou-se internacionalmente reconhecido por combater em várias frentes o Estado Islâmico com as suas forças de auto-defesa, as famosas *Yekîneyên Parastina Jin/Yekîneyên Parastina Gel* (YPJ/YPG[2]) e as Syrian Democratic Forces (SDF) e, mais tarde, com menor atenção mediática, o Estado Turco, após as suas *proxies* invadirem Afrin em 2018 e Serekaniye em 2019. No meio deste intenso cenário de guerra e de agressões surgiu a Administração Autónoma do Nordeste da Síria (AANES) que abrange todo o nordeste do país (um terço da Síria), e o Concelho Democrático Sírio (SDC).

O território do Nordeste da Síria não difere do resto do país na sua diversidade. É um território com uma história muito rica em que diferentes povos de diferentes culturas e etnias têm coexistido desde sempre. Os curdos são apenas um deles, apenas uma maioria nos territórios mais a norte junto com a fronteira turca. Com a libertação de mais e mais território ocupado nos anos anteriores pelo Estado Islâmico, na maioria das regiões agora auto-governadas pela AANES, as suas populações são de maioria árabe. No entanto existem muitos mais povos, como os Assírios e Siríacos, Arménios, Turcomenos, Chechenos ou Circassianos. A diversidade do território é levada em grande consideração no projeto político desta região. O «Contrato Social» da AANES, que serve como uma espécie de constituição, estipula que em cada nível da administração de cada território tem de existir sempre representação para cada comunidade, para que as minorias não fiquem em desvantagem no poder local. Por exemplo, as comunidades Yazidi, Assíriacas e Síriacas Cristãs têm os seus próprios concelhos e partidos autónomos, garantindo que os direitos e papel das suas comunidades estejam representados na sociedade em geral. O sistema educacional na região da AANES é outro bom exemplo da atenção dada ao pluralismo cultural da região. Cada comunidade tem o direito e a possibilidade de aprender a sua língua materna, algo que para o povo curdo era impossível sob o regime de Assad. Agora a cultura, a história e a língua de cada comunidade é promovida e vista como algo a defender, por ser parte da riqueza deste território.

O SDC, o corpo político das SDF, propõe uma alternativa para a Síria «como um território democrático, com uma sociedade pluralista que é descentralizada e não mais autoritária». As mulheres têm um papel central e a questão da igualdade de género é de extrema importância na AANES e na proposta para a resolução do conflito sírio.

Não esqueçamos o sistema de co-representação posto em prática: em qualquer estrutura administrativa tem que se eleger sempre um homem e uma mulher. Uma quota de 40% é levada seriamente em qualquer estrutura política para respeitar a igualdade de género.

Todas estas conquistas e desenvolvimentos, apesar das suas limitações devido ao contexto de uma guerra sem intervalo, são um grande feito para os diferentes povos na Síria e plantam sementes de esperança para uma nova Síria. No entanto, estas mudanças políticas não são vistas com bons olhos por parte de alguns atores do conflito sírio, em particular a Turquia e os seus aliados, o HTS e o SNA que tomam agora as rédeas do governo central sírio. Apesar da imagem muito bem trabalhada e de um impressionante trabalho de relações públicas por Jolani, agora mais conhecido por Ahmed Al-Sharra, o seu programa político e a ideologia por detrás deste não se alterou de todo. A prova disto já se vê no terreno, com a repressão e crimes cometidos pelas forças do HTS/SNA àqueles que se opõem ao novo governo interino. Os relatos que vêm das regiões de maioria Alauita fazem-nos recordar e temer os mesmos relatos dos povos que viveram sob o Estado Islâmico e sofreram a sua repressão. Os ataques à comunidade cristã têm igualmente vindo a público, assim como os protestos em massa destas comunidades.

Não esqueçamos o sistema de co-representação posto em prática: em qualquer estrutura administrativa tem que se eleger sempre um homem e uma mulher.

Ficam assim bastantes dúvidas sobre um futuro fim do conflito na Síria. Enquanto a influência e ocupação de forças regionais como a Turquia e Israel, assim como internacionais, se mantiver, será improvável vermos o cessar desta guerra civil. No meio de crescentes dúvidas entre as minorias étnicas e religiosas na Síria, de que tipo de «nova Síria» nos fala Jolani? No meio de uma maior incerteza entre as mulheres sírias, que futuro quer Jolani para elas? Em contraponto a estas e outras perguntas, a proposta e o projeto democrático e feminista do Nordeste da Síria parece ser a resposta mais viável para todo o território sírio.

NOTAS

1 Organização pela Libertação do Levante/Exército Nacional Sírio

2 Unidades de Proteção das Mulheres/Unidades de Proteção Popular

vozesdedentro.noblogs.org
vozesdedentro@riseup.net
FB: Vozes De Dentro
Instagram: @vozes_dedentro

Além do tempo

É preciso voar neste tempo, em esta cela vacia agora sozinha em estas quatro paredes cheia de tristeza, solidão, no meu velho relogio de pé anunciou a meia noite. Quando soou a última balada ouvi um estrondo, meu corpo estremeceu, aquel barulho, erão os ferrolhos de estas portas velhas das celas, ouvi um novo estrondo e um gemido agonizante como nunca antes ouvia, era uma colega que estava cheia de dores e tocavão nas portas pra que viessem a socorrer a nossa colega, ela deixou de andar e aqui ninguém lhe faz caso e está em uma cela vacia, sozinha com suas dores, mas aqui acontece a muitas pessoas, dão medicações trocadas, aqui já ouve casos que pessoas que tomão só medicação para o colesterol, tenções e nada mais. As enfermeiras enganam-se e dão medicação de psiquiatria muito forte que é de outra colega, ficão 3-4 dias a dormir e aqui não se passou nada. Fica tudo abafado, entre a equipa toda do EP. Aqui dentro ninguém sabe o que se passa, aguantamos muitas omilhassões de guardas, utilizão farda pra abusar do poder… É claro, si respondemos, somos prejudicadas, e já nos levão para o castigo, logo quando é a hora de por nossas precarias, já recuzão por que tivemos no castigo, não porque me portei mal. So defendi-me daquela omilhassão que muitas guardas nos dão, até nos amiazão, com a comida, si não fazemos tudo o que elas querem, nos dizem: si continuam assim vai ser fichada na cela e fica sem comer… São muitas as humilhações que temos, abuzão do poder e nos gritão amiazão, que nos fecham em estas celas velhas que as paredes se estão a cair pela humidade, celas fria, solidão, tristezas, choros…

Aqui dentro tenho a vida perdida, estou dentro de uma prisión, presa em solidão, escuto meu coração bater cada palabra um grito de dor, entre os muros de esta prisão.

Das grades desta cela fria vejo os dias passar, maldito tempo perdido neste relogio parado que fica na vida atrazado.

Pela força do destino vim parar a esta prisão fechada em esta prisão sem destino estou sozinha em esta cela com tanta solidão esta prisão nos tortura nosso coração. Mas ainda estou aqui e de mim não desisto. Com coragem e força e fé, estou firme e de pé, tanho alguém a minha espera, meus filhos que por eles estou aqui de pé a lutar com esperança de saber esperar, pretendo alcanssar e minha vida mudar firme e de pé, mesmo sem entender mas luto para vencer. Aqui a vida nem anda pra tras nem pra frente.

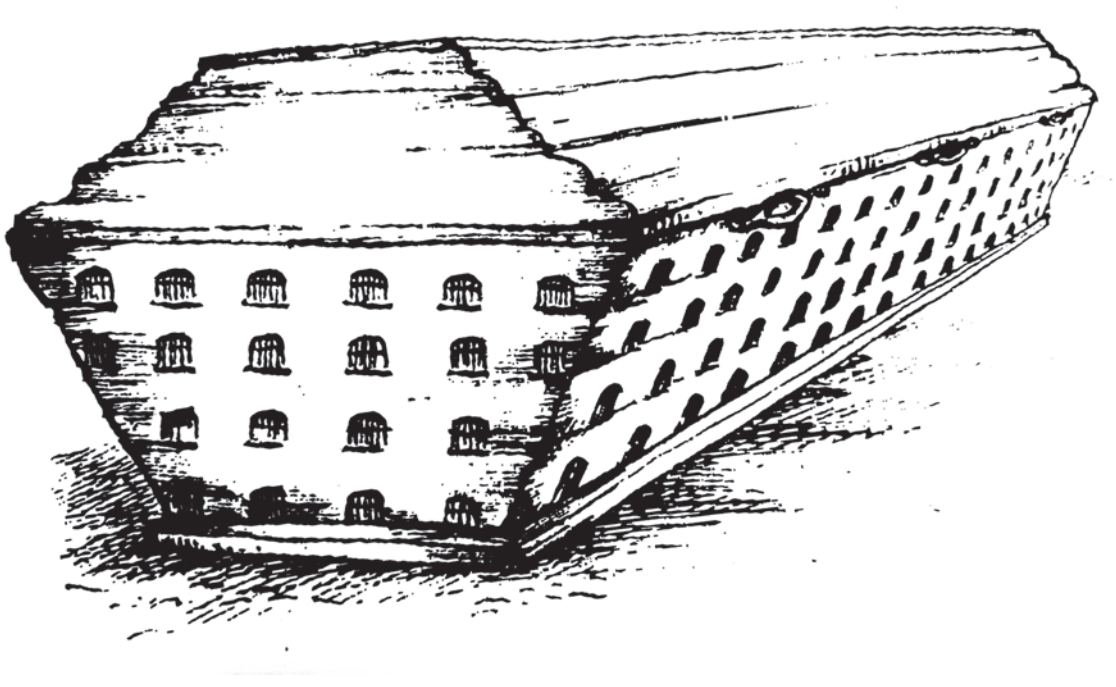
Aqui sou uma árvore solitária as raiz já estao secando e minhas folhas estão secas necesito de liberdade pra seguir vivendo, com o carinho e o amor dos meus filhos. A maior alegria e felicidade, ter meus filhos ao meu lado.

Na cadeia

Há afetos que criei. Na escola da prisão os nomes eu não digo, mas estão no meu coração, aqui muita coisa aprendi e afetos desenvolvi, o que esta ajudar pra o tempo passar, superar com respeito e humildade e com muita afetividade, só assim tu serás uma amiga de verdade.

Abraços e beijinhos e muita força pra quem está na mesma situação.
Um grande abraço para as Vozes de Dentro que tanta força me dão. Obrigadas.

Mataram a Sónia



«A Sónia, uma mulher de 46 anos.

Estudava e trabalhava na oficina no pavilhão 1.

Uma pessoa muito boa e muito educada. Uma pessoa culta.

Uma boa amiga e que dava bons conselhos às outras reclusas.

Tinha uma depressão muito profunda e uma leve deficiência nas pernas, que lhe causava algumas dificuldades em andar.

Tinha sofrido muita violencia domestica».

Tentou suicídar-se, estando à guarda do estado, a primeira vez na quarta feira, dia 1 de Janeiro. Segundo relatos de companheiras reclusas, foi salva por outras mulheres detidas no mesmo piso. Após esta tentativa, e contrariamente ao que estipulam as várias regras e leis nacionais e internacionais,terá sido colocada em isolamento numa cela do 1º piso do Pavilhão 2 (onde habitualmente são castigadas as mulheres e as pessoas trans presas em isolamento) duas noites depois apareceu, na madrugada de domingo, morta na cela.

Mais uma morte às mãos do estado!

Mais uma morte impune na prisão!

Mais uma morte ao nosso lado!

Mais uma morte fruto dos institintos vingativos e punitivos incitados pelos media!

Mais uma morte que não vamos esquecer!

Tal como Maria Malveiro de 20 anos e Patricia Ribeiro de 31 anos, outra mulher que o apetite necrófago dos media apresenta como uma monstruosidade assassina, usando o seu crime como manchete, numa voragem vingativa e punitivista de uma sociedade que ainda prefere condenar antes à morte que curar as pessoas com problemas de saúde mental.

Outra mulher morta na prisão por não ter acesso a cuidados que são direito de todes.

Como é possível que uma pessoa seja posta em isolamento após tentar tirar a sua própria vida? O que acham as pessoas profissionais de saúde que trabalham na prisão de Tires? A Sónia teve atendimento com uma pessoa psiquiatra? Ou psicóloga?

Porque é que estas profissionais não falam? Não denunciam?!

A Sónia, uma companheira, irmã, filha, foi morta pelo sequestro estatal.

Uma mulher que após o cativeiro da violência doméstica, da doença mental e da morte das suas filhas, consequência de um gesto de desespero, foi encarcerada e condenada a 25 anos de prisão…

Uma mulher que tinha família, pai, mãe, e amigas que choram a sua morte…

Uma mulher morta nas trincheiras da guerra social obscurecida dentro dos muros da prisão…

Até quando vamos continuar a ser testemunhas das sucessivas mortes que ocorrem nas prisões ao nosso lado!

Até quando vamos deixar que nos tornem carrascos, cúmplices, que nos incitem à vingança e ao castigo?! Até quando?!

Texto difundido por Vozes de Dentro a propósito da morte de Sónia Lima, reclusa em Tires, a 6 de janeiro.

A LUAR e o Desejo de Revolução

«A LUAR considera como tarefas prioritárias: promover a auto-organização dos trabalhadores e fazer dos sindicatos organismos representativos dos interesses dos trabalhadores, controlados por estes e não por cúpulas partidárias…»

Manifesto da LUAR, Agosto de 1974

M. RICARDO DE SOUSA

Nestes cinquenta anos do 25 de Abril, deu-se uma dessas vagas editoriais que sempre acompanham as comemorações oficiais de algum acontecimento histórico. Sem muita hesitação, podemos classificar como irrelevantes e lixo a maioria dos livros publicados. Muitos requentados, outros de reinterpretação e reconstrução histórica ao sabor da involução política dos autores ou do reaccionarismo dos historiadores académicos. Enfim, há leituras para todos os gostos.

Um dos poucos que escapa nessa vaga é o de Fernando Pereira Marques, «Luar, o Desejo de Revolução». Hoje, poucos saberão o que foi a Luar ou conhecerão o seu percurso original embora contraditório – até por isso este livro é importante. Sobre a Luar, já o Hipólito dos Santos tinha escrito uma obra fundamental, e crítica, «Felizmente Houve a LUAR», publicada em 2011, para conhecer a fase de luta antifascista, época em que esse libertário esteve envolvido na organização. Agora trata este livro do percurso da organização durante o PREC e até ao seu final melancólico, na ressaca da revolução.

Para quem não conhece o autor, além de activo militante da Luar, Fernando Pereira Marques foi uma das figuras que representou uma ala autogestionária e anti-estalinista nessa organização atípica até se render, também ele, ao PS e à representação política. Talvez seja com Palma Inácio (n. 1922) e Camilo Mortágua (n. 1934), ambos de gerações anteriores à sua, um dos militantes mais conhecidos dessa organização. É autor do livro «Criar Poder Popular. Reflexões e Documentos dum ex-militante da LUAR sobre um partido e uma prática» editado em 1976 na Ulmeiro, além de «A Outra Guerra» de 1982, da editora Regra do Jogo e, mais recentemente, «Uma Nova Concepção de Luta. Materiais para a História da LUAR e da Resistência Armada em Portugal», publicado pela Ephemera/Tinta da China em 2016. Por isso mesmo pode falar com conhecimento de causa do percurso contraditório e sinuoso dessa organização antifascista armada difícil de classificar na escala política, pois com o 25 de Abril perdeu o seu objectivo estratégico de união e acção revolucionária: combater a ditadura. Assim, em 1974 teve de reencontrar um novo objectivo: o Poder Popular, que se confundia com uma visão de socialismo autogestionário e estava bem longe do que outros, os marxistas-leninistas, entendiam ser o Poder Popular: a ditadura do proletariado, que, como sabemos nada mais era do que a ditadura de um partido, fosse o PCP, PRP, PCPR, PCTP/MRPP ou outros sucedâneos, cada qual sonhando com o seu Outubro em Novembro. Podemos mesmo afirmar que a Luar foi a única organização antifascista significativa da última fase da ditadura salazarista que não teve a sua origem em militantes do PCP nem era influenciada pelo leninismo.

QUINZENAL

LUAR

NA UNIDADE REVOLUCIONÁRIA CONSTRUIREMOS O SOCIALISMO

ANO III

16

fronteira

Director: FERNANDO PEREIRA MARQUES — Redacção e Administração: Rua Cidade Cardiff, 9 — Telefone 82 08 72 — LISBOA-2

Nesta fase de luta decisiva para os trabalhadores do nosso país, em que a alternativa claramente se põe entre socialismo e a continuidade do domínio e da exploração da burguesia, é necessário dar novos passos no processo revolucionário, ultrapassando os travões surgidos do reformismo, das questiúnculas e das divisões dos partidos.

CRIAR PODER POPULAR significa dar a iniciativa à classe trabalhadora, significa criar no terreno da luta a sua vanguarda e as bases do seu poder futuro, significa começar o desmantelamento do aparelho de Estado burguês:

LUTEMOS CONTRA O DESEMPREGO formando GRUPOS DE LUTA PELO TRABALHO;

LUTEMOS CONTRA AS RENDAS ALTAS E A ESPECULAÇÃO formando COMISSÕES DE MORADORES pelos diversos bairros e zonas de Lisboa e província;

LUTEMOS CONTRA A ALTA DO CUSTO DE VIDA formando COMISSÕES DE CONSUMIDORES que desmascarem e combatam os intermediários. ORGANIZEMOS VENDAS DIRECTAS DE PRODUTOS AGRÍCOLAS COM O APOIO DOS CAMPONESES E PEQUENOS AGRICULTORES;

CRIEMOS em todas as empresas e locais de trabalho COMISSÕES DE TRABALHADORES, organismos que sejam o fundamento da auto-organização operária e camponesa, que interligados entre si por coordenadores de zonas geográficas, atinjam o nível nacional, tornando-se verdadeiros condutores revolucionários da luta contra os despedimentos, PELO SANEAMENTO, CONTRA A EXPLORAÇÃO CAPITALISTA E PELA REVOLUÇÃO SOCIALISTA.

O SOCIALISMO não será dado por nenhum partido nem por decreto, cabe aos trabalhadores conquistá-lo e construí-lo.

A Luar tinha pois alguma originalidade na sua visão de poder popular, com alguma teoria conselhista à mistura, e por isso mesmo esteve muito activa em ocupações de casas, criação de estruturas sociais de apoio em bairros e nas comissões de moradores (clínicas, infantários, centros culturais), mas também em algumas ocupações de terras, das quais a mais famosa, e documentada, é a da Torre Bela, no Ribatejo, quando o latifúndio da nobreza decadente do duque de Lafões foi ocupado em 1975.

O livro editado pela Ephemera trata de tudo isso, mas também das suas ligações militares e políticas no PREC, das relações com Vasco Gonçalves, da FUP/FUR, do 25 de Novembro e da ressaca posterior. Documenta também o activo papel da LUAR na solidariedade internacional, na Europa Ocidental, com a revolução portuguesa.

Uma coisa fica clara no livro: por um lado, as fragilidades da «esquerda da esquerda» durante o PREC, a espontaneidade, a improvisação e ausência de planos e de uma estratégia comum; e por outro como as classes dominantes e os seu partidos, e principalmente as suas facções militares, eram os únicos que tinham claro o «que fazer» e que, também por isso, saíram vitoriosos no 25 de Novembro de 1975.

O livro não adianta muito sobre a concepção teórica dessa corrente autogestionária da Luar, menos ainda sobre detalhes das contradições na organização, ou ainda sobre o seu final acidentado. Mas dá, apesar disso, alguma informação sobre o Encontro Nacional de 1976, onde se confrontaram abertamente os ainda adeptos da revolução, ainda que, como afirma o autor: «mesmo se naquela altura o não admitíssemos, esmorecera em nós o «desejo da revolução», e os sociais-democratas já estavam com um pé no PS. Também pouco diz sobre o percurso melancólico de militantes como Pereira Marques e tantos outros, que se encostaram ao Poder. Pelo meio ainda ficou o apoio à candidatura de Otelo e, para alguns, o MSU (Movimento Socialista Unificado) e a OUT (Organização Unitária dos Trabalhadores) e para uns quantos outros a fuga para a frente com as FP25, já em 1980.

Apesar de tudo, é um livro bem documentado, com notas relevantes que ampliam e enriquecem a informação do texto, e de um grafismo impecável, que teve a mão de Pedro Serpa, que nos dá uma visão de uma organização radical e heterodoxa que chegou a desejar a Revolução naquele curto verão quente que o dia de finados de Novembro de 1975 interrompeu.

Não posso deixar de concluir relatando um episódio de que fui testemunha, eu que nunca fui da Luar, mas que tive companheiros e amigos que o foram. Muitos anos passados sobre o fim dessa organização, no começo do século actual, quando trabalhava na Ler Devagar, no Bairro Alto, foi feito na livraria um lançamento de um livro de João Soares. Esse dirigente socialista foi o primeiro a chegar junto com Palma Inácio, na época já doente. Aos poucos foram chegando os dirigentes do PS, deputados, ministros e secretários de estado, toda a burocracia partidária conhecida. Desses, talvez três dirigiram-se ao Palma Inácio, que estava isolado num canto da livraria, e foram cumprimentá-lo e falar um pouco com ele. Todos os outros nem se dignaram cumprimentar o combativo militante antifascista que deu uma importante contribuição para que aquela elite política tivesse chegado ao Poder, e ficaram a tagarelar alegremente entre si. Está tudo dito sobre essa elite política e sobre o Poder. Mas também está tudo dito sobre o melancólico fim da Luar e de Palma Inácio, que novos e velhos políticos arrivistas já não reconheciam, passadas só algumas décadas sobre aquela Revolução Impossível que tinha abalado o país.

[In memoriam de Soveral Martins, advogado trabalhista e editor e João Madureira, médico e padeiro, dois amigos que militaram na LUAR e foram libertários anticapitalistas até morrerem.]

LUAR. O desejo de Revolução. Materiais para a história do PREC.
Fernando Pereira Marques. Ephemera/Tinta da China, Lisboa, 2024.

Renascer, mas como bastarda

Feminismo Bastardo reúne o incrível trabalho de María Galindo, que reflete e propõe uma forma de vida alternativa a partir do lado oposto da rua, onde podemos ser livres, novas, *párias* e bastardas.

FABIANA MIRANDA
FNAVIA98@GMAIL.COM
PELA BIBLIOTEKA
@A_BIBLIOTEKA

Feminismo Bastardo compila a proposta de María Galindo, desenvolvida e evoluída com rebeldia ao longo de 30 anos de luta. Com um prefácio de Paul Preciado, o livro começa como um grande espetáculo, em que María Galindo é apresentada de forma performativa como uma estrela de rock que canta o proibido. Para quem não conhece a autora, o prólogo de *Feminismo Bastardo* é uma ótima introdução à vida e à obra de Galindo.

María divide o livro em cinco capítulos, nos quais propõe uma diversidade de conceitos e evoca com rebeldia ideias revolucionárias para habitar o mundo de hoje. No capítulo um, apresenta-nos o que é o feminismo bastardo: um conceito elaborado a partir da sua experiência de luta na sociedade boliviana, entre as contradições do contexto latino-americano e a procura sempre necessária de se erguer contra o patriarcado colonial. No segundo capítulo, reflete sobre o impacto da proposta artística e criativa que é intrínseca à sua proposta política. O capítulo três é dedicado à reflexão sempre disruptiva do mundo LGBT. O capítulo quatro é dedicado ao feminismo nas políticas de Estado, na esquerda, nos parlamentos e nas esferas de poder, apresenta-nos as suas contradições e conquistas reais. Finalmente, o quinto capítulo é dedicado às reflexões e discussões que surgiram durante a Covid-19.

A proposta de Galindo, ao longo do livro, desenha utopias que procuram responder à distopia que estamos a viver como sociedade. Com ternura e raiva, de forma poética e sobretudo longe de qualquer academicismo, consegue desenvolver conceitos complexos que respondem às grandes contradições que enfrentamos todos os dias.

Do enorme arco-íris de propostas, utopias e sonhos que Galindo propõe, gostaria de destacar aquele que dá nome ao livro: o feminismo bastardo.

Para nos apresentar o que propõe como bastardo, Galindo começa por questionar o desejo quase desesperado das nossas sociedades de classificar homens e mulheres. Especialmente entre as mulheres, pela forma como nos vestimos, pela forma como falamos, pelas nossas características físicas, pelas nossas origens, pelas nossas cores e por outros pormenores que sustentam uma lógica misógina e racista que criou um estigma para gerações de mulheres. Num extremo desta classificação, e tomando como referência a sociedade boliviana, está a «índia», que é classificada como uma mulher indesejada, que só será valorizada com base no seu sacrifício e dedicação. Não bastasse isso, ela é comparada à sua versão oposta, a mulher branca, que é a mulher desejada e considerada um prémio. Esta dicotomia não se reduz apenas a uma hierarquia de beleza e valor, é uma construção mais complexa, que Galindo reconhece como um lugar onde é difícil separar o racismo do colonialismo e onde é impossível compreender estas estruturas sem reconhecer a classificação dos corpos e das sexualidades.

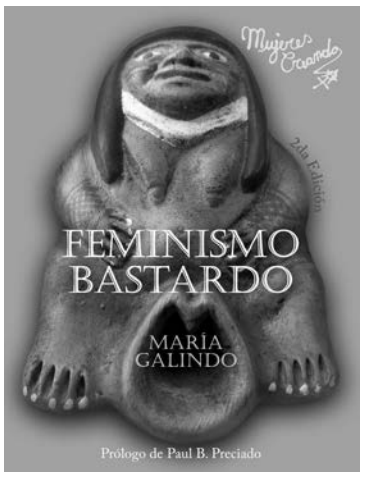
E o que é que fica entre um extremo e o seu oposto? Uma ferida aberta que o projeto colonial da mestiçagem não curou, mas tentou tapar sem a resolver. A mestiçagem como branqueamento tentou sobrepor peles brancas a peles *morenas* para simplificar e encaixotar um problema muito mais complexo: um ressentimento social que nos desafia para além da classe, raça, género ou qualquer modelo de Estado/nação. Este problema centra-se sobretudo na nossa relação com o «outro» e não na forma como resolvemos essa relação, mas em algo muito mais primitivo; a forma como sentimos essa relação.

A partir deste ponto de vista mais humano, Galindo identifica o ódio como o sentimento que se destaca. O ódio que carregamos dentro de nós, por baixo dessas peles brancas que nos tentaram vestir, dentro do nosso inconsciente e dos nossos sonhos. O ódio ao «índio», que às vezes é marcado pela culpa ou pela violência, que quase sempre é herdado e que carrega de drama e ansiedade a pergunta: quem somos nós? Ironicamente, perante esta questão, tendemos a regressar a uma dicotomia entre o que é original e o que foi imposto. Nos contextos latino-americanos: a batalha entre o branco bárbaro e o índio nativo, que, na leitura de Galindo, encontra o seu lugar de luta no corpo da mulher. Este espaço é o antagonismo irresolúvel, onde a vigilância, o racismo e o fundamentalismo ganham forma.

E a partir de toda esta reflexão anterior, Galindo propõe o lugar bastardo como fuga à dicotomia e ao binarismo que nos estagna. O lugar bastardo legitima a desobediência e abraça o que é ambíguo, o que não pode ser classificado ou definido. «O bastardismo é o ato de mergulhar na história, escavando o que é proibido perguntar» diz Galindo.

O bastardismo rejeita a origem ou a autenticidade como princípio da nossa construção identitária, propondo, em vez disso, a viagem e a metamorfose contínua que são intrínsecas à própria vida. Galindo, ao abraçar o bastardo, rebela-se contra os mandatos ancestrais que colocam as mulheres no lugar de guardiãs de uma tradição supostamente milenar. Declara-se desobediente ao mandato heterossexual e binário, que é mais colonial que ancestral, e pergunta ironicamente: como é que para os patriarcas que defendem o originário, ser *maricón*, gay, lésbica ou trans «não existiu» para os nossos antepassados, se precisamente parte da perseguição colonial foi erradicar o nosso imaginário coletivo?

O bastardo é capaz de pôr em causa a tese da mestiçagem porque reconhece que a sua origem é a violação, e esta memória permite-nos encarar de frente e com coragem uma história de conflito e de dor, ao contrário do branqueamento que procura compensar este passado, resumindo-o a uma discussão de cores que não constrói nem resolve nada. «A racialização é a pigmentação política da pele, não a cor da pele». Neste sentido, Galindo, na genialidade orgânica que acompanha toda a sua proposta, afirma que as lutas descolonizadoras e anti-racistas, que são simultaneamente feministas e despatriarcalizadoras, precisam de criar outros círculos que transcendam os limites identitários (que tendem a tornar-se prisões identitárias), e o lugar a partir do qual o fazer é, precisamente, o bastardo.



Uma cópia do livro *Feminismo Bastardo* da María Galindo está disponível para empréstimo na Biblioteka, aberta às terças-feiras entre as 16h e às 19h, na Sirigaita, Rua dos Anjos 12/f.

Caril e Assafrão

De manhã no café, dona Maria,
Conta o seu pesadelo às vizinhas.
Estava ela preparando o jantar
Quando o refogado que fazia,
De alho, cebola e ervinhas
Desata a fumegar

Atiçadas as suas narinas,
Começam a desconfiar.
Nem coentros nem limão,
Mas outro tipo de ervas finas,
Lhes parecem detectar.
Será isto o aroma a fusão,
De que já ouviram falar?

Dona Maria está perplexa,
Não quer acreditar.
Que caril e açafrão,
Reviraram o seu jantar.

Mas a parte aterradora,
Deste sonho tão real
Que chocou suas vizinhas,
Foi a sensação encantadora,
E a experiência surreal,
De degustar suas sardinhas
À moda do Nepal!

XX_Anairam

A Pracinha de Beja

Em Beja, a capital do vasto Baixo Alentejo, há um ponto de encontro incontornável onde podem cruzar-se com o MAPA. Patrícia Santos, a anfitriã desse espaço em pleno centro histórico, apresenta-nos A Pracinha:

Inicialmente o nosso intuito era fazer uma loja de produtos bio, mas com o passar do tempo as ideias foram-se reformulando e sem essa intenção o espaço foi crescendo noutro sentido que não a mercearia bio. Hoje, passados 7 anos, somos uma cafetaria onde as pessoas se encontram, mas também somos muito mais que isso: somos um espaço cultural, onde temos vindo a promover imensas atividades sobretudo com pessoas de Beja, fazemos exposições, uns concertos, oficinas, apresentações de alguns livros, muitas conversas. Algumas atividades foram-se perdendo, tiveram o seu tempo, como as noites de poesia, noites de desenho, quem sabe se voltarão ou não. Temos um espaço dedicado aos artesãos locais, uma mini livraria onde trabalhamos com algumas editoras, trabalhamos com o MAPA, e também um espaço de leitura, uma pequena biblioteca cuja maioria dos livros foi trazida de casa, mas que com o passar do tempo as pessoas passaram a trazer livros para deixar e que tendo a ver com o espaço vão ficando.

Temos vindo a fazer parcerias ao longo dos tempos com associações de Beja, dividindo os custos das licenças e tudo mais: a Zarco, a CulturMais, a Arruaça, a Alémemória. Com a AMAP Beja [.... de proximidade], fazemos aqui, de 15 em 15 dias, o seu ponto de encontro e divulgação. E de há uns meses para cá temos trabalhado com o coletivo feminista As Insuspeitas, que todos os meses vem fazer as Mostras Invisíveis, curtas-metragens feministas sempre com uma conversa no final. Um coletivo que tem pernas para andar e que tenho pena que exista, no verdadeiro sentido da palavra nos dias que correm, mas que infelizmente tem de existir e tem de estar cá a mostrar a sua resiliência e a sua resistência, sair à rua.

Por fim, a Pracinha, para além de ser um espaço cultural e um ponto de encontro, tem também um papel muito social: estamos aqui em pleno centro de Beja, na Praça da República, onde também existem outro tipo de encontros, encontros dos migrantes que chegaram e que nos foram procurando e para quem estamos sempre disponíveis. Damos a nossa ajuda em termos de pequenos pensos rápidos, às vezes uma comida, às vezes um cobertor, um telefonema, um email, e fazemos a diferença. Se calhar temos um pontinho vermelho para muitas pessoas, porque a falta de empatia e os discursos extremistas crescem e nós estamos do outro lado. Acho que a Pracinha é isso e muito mais que não dá para descrever por palavras. É vir e conhecer-nos aqui no fim do mundo, como algumas pessoas dizem, onde não acontece nada.

A PRACINHA
Praça da República, n.º 9, Beja

Horóscopo 2025
Acirne Desastros pela Sirigaita / Rádio Gabriela

Já que confiar nas estrelas parece menos absurdo do que confiar nos senhorios, a Sirigaita, espaço auto-gerido e militante de Lisboa a resistir contra o despejo, recuperou para este início de ano um sonho antigo: o horóscopo da saudosa rádio Gabriela. Aqui fica para leituras astrais:

SIGNOS DE ÁGUA (CARANGUEJO, ESCORPIÃO, PEIXES)

Sensíveis e empátic*s, no início de 2025 continuarão a absorver o sofrimento coletivo. Já na segunda metade do ano, o vosso burnout irá pagar, 50 paus de cada vez, a renda da vossa psicóloga nas Avenidas Novas numa das centenas de propriedades da Bagoandas family, mega-ricos atualmente muito ativos em tentativas de despejo da Sirigaita.

Dica das Estrelas: A vossa revolução será coletivizar o mal-estar, celebrar o desastre, não empatizar com os donos chorões do AL. Menos opressão, mais devastação!

SIGNOS DE TERRA (TOURO, VIRGEM, CAPRICÓRNIO)

Prátic*s e realistas, em 2025 deixarão de carregar o mundo às costas, pelo menos até à primavera, quando a tentação irresistível de se sentirem responsáveis por tudo e mais alguma coisa se apoderará novamente dos vossos corpos. Esperamos por vocês na rua dos Anjos número 12, chei*s dessa vontade de sacrifício da qual não sabem libertar-se.

Dica das Estrelas: A vossa revolução será começar a dar no poppers antes de qualquer reunião, almoço de família, trabalho ou intervenção. Menos sensatez, mais estupidez!

SIGNOS DE FOGO (CARNEIRO, LEÃO, SAGITÁRIO)

Chei*s de energia, vão perceber que a ideia de transformar a própria paixão num trabalho não é nada mais do que o capitalismo a lucrar com o vosso entusiasmo. Bora fazer turnos na Sirigaita, sendo de borla não há nada a perder!

Dica das Estrelas: A vossa revolução será o total desprezo pelo trabalho, o vosso mote: Trabalhar menos, que trabalhem os ricos!

SIGNOS DE AR (GÉMEOS, BALANÇA, AQUÁRIO)

Sociáveis e comunicativ*s, estão finalmente pront*s para largar a teoria e abraçar a prática. É hora de sair dos círculos intelectuais e fazer tremer o poder, a começar pelas temidas baratas que populam as nossas casas podres.

Dica das Estrelas: A vossa revolução será ir buscar os cinco exemplares diferentes de *Mein Kampf* guardados na biblioteca municipal de Marvila (pois é) para os incendiar numa rave de intelectuais na Margem Sul. Menos PechaKucha, mais GenteNaLucha!

RESUMO CÓSMICO PARA 2025

Também este ano o capitalismo não vai ruir só porque trocaste plástico por bambu. Toca a seguir na luta no meio do desastre (local e global) que nos rodeia. Os astros dizem que seguiremos lutando por uma Sirigaita esplendorosa, com ou sem o favor das estrelas. No meio de tantas incertezas, de uma coisa não temos dúvida: "PRECISAMOS BUÉ DELA"!

Lá vai 2025: Mais um ano a querer mais um ano.

MAPA: Jornal de Informação Crítica
Número 44
Janeiro-Março 2025

Propriedade:
Associação Mapa Crítico
NIPC: 510789013
NIB: 0035 0774 00143959530 98

mapa
Jornal de Informação Crítica

Morada da redacção/editor
Rua principal de Algeruz, CCI 3320
2950-077 Palmela
Correspondência: enviar para morada da redação
Registo ERC: 126329
Diretora: Ana Guerra
m.lima@jornalmapa.pt
Editora: Sandra Faustino
Subdiretor: Pedro Mota
Director adjunto: António Cunha

CC BY

Estatutos editoriais do Jornal MAPA:
https://goo.gl/ZgkQxM

Colaboram no jornal MAPA com Artigos, Investigações, Ilustrações, Fotografias, Design, Paginação, Revisão e Site:
M. Lima*, Filipe Nunes*, Teófilo Fagundes*, Delfim Cadenas*, José Smith Vargas*, Guilherme Luz*, Cláudia Duque*, Ali Baba*, Inês Rodrigues*, Sandra Faustino*, João Vinagre*, Filipe Olival*, Francisco Colaço Pedro*, Catarina Leal*, Ana Farias*, Garras*, Os Ingovernáveis, Vozes de Dentro, Outros Ângulos, Francisco Espada, Fabiana Miranda / Biblioteka, Joëlle Ghazarian, Júlio Henriques, Borboleta Azul, Jose Rosales, Pedro Cerejo, Daniela Ferreira Pinto, Elurre Iriarte, João Carlos Louçã, Catarina Mateus, M. Ricardo de Sousa, Plataforma de Solidariedade com os Povos do Curdistão, António Brito Guterres, Nuno Pereira, Vitor Sanches - Projeto Dentu Zona, Monsieur Tabaibo, Alëna Koleso, Magdalena Nareska, Mauricio Centurion, Acirne Desastros pela Sirigaita / Rádio Gabriela, theleftsideleft, D.M., Emma Andreetti; Samuel Jarimba, , Afonso Queiró, Ekinklink, Fernando Rodrigues, Mariana Vieira, Sofia Pereira, Guilherme Malaquias, Ricardo Ventura, Sónia Gabriel, Ana Queijo, Susana Baeta, Diana Dionísio, Rolando, Ana Afonso, Luís Junqueira.
* Colaboradores permanentes / Pensamento, discussão e desenvolvimento do projecto editorial (colectivo editorial)

Periodicidade: trimestral
PVP: 2 euros
Tiragem: 3000 exemplares

Contacto: geral@jornalmapa.pt
Distribuição: distribuicao@jornalmapa.pt
Assinaturas: assinaturas@jornalmapa.pt
Site: www.jornalmapa.pt
Facebook: facebook.com/jornal.mapa
Instagram: @jornalmapa
Telegram: @jornal_mapa
Bandcamp: musicajornalomapa.bandcamp.com

Depósito legal: 357026/13
Tipografia: Funchalense-Empresa gráfica S.A.
Rua Capela Nossa Sra. da Conceição 50, 2715-311 Pêro Pinheiro

Os artigos não assinados são da responsabilidade do colectivo editorial do jornal MAPA. Os restantes, assinados em nome individual ou colectivo, são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Internacional Multiespécies - A Fuga dos Hamsters

MONSIEUR TABAIBO
ILUSTRAÇÃO **MAGDALENA NARESKA**

10:03 – 17 de Novembro de 2024

Num dos inúmeros ilhéus anónimos do Mar dos Açores, dá-se início à 3ª assembleia do Comité Revolucionário Açoreano.

Caracol Zé (coordenador geral): Desde a ação de sabotagem ao Grande Colisor de Hadrões [1] que a Internacional Multi-Espécies não tem parado de crescer. O desembarque d'A Montanha Zapatista no Faial [2] e o contacto dos militantes locais com Don Durito e outres companheires de Chiapas impulsionou a criação do Comité Revolucionário Açoreano... Sem mais delongas, passo a palavra à companheira Bóris, coordenadora da ação de resgate.

Gaivota Bóris: Este plano de fuga, que já vinha sendo tecido há mais de um ano em articulação com a Comissão Portuguesa de Trabalhadores Roedores, teve um desfecho agridoce. É louvável termos conseguido resgatar 16 das *hamster* que corajosamente escaparam da aeronave em direção à liberdade[3]. No entanto, não nos conformamos com o facto de 116 companheiras terem sido capturadas por lacaios humanos ao serviço da indústria zoológica. Simplesmente não tínhamos meios aéreos suficientes para transportá-las a todas de uma só vez e as voltas subsequentes foram-se afigurando demasiado tardias. Além disso, não nos esqueçamos das aves e furões enjauladas que, não tendo sido capazes de se libertar, foram condenadas a regressar a Lisboa no mesmo avião que as trouxera aos Açores, na companhia das *hamsters* capturadas.

Hamster Tomásia: Estamos imensamente gratas pela ajuda de todas as companheiras e companheiros açoreanos. Não imaginam as condições opressivas e deploráveis em que somos criadas e transportadas para servir a supremacia humana. Esperamos que esta fuga marque uma nova fase na nossa vida. E, embora reconheçamos que será difícil aprender a viver em liberdade, acreditamos que nos Açores iremos encontrar o nosso lar.

Rata Gui: Sejam muito bem-vindas! Há ainda muito racismo nas nossas comunidades contra roedores de pêlo claro, mas estamos a lançar uma campanha de sensibilização nesse sentido e garantimos que estarão em segurança nos nossos centros sociais subterrâneos…

Caracol Zé: Quero apenas informar que a Internacional Multiespécies está a planear um golpe à central de abastecimento de animais domésticos, localizada nos arredores de Lisboa, para libertar os restantes animais transportados no avião, e todes es que lá se encontrarem. Aproveito ainda para prestar uma homenagem às 17 milhões de martas que, reféns da indústria das peles, foram há quatro anos exterminadas na Dinamarca, em plena histeria pandémica [3].

Nesse momento, a euforia assembleária dá lugar a um estrondoso silêncio…

NOTAS

1 «Uma Pequena Homenagem aos Saboteurs do CERN», Jornal MAPA #34, Maio-Julho de 2022
2 https://bit.ly/3PkgIsQ
3 https://bit.ly/3PhY2Ku
4 https://bit.ly/3PddHL9

mapa : Jornal de Informação Crítica

ONDE POSSO ENCONTRAR O MAPA?
CONSULTA A LISTA DE DISTRIBUIÇÃO ACTUALIZADA EM:
WWW.JORNALMAPA.PT/DISTRIBUICAO/

NÚMERO 44
JANEIRO-MARÇO 2025
3000 EXEMPLARES

Mula, um espaço de resistência no Barreiro

A Cooperativa Mula é uma das poucas experiências com início nas Assembleias Populares de 2011 que se mantém de pé e em desenvolvimento ainda hoje.

O princípio da Cooperativa Mula está ligado à horta popular do Barreiro. Podem explicar como se deu esse salto para a cooperativa e o espaço onde estão agora?

Durante o período da Troika, em 2011, e no contexto da Acampada do Rossio, um grupo de pessoas organizou no Barreiro aquilo a que chamou de Assembleias Populares Barreirenses, que reuniram pessoas com vontade de discutir formas de devolver a si o poder sobre as suas vidas. Das várias iniciativas que as Assembleias criaram, a Horta Comunitária do Barreiro foi a que perdurou. Uma horta é um local de permanência e de construção colectiva por excelência. Esta característica algo *sui generis* na formação da Horta fez com que esta nunca fosse só uma horta, mas também um local de fruição cultural, onde se organizavam debates, sessões de cinema ao ar livre, concertos ou um arraial anual que fazia a ponte para a comunidade. Daí que o passo para que o projecto da Horta se expandisse tenha acabado por ser algo natural. Na altura, em 2014/15, aproximaram-se da Horta algumas pessoas que, gostando e reconhecendo o valor fundamental da agricultura regenerativa, estavam mais interessadas nos eventos culturais, na formação e na prática oficinal, e tivemos também um convite de um projecto institucional que, não funcionando, acabou por consolidar o grupo e definir horizontes e ambições.

Em 2015, era já óbvio para todos no grupo que o passo seguinte seria termos um espaço autónomo, e rapidamente encontrámos aquele onde permanecemos, um edifício histórico devoluto muito perto da Horta, que foi primeiro ocupado, esteve depois em regime de comodato e finalmente foi comprado por nós, isto enquanto era, e é, restaurado e os seus diversos espaços iam sendo abertos para uso.

A cantina e a forte programação cultural é o vosso objectivo principal? Que pontes fazem essas actividades?

Desde as nossas discussões iniciais que ficou claro para nós que a nossa ambição passava por aliar a programação cultural e formativa com a produção própria e a criação de condições para o autoemprego das pessoas. Ao mesmo tempo, desde a nossa primeira iniciativa, que foi um filme com jantar, que a cozinha ocupou sempre um lugar central. Por alguma razão, a Mula tem um número inusitado de bons cozinheiros.

Em Março de 2020, com a pandemia, resolvemos abrir a Cantina Solidária com o objectivo de assegurar refeições a nós e a pessoas com as dificuldades que antevimos que iriam acontecer naquele contexto. Este projecto acabou por se tornar muito maior do que supúnhamos no início, no seu auge com cerca de 20 pessoas em trabalho voluntário e umas 150 pessoas da cidade e arredores a receber refeições diárias e cabazes semanais. Quando a Cantina Solidária deixou de ter viabilidade financeira, abrir a Cantina da Mula surgiu como o passo natural para aproveitar a estrutura, a energia e a experiência acumulada.

Neste momento existe uma articulação natural entre a Cantina e os eventos culturais. A nossa programação inclui sessões semanais de cinema, pizzas domingueiras, concertos, workshops, etc. É normal que os eventos incluam jantares mesmo nos dias em que a Cantina não funciona habitualmente, e a Cantina e a Padaria da Mula, que são os projectos em que o nosso sonho de autoemprego se concretiza neste momento, beneficiam obviamente de toda a dinâmica cultural da Mula, que é muita.

Como vêem a evolução do Barreiro, as transformações à vossa volta e o papel que a Mula pode ter nesse contexto?

O Barreiro passa por um acelerado processo de gentrificação, que é reflexo daquele que acontece em Lisboa. Neste momento, os poderes públicos da cidade, em lugar de cuidar de pelo menos amortecer os choques causados por tudo isto, pelo contrário abraçaram com entusiasmo a chegada dos milhões à cidade, de tal modo que se pode dizer que gentrificar é o seu plano para o Barreiro. Em resultado disso, começa-se a sentir a pressão imobiliária, a transformação total de zonas da cidade (como a que envolve a Mula, que receberá em breve um novo bairro, zonas de habitação de luxo e um hotel, o que levou ao fim da Horta), as dificuldades de mobilidade e circulação, a expulsão das pessoas mais vulneráveis e o crescimento do número de pessoas em situação de carência humana total. Neste contexto, a Mula é um espaço de resistência no Barreiro. Para além da nossa actividade cultural, que tem um ponto de vista político claro, estamos por exemplo no centro daquilo que se faz nesta cidade em termos de luta pelo direito à habitação. Fizemos também parte de um movimento cidadão que conseguiu impedir a construção numa zona junto ao rio, a Quinta do Braamcamp. Aquilo que podemos, devemos e queremos fazer é, claro, objecto de discussão interna e um tema sensível tendo em conta a dimensão que o nosso projecto já tem, mas não temos dúvidas de que a Mula tem uma posição pela sustentabilidade, a cooperação ou a vida em comunidade que é o oposto e que rejeita em absoluto este caminho de mercantilização e financeirização da vida na cidade. Por fim, o Barreiro tem uma característica histórica que ainda se mantém de algum modo, o forte associativismo, de que fazemos parte, e cremos que é também por aí que passam certas formas de resistir por cá.

A Mula tem uma posição pela sustentabilidade, a cooperação ou a vida em comunidade que é o oposto e que rejeita em absoluto este caminho de mercantilização e financeirização da vida na cidade.

MAPA BORRADO

QUESTIONÁRIO PROUST DO COLAPSO
PREFERIAS SER ATROPELADO POR UM CARRO ELECTRICO OU A COMBUSTÃO?
SE TIRARMOS TODO O LÍTIO DO MONTE ELE ENTRA EM DEPRESSÃO?
QUANTOS QUILOS DE SOMBRA VALE UM PAINEL SOLAR?
PORQUÊ UMA TRANSIÇÃO VERDE SE O PLANETA É AZUL?
SE OS LUCROS TRANSITAM NA MESMA MÃO, AINDA SE CHAMA TRANSIÇÃO?
PREFERES OS 2º DA MANHÃ SERRANA?..
OU OS 23º DO MUSEU DE ETNOGRAFIA?
GOSTAS MAIS DO MUSK OU DO BEZOS?
$186.5B
$18+B
O GREEN DEAL FOI ASSINADO NUM JACTO PRIVADO?
ACHAS MESMO QUE SE PODEM PATENTEAR SEMENTES?
QUAL É A SUA IDEIA DE FELICIDADE?
ERRRR....
ANONIMO DO SEC XXI + VARGAS '25